



PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL | **2025-2029**



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



FICHA TÉCNICA

Lista de autoridades na elaboração

Reitor

Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor

Moacyr Cunha de Araújo Filho

Chefe do Gabinete

Fernando José do Nascimento

Pró-Reitora de Graduação

Magna do Carmo Silva

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Carol Virgínia Góis Leandro

Pró-Reitora de Extensão

Maria da Conceição Reis

Pró-Reitora de Planejamento Orçamentário e Finanças

Helen Gomes Frade

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida

Brunna Carvalho Almeida Granja

Pró-Reitor de Administração

Rodrigo de Oliveira Simões

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Cinthia Kalyne de Almeida Alves

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Pedro Valadão Carelli

Elaboração do PDI

Coordenação Geral

Diretoria de Planejamento e Controladoria

Diretoria

Juliana Cândida Ribeiro Dias

Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Jamine Bruno de Oliveira

Equipe Técnica

Dayse Dutra Leite

Inácio Robson Alves do Nascimento

José Rayone de Almeida Silva

Ruben Vivaldi Silva Pessoa

João Eudes Miquéias da Silva

Priscila Gonçalves da Silva

Estagiárias

Millena Loiola Lins

Thays de Araújo Soares

Colaboradores participantes das diversas Comissões Temáticas

Ver Anexo 1

Colaboradores da Editora UFPE

Revisão de texto

Igor Bandim

Projeto gráfico e diagramação

Ildembergue Leite

LISTAS

Lista de gráficos e figuras

Gráfico 1	Percentual de contribuição, por unidade, para cada ano do PDI 2021-2023	11
Figura 1	Estrutura e eixos da Política de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida na UFPE	55
Gráfico 2	Recursos e Tesouro (empenhado) – 2019 a 2023 (em R\$)	70
Gráfico 3	Recursos captados (empenhados) – 2019 a 2023 (em R\$)	70
Gráfico 4	Receita Orçamentária Líquida – 2019 a 2023 (em R\$)	72
Gráfico 5	Dotação Orçamentária (RP2/TESOURO) e Dotação Corrigida pelo IPCA – 2019 a 2024 (R\$ Milhão)	75

Lista de quadros

Quadro 1	Ambiente Interno	15
Quadro 2	Ambiente Externo	15
Quadro 3	Objetivos do PDI 2025-2029	43
Quadro 4	Dotação Atualizada – LOA 2019-2024 (R\$ Mil)	71
Quadro 5	Termos de Execução Descentralizada Firmados (2019-2024)	73
Quadro 6	Dotação Orçamentária (RP2), 2019-2024 (R\$ Mil)	74

Lista de tabelas

Tabela 1	Forças	14
Tabela 2	Fraquezas	14
Tabela 3	Oportunidades	15
Tabela 4	Ameaças	15
Tabela 5	Cursos presenciais de graduação e pós-graduação ofertados pela UFPE, por tipo, em 2023	18
Tabela 6	Oferta de bolsas de monitoria, por <i>campus</i> (2020-2022)	34
Tabela 7	Valores investidos na melhoria dos laboratórios e na inovação no âmbito das práticas de ensino	37
Tabela 8	Valores investidos em custeio no âmbito de projetos das coordenações de curso	37
Tabela 9	Ações do PDI 2025-2029	44
Tabela 10	Corpo docente do Ensino Superior da UFPE por tipo de vínculo (situação em dezembro de 2019-2023)	57
Tabela 11	Corpo técnico efetivo da UFPE por nível de instrução (situação em dezembro de 2019-2023)	57
Tabela 12	Distribuição de laboratórios da UFPE por centros e categoria de atividades	68

Lista de abreviaturas e siglas

ABI	Área Básica de Ingresso	CDPCG	Coordenação Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação	DFT	Dimensionamento da Força de Trabalho
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas	CE	Centro de Educação	DGA	Diretoria de Gestão Acadêmica
ADR	American Depositary Receipts	Cepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Difi	Diretoria de Gestão de Finanças e de Infraestrutura no Ensino de Graduação
AO	Ação Orçamentária	CEU	Centro Educacional Unificado	Digi	Diretoria de Informação Gerencial e Infraestrutura Acadêmica
AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem	CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	DRI	Diretoria de Relações Internacionais
Bac	Bacharelado	CFDL	Coordenação de Formação Docente para os Cursos de Licenciatura	DTICOM	Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação
BC	Biblioteca Central	CGEB	Câmara de Graduação e Ensino Básico	EaD	Educação a Distância
BDENF	Base de Dados de Enfermagem	CIAPGSS	Comitê Institucional de Autoavaliação da Pós-Graduação	EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Bib	Biblioteca	CIN	Centro de Informática	Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
CAA	Centro Acadêmico do Agreste	CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Enap	Escola Nacional de Administração Pública
CAC	Centro de Artes e Comunicação	Cofiess	Comissão de Fortalecimento da Integração Ensino Serviço da Saúde	Erer	Núcleo de Políticas e Educação Étnico-Raciais
CAP	Colégio de Aplicação	Comfor	Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica no âmbito das Instituições de Ensino Superior	Fade	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Consad	Conselho de Administração	Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
CAV	Centro Acadêmico de Vitória	Consuni	Conselho Universitário	Formare	Escola de Formação dos Servidores
CB	Centro de Biociências	CPA	Comissão Própria de Avaliação	GR	Gestão de Riscos
CCEE	Complexo de Convenções, Eventos e Entretenimento	CPMA	Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	IES	Instituição de Ensino Superior
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza	CTG	Centro de Tecnologia e Geociências	IFE	Instituição Federal de Ensino
CCEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	DAI	Diretoria de Avaliação Institucional	IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas	DAP	Diretoria de Avaliação e Planejamento Institucional	IMR	Instrumento de medição de resultado
CCM	Centro de Ciências Médicas	DDE	Diretoria de Desenvolvimento do Ensino	Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CCS	Centro de Ciências da Saúde			IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
CCSA	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas			LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero	PGEDUC	Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea	Siass	Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
Libras	Língua Brasileira de Sinais	PNE	Plano Nacional de Educação	SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
Lic	Licenciatura	PPCs	projetos pedagógicos de cursos	SigaA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
Litpeg	Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia	PPG	Programa de Pós-Graduação	Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
LOA	Lei Orçamentária Anual	PPI	Plano Pedagógico Institucional	Sinfra	Superintendência de Infraestrutura
MEC	Ministério da Educação	Proacad	Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos	Sipac	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
MTO	Manual Técnico de Orçamento	Proaes	Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis	SPO	Superintendência de Projetos e Obras
Nace	Núcleo de Acessibilidade	Procel	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica	Spread	Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital
Nass	Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor	Proext	Pró-Reitoria de Extensão	SSI	Segurança Institucional
NDE	Núcleo Docente Estruturante	Progepe	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
Neap	Núcleos de Estudos e Assessoria Pedagógica	Proad	Pró-Reitoria de Administração	Supercult	Superintendência de Cultura
Niate	Núcleos Integrados de Atividades de Ensino	Prograd	Pró-Reitoria de Graduação	Supercom	Superintendência de Comunicação
NIT	Número de Identificação do Trabalhador	Propesqi	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	SWOT	<i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
NLGBT	Núcleo de Políticas LGBT	PROPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação	TAE	Técnico-Administrativo em Educação
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação	Proplan	Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
OCC	Orçamento de Outros Custeios e Capital	Prouni	Programa Universidade para Todos	TCU	Tribunal de Contas da União
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação	RAI	Relatório de Autoavaliação Institucional	TEA	Transtorno do Espectro Autista
PcD	Pessoas com Deficiência	REA	Recurso Educacional Aberto	TED	Termo de Execução Descentralizada
PD&I	Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	RU	Restaurante Universitário	TI	Tecnologia da Informação
PDCA	<i>Plan-Do-Check-Act</i>	S/C	Sem Conceito	TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional	SEDGG	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	UAB	Universidade Aberta do Brasil
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	SEE	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
PE	Pernambuco	Segel	Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer	UR	Universidade do Recife
PEI	Planejamento Estratégico Institucional	SGP	Sistema Geral de Preferências	USP	Universidade de São Paulo
PET Saúde	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira		

SUMÁRIO

1 Apresentação: UFPE – rumo aos 200 anos de Ensino Superior	8
2 A construção do PDI	10
2.1 Método e objetivo	10
2.2 Documentos de referência	10
3 Resultados do PDI anterior	11
4 Conjuntura institucional	13
5 Perfil institucional	16
6 Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	19
6.1 Concepções sócio-filosófico-pedagógicas da Educação Superior	19
6.1.1. Fundamentos socioeconômicos, políticos e culturais	19
6.1.2 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	24
6.1.3. Concepção de ensino	24
6.1.3.1 Prática Pedagógica	26
6.1.3.2 Uso das tecnologias da informação e da comunicação	27
6.1.4 Concepção de aprendizagem	28
6.1.5 Concepção de avaliação	28
6.2 Políticas de Gestão Acadêmica	31
6.2.1 Política de Avaliação Institucional	31
6.2.2 Política de Avaliação de Cursos de Graduação	31
6.2.3 Política de Educação Inclusiva	32
6.2.4 Política de Ensino	33
6.2.5 Política de Inovação no Ensino	35
6.2.6 Política de Gestão do Ensino	37
6.2.7 Política Institucional da UFPE para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica	39
6.3 Perfil do egresso	40
6.4 Educação a Distância	41
6.5 Perspectivas para a Pós-Graduação	42
7 Objetivos e ações do PDI	43
7.1 Processo de monitoramento, controle e revisão do PDI	54
8 Gestão de pessoas e qualidade de vida	55
8.1 Provimento	55
8.2 Desenvolvimento de pessoas	56
8.3 Acompanhamento de pessoal	56
8.4 Qualidade de vida no trabalho	57
8.5 Perfil dos servidores	57
9 Organização administrativa da UFPE	58
9.1 Órgãos colegiados	58
9.2 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico	58
9.3 Órgãos Suplementares	59
10 Políticas de atendimento aos discentes	61
10.1 Programa de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico	61
10.2 Programa de Alimentação e Nutrição	62
10.3 Programa de Atenção à Saúde dos Estudantes	62
10.4 Programa de Bolsas e Auxílios	62
10.5 Programa de Moradia Estudantil	64

11 Infraestrutura 65

11.1 Infraestrutura física 65

11.2 Planos futuros 67

11.3 Biblioteca 67

11.3.1 Cronograma de expansão do acervo 67

11.3.2 Serviços oferecidos 68

11.4 Laboratórios 68

12 Sustentabilidade financeira 70

12.1 Financiamento e Sustentabilidade na UFPE 70

12.2 Recursos do Tesouro 70

12.3 Recursos próprios 71

12.4 Emendas Parlamentares 72

12.5 Descentralização Externa 73

12.6 Como são Investidos os recursos? 73

12.7 Redução do Orçamento Discricionário nos últimos anos 74

12.8 Novo Programa de Aceleração do Crescimento (novo PAC) 75

Referências 76

Anexos 81

Anexo 1: Relação das pessoas que participaram das Comissões Temáticas 81

Anexo 2: Relação nominal das pessoas que compuseram o Comitê Executivo 82

Anexo 3: Cursos presenciais e EaD de graduação ofertados pela UFPE em 2023 e as respectivas informações de regulação junto ao Inep (atualizado em setembro de 2024) 83

Anexo 4: Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional – Fraquezas 87

Anexo 5: Estatística de acervo por tipo de material e conforme distribuição nas unidades de informação do SIB/UFPE 90



1

APRESENTAÇÃO

UFPE: rumo aos 200 anos de Ensino Superior

O Ensino Superior completará, em breve, em Pernambuco, 200 anos: motivo de grande regozijo, dada a relevância de que se reveste esse nível da educação para o desenvolvimento social, econômico, cultural e tecnológico do estado, da região Nordeste e do país. A contribuição que uma instituição universitária aporta, considerando a sua inserção, o seu enraizamento e a sua capilaridade junto aos diferentes e diversos setores e segmentos sociais, exerce uma ação transformadora sobre as condições de vida do conjunto da sociedade. Os efeitos estruturadores para esses e outros avanços tornam a universidade, portanto, uma instituição fundamental.

Assim, é com grande satisfação que apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O PDI é um instrumento essencial e obrigatório para as Instituições de Ensino Superior (IES), servindo como um guia estratégico que define a direção e os objetivos organizacionais para os próximos 5 (cinco) anos. Ele é resultado de um esforço coletivo, fruto de análises de cenários e da participação ativa da nossa comunidade acadêmica. Nosso plano está alinhado à missão estabelecida no Plano Estratégico Institucional (PEI), que é: “Como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” (UFPE, 2013, p. 25).

Para alcançar essa missão, o PDI 2025-2029 da UFPE foi construído com base em 5 (cinco) áreas temáticas estratégicas, que refletem os pilares de atuação e os compromissos institucionais da universidade. Essas áreas são: 1) Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, com foco na qualidade e na expansão das atividades acadêmicas e científicas; 2) Responsabilidade Social, com o desenvolvimento de ações inclusivas, sustentáveis e de impacto

positivo; 3) Internacionalização, voltada para a ampliação da presença da UFPE no cenário internacional, por meio do fortalecimento de redes de cooperação acadêmica e científica; 4) Governança e Gestão Institucional, com ênfase na eficiência, na transparência e no monitoramento de resultados; e 5) Infraestrutura Física e Tecnologia, com a priorização de ambientes e recursos que incorporem práticas sustentáveis e tecnologias inovadoras. Essas áreas orientam as ações do PDI, garantindo um planejamento estratégico alinhado às demandas atuais, com compromisso com a sustentabilidade e o futuro.

Essas áreas se dividem em 18 (dezoito) objetivos fundamentais que nortearão as ações da UFPE. As ações têm por finalidade desenvolver as áreas e os objetivos de modo a contribuir para o desenvolvimento institucional. Essas ações – 69 (sessenta e nove) ao todo – foram formuladas com metas e indicadores, visando ao acompanhamento e à perspectiva de atingimento dos resultados previstos. Por fim, firmamos a ideia de que estamos entregando um PDI mais inclusivo, diverso e que pode ser acompanhado por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos.

O plano será implementado ao longo de 5 (cinco) anos, de 2025 a 2029, sendo monitorado regularmente para garantir a sua eficácia e o seu alinhamento com os desafios e as oportunidades do contexto em que estamos inseridos. Com este plano, a UFPE pretende consolidar a sua missão, promovendo uma gestão mais estratégica, uma educação de maior qualidade e um impacto mais significativo na sociedade.

A UFPE, como se sabe, tem sua origem vinculada à criação do Curso Jurídico de Olinda, através da Lei de 11 de agosto de 1827, outorgada por D. Pedro I, que inaugurou dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda. Com isso, estamos em vias de completar dois séculos de ininterruptos trabalhos disponibilizados às sociedades pernambucana, nordestina e brasileira. Essa unidade acadêmica,

até então em funcionamento no Mosteiro de São Bento, foi transferida para a rua do Hospício em 1854, quando passou a ser denominada Faculdade de Direito do Recife (FDR). Em 1911, a FDR foi transferida definitivamente para uma edificação própria, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), localizada na Praça Adolfo Cirne, no centro do Recife, onde permanece funcionando até o presente.

A excelência da formação profissional ofertada ao longo de sua história pode ser aquilatada pela formação de importantes quadros de juristas, bacharéis e ocupantes de cargos e funções públicas ao longo do Império e do período republicano. De maneira que os dois cursos jurídicos acima mencionados, juntamente com a criação das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, na década de 1830, tinham por objetivo atender ao projeto de construção do Estado Nacional brasileiro, estabelecido no período pós-independência política de Portugal, por meio da institucionalização do Império do Brasil.

Posteriormente, com o tardio processo de industrialização brasileiro, surgiu a demanda pela formação superior na área de engenharia. É nesse contexto de impulsionamento da industrialização, provocada pela implementação da malha ferroviária, pela modernização da fabricação do açúcar, através da montagem de usinas, e pela produção do algodão, ao lado das indústrias de fiação e tecelagem, que foi criada a Escola de Engenharia de Pernambuco, nos anos finais do século XIX.

As escolas de Odontologia, Farmácia e Medicina foram inauguradas já no século XX, também como uma resposta à necessidade de formação de profissionais atuantes na área da saúde, atendendo à demanda das instituições médicas e assistenciais existentes no Recife, a exemplo do Hospital Pedro II, inaugurado ainda no século XIX, no ano de 1861.

Por fim, a necessidade de formação de quadros para o magistério, para atuação no segundo grau e nas escolas normais,

motivou a criação das faculdades de Filosofia do Recife e Estadual de Filosofia. Mais que unidades de formação de filósofos, essas instituições se ocupavam sobretudo da formação de professores.

O conjunto dessas faculdades e escolas veio a dar origem à Universidade do Recife (UR), posteriormente denominada Universidade Federal de Pernambuco, tal como se mantém até hoje organizada, em 13 (treze) Centros Acadêmicos mais o Colégio de Aplicação. Esse todo de unidades está situado em 3 (três) *campi*, nos municípios de Recife, de Vitória e de Caruaru. Em 2024, foi aprovada a criação de um novo *campus*, sede do Centro Acadêmico no Sertão (CAS), no município pernambucano de Sertânia.

Portanto, a marca temporal de um segundo centenário não pode passar – como efetivamente não passará – em branco. Deve ser e será comemorada com uma festa do conhecimento, composta de ampla programação, da qual participarão os diversos setores e segmentos universitários. O Magnífico Reitor designará uma Comissão Especial, composta por servidores docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, com a finalidade de propor ao Conselho Universitário a Programação dos 200 Anos do Ensino Superior na UFPE. A programação terá a duração de um ano letivo, que será o de 2027, e terá como título UFPE: 200 Anos de Ensino Superior. Um conjunto de atividades culturais, científicas e de comunicação institucional será empreendido, desde o lançamento de logomarca alusiva à data comemorativa, concessões de comendas, promoção de seminários e ciclo de debates sobre os rumos da universidade pública no segundo milênio, até o lançamento de livros, *e-books* e revistas, passando por atividades artístico-culturais (recitais, *shows*, mostras, exposições) e por tantas outras iniciativas de importância para o registro da data.

A diversidade de áreas de formação que permeiam a história da UFPE se traduz, assim, na diversidade de seus atuais cursos, em nível de graduação e de pós-graduação, como será demonstrado ao longo deste PDI 2024-2029. O documento expressa a

relevância da UFPE no cenário social e cultural, razão pela qual ela ocupa as primeiras posições entre as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do país, tanto por sua produção acadêmica quanto por seu orçamento.

Reforçamos que o sucesso deste plano depende da colaboração de todos. A UFPE é um espaço coletivo, e cada membro da nossa comunidade desempenha um papel fundamental na construção desse futuro. Agradecemos a todos pelo apoio e pelo engajamento, e convidamos vocês a acompanharem de perto as etapas de implementação do PDI 2025-2029, pois, juntos, alcançaremos novos patamares de excelência e inovação.

Alfredo Macedo Gomes | Reitor

2

A CONSTRUÇÃO DO PDI

2.1 Método e objetivo

Este documento representa o quarto Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPE, que será desenvolvido no período de 2025 a 2029. Sua formulação foi feita através de uma construção de cenários possíveis para a instituição, partindo do PEI e do PDI atualmente em vigor.

O método para a elaboração deste PDI está detalhado no documento *Orientações para elaboração do PDI UFPE*. Nele, constam todas as etapas da metodologia utilizada para a elaboração do documento.

2.2 Documentos de referência

O PDI é uma exigência legal, e representa a pactuação dos compromissos entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e o Ministério da Educação (MEC). Ele está presente em diversas portarias, como a Portaria Normativa MEC nº 02, de 10 de janeiro 2007, e a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que estabelecem a necessidade legal do documento. Dessa forma, o PDI se baseia na lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e em outras legislações vigentes.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sinaes, demonstrando uma preocupação maior com a gestão e o controle institucional por meio das avaliações e trazendo dimensões como missão, políticas de ensino, pesquisa, extensão e infraestrutura, entre outras. O art. 3º dessa lei aponta que a avaliação das IES terá por objetivo “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais”. Entre elas, está, obrigatoriamente, o PDI (inciso I). Em seguida, a Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, vem a regulamentar

os procedimentos do Sinaes e coloca o PDI como um dos documentos que devem ser avaliados pelas Comissões Externas de Avaliação das Instituições.

Na elaboração desse PDI, foram consideradas também as seguintes demandas legais:

- A revisão/criação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O PPI é “um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos” (Brasil, 2006a, p. 35).
- O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Esse instrumento permite direcionar e acompanhar a atuação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), definindo as estratégias e o plano de ação para implementá-las. O atual foi elaborado tendo o PDI vigente e o PDI 2025-2029 como referências.
- A definição da Política de Gestão de Pessoas da UFPE. Fator imprescindível para o bom andamento das atividades administrativas e acadêmicas da universidade, essa política pode influenciar o desenvolvimento permanente do servidor, em sua capacitação e em como mantê-lo em sintonia com o ambiente de trabalho.
- O Plano de Gestão de Riscos da UFPE. O objetivo do Plano de Gestão de Riscos é viabilizar o processo de implantação de um Modelo de Gestão de Riscos (GR) na UFPE e também tornar pública a metodologia pensada para a instituição, detalhando a forma de gerenciar os riscos de seus processos corporativos e fortalecendo as Unidades Administrativas. O plano pode ser acessado através do link: [[Plano de Gestão de Riscos](#)].

3

RESULTADOS DO PDI ANTERIOR

O monitoramento das ações e metas do PDI 2019-2023 passou a ser feito pela gestão central. No final do ano de 2022, esse monitoramento e a avaliação do planejamento ficaram sob a incumbência da antiga Diretoria Estratégica de Planejamento, Avaliação e Gestão (Deplag). Em virtude dos diferentes níveis de maturidade organizacional da universidade, fez-se necessário um monitoramento mais sistemático e detalhado junto às unidades, através de reuniões, quando necessárias, com os gestores, trimestralmente. Em caso de ações prioritárias, essas reuniões foram feitas em intervalos de tempo menores.

O Gráfico 1 mostra a contribuição de cada Unidade Gestora em relação às ações e metas elencadas no PDI. Os resultados

foram apresentados de acordo com as contribuições das unidades em cada ano, nas seguintes categorias: “Sim”, “Não” e “Parcialmente”. Essas categorias foram definidas de acordo com a contribuição de cada unidade em cada quadrimestre do ano. Sendo que, para a categoria “Sim”, as unidades contribuíram com a realização parcial ou total das metas em todos os quadrimestres; para “Não”, as unidades não contribuíram em nenhum dos quadrimestres; e para “Parcialmente”, as unidades contribuíram em pelo menos 1 (um) quadrimestre para o atingimento das metas.

Com base nos resultados do Gráfico 1 para o ano de 2021, verifica-se que 54,54% das unidades tiveram mais da metade

Gráfico 1. Percentual de contribuição, por unidade, para cada ano do PDI 2021-2023



Fonte: Gráfico elaborado pela Coordenação de Informações Gerenciais (CIG), em 2024.

de suas contribuições classificadas como “Sim”. Em 2022, esse percentual de unidades subiu para 72,72%. Para o ano de 2023, 55,60% das unidades tiveram mais da metade de suas contribuições classificadas como “Sim”. Um detalhe importante é que os anos de 2019 e 2020 não foram considerados na análise, pois as contribuições durante esses 2 (dois) primeiros anos foram classificadas todas como “Parcialmente”.

Isso se deu pelo fato de que, em 2019, o documento ainda não tinha metas e indicadores quantitativos consolidados. O PDI 2019-2023 passou a ter esse detalhamento a partir de dezembro de 2020, ano em que sua revisão foi aprovada pelo Conselho Universitário.

Diante desse resultado, o objetivo é continuar incentivando a cultura do planejamento e do monitoramento dentro da universidade. A expectativa da Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA) é de que o plano anual das unidades seja de fato um detalhamento do PDI, e que esse plano reflita quais ações cada unidade deve monitorar para que, no final da vigência do PDI, seja possível alcançar as metas e os objetivos traçados.



4

CONJUNTURA INSTITUCIONAL

A análise da conjuntura pode referenciar o direcionamento que a instituição deve tomar em termos de planejamento, ou quais subsídios são necessários para que se possa fomentar a realização dos objetivos e atingir a missão da instituição. Como afirma Queiroz (2020), a sua virtude consiste em trazer subsídios que permitam identificar tendências com capacidade de influenciar positivamente (oportunidade) ou negativamente (ameaça) os interesses dos agentes políticos, econômicos e sociais.

A fim de realizar essa análise, foi utilizada a ferramenta de planejamento conhecida como Análise SWOT – um acrograma para Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) – por se entender que a instituição possui vários níveis de maturidade de planejamento, e que, devido a isso, torna-se necessário o emprego de uma ferramenta que possibilite um alcance institucional maior e que contemple o conjunto das unidades administrativas.

O objetivo da Análise SWOT é definir estratégias para manter os pontos fortes e reduzir a intensidade dos pontos fracos, aproveitando-se oportunidades e evitando-se ameaças. Forças e Fraquezas estão relacionadas ao microambiente; para a sua identificação, foram levadas em consideração a integração e a padronização dos processos, a eliminação de redundância e o foco na atividade principal. Já Oportunidades e Ameaças são características do macroambiente; consistem em antecipações do futuro que permitem identificar aspectos que podem constituir problemas/ameaças à implementação de determinadas estratégias ou ao próprio funcionamento das atividades da instituição.

A partir do diagnóstico realizado com as unidades administrativas, os pontos fortes e os pontos fracos foram agrupados conforme a sua abrangência. Essas categorias visam a conferir impessoalidade aos resultados, assim como um direcionamento mais estratégico para a análise.

As categorias foram divididas da seguinte forma:

- **Comunicação administrativa:** Abrange a comunicação da instituição. Segundo Kunsch (2003), a comunicação administrativa é aquela que permite viabilizar todo o sistema organizacional, por meio de uma similaridade de fluxos e redes.
- **Convênios e parcerias:** Entendidos como formas de relação entre a UFPE e uma outra ou mais instituições, públicas ou privadas, a fim de planejar e alcançar objetivos comuns previamente estabelecidos.
- **Controle e normativos:** Instrumentos que buscam institucionalizar ou definir a forma de condução de uma unidade na sua atuação. Ou seja, é a faculdade de vigilância, orientação e correção que uma instituição ou unidade pode exercer sobre a conduta funcional de outra (Meirelles, 1998).
- **Equipamentos e sistemas:** Maquinário que subsidie o trabalho do servidor e as atividades da instituição, seja ele físico, de *hardware* ou de *software*.
- **Equipe:** A forma como ocorrem as interações de trabalho entre os servidores na instituição e as relações de trabalho interinstitucional. Na definição de Katzenbach e Smith (2001), uma equipe é um grupo de pessoas com aptidões complementares, comprometidas com um objetivo comum.
- **Infraestrutura física:** Abrange a estrutura física dos locais de trabalho e dos espaços em geral da UFPE.
- **Gestão Organizacional:** Toda e qualquer ação que demande alguma atuação prévia da Administração Central que vise a criar, manter ou encerrar algum programa ou política. Conforme Conceição (2002), o agir institucional compete às estruturas de governança e ao que está

em volta do ambiente de uma instituição (políticas, leis, costumes e normas).

- **Planejamento e gestão:** As ações e interações que buscam facilitar o bom andamento do planejamento e a entrega das ações administrativas. Inclusive porque, como afirma Cardozo Jr. (2011), a gestão pública sem planejamento, por mais que possa estruturar os modos de fazer, dificilmente conseguirá – apenas com isso – promover mudanças profundas em termos da eficácia e efetividade.
- **Questões sociopolíticas:** As transformações sociais, econômicas e políticas do ambiente em que a instituição está inserida.
- **Resistência a mudanças:** Abrange a ausência de iniciativa, a inércia, a falta de atuação, de muitos servidores ou unidades, em razão da bagagem organizacional que carregam.
- **Reputação da universidade:** A credibilidade e a tradição que a UFPE possui no âmbito nacional, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.
- **Rotinas administrativas e processos internos:** Engloba as rotinas, os fluxos dos processos e a fluência do trabalho dentro das e entre as unidades da universidade. É através dessa estruturação que se faz possível mensurar a qualidade das entregas. Como evidencia Campos (2004), o não entendimento e a não padronização desses processos pode gerar entregas e serviços não passíveis de automelhoramento.
- **Treinamento e capacitação:** Abrange a preocupação com o aperfeiçoamento do servidor e a busca contínua por devolver um serviço de qualidade para a sociedade. O treinamento é a ação sistematizada de educação para a capacitação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do indivíduo (Milioni, 2001).

Levando em consideração essas categorias, os quadros a seguir apresentam o resultado da análise swot com o percentual de ocorrências. As Tabelas 1 e 2 apresentam o cômputo do cenário interno.

Tabela 1. Forças

Categoria	%
Comunicação organizacional	13,85 %
Controle e normativos	4,62 %
Equipamentos e sistemas	1,54 %
Equipe	32,31 %
Infraestrutura física	1,54 %
Gestão organizacional	15,38 %
Planejamento e gestão	16,92 %
Questões sociopolíticas	1,54 %
Rotinas administrativas e processos internos	10,77 %
Treinamento e capacitação	1,54 %
TOTAL	100,00%

Tabela 2. Fraquezas

Categoria	%
Comunicação organizacional	20,34 %
Controle e normativos	8,47 %
Equipamentos e sistemas	6,78 %
Equipe	13,56 %
Infraestrutura física	1,69 %
Gestão organizacional	5,08 %
Planejamento e gestão	11,86 %
Resistência a mudanças	3,39 %
Rotinas administrativas e processos internos	20,34 %
Treinamento de capacitação	8,47 %
TOTAL	100,00%

Fonte: Tabelas elaboradas pela Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA), em 2023.

Foto: Ascsm UFPE



As Tabelas 3 e 4 apresentam o cômputo do cenário externo:

Tabela 3. Oportunidades

Categoria	%
Comunicação organizacional	11,54 %
Controle e normativos	6,41 %
Convênios e parcerias	20,51 %
Equipamentos e sistemas	7,69 %
Equipe	1,28 %
Infraestrutura física	2,56 %
Gestão organizacional	11,54 %
Orçamento	10,26 %
Planejamento e gestão	10,26 %
Questões sociopolíticas	3,85 %
Reputação da UFPE	6,41 %
Rotinas administrativas e processos internos	1,28 %
Treinamento e capacitação	6,41 %
TOTAL	100,00 %

Tabela 4. Ameaças

Categoria	%
Comunicação organizacional	7,92 %
Controle e normativos	6,93 %
Equipamentos e sistemas	12,87 %
Equipe	15,84 %
Infraestrutura física	17,82 %
Gestão organizacional	7,92 %
Orçamento	10,89 %
Planejamento e gestão	4,95 %
Questões sociopolíticas	2,97 %
Rotinas administrativas e processos internos	5,94 %
Treinamento e capacitação	3,96 %
TOTAL	100,00 %

Fonte: Tabelas elaboradas pela Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA), em 2023.

Com base na análise de cenário e visando a entender a UFPE a partir de uma perspectiva participativa e democrática – conforme a compreensão de que um diagnóstico mais preciso se concretiza quando temos acesso ao maior número de variáveis possíveis –, sintetizamos e atualizamos a análise SWOT da UFPE. Os Quadros 2 e 3 apresentam o resultado dessa apreciação.

Quadro 1. Ambiente interno

Forças	Fraquezas
Quadro qualificado de servidores docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.	Comunicação institucional precisando de expansão.
Crescente entendimento da importância da gestão estratégica como ferramenta de indução de mudanças.	Política de inovação sustentável (econômica, social, ambiental e institucional) ainda não totalmente abrangente.
Participação democrática na construção de políticas e normas.	Manutenção de espaços físicos e equipamentos sem garantia de recursos e acessibilidade.
Qualidade e quantidade da produção acadêmica.	Rotinas administrativas e processos internos.
Capacidade de captação de recursos financeiros.	Educação a distância precisando de ações assistenciais.
Credibilidade e tradição institucional.	Política de internacionalização ainda desconhecida por parte dos corpos docente, discente e técnico.
	Capacidade de produção científica docente ainda não totalmente mapeada.
	Novas práticas pedagógicas e de gestão ainda não exploradas.

Fonte: Quadro elaborado pela Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA), em 2023.

Quadro 2. Ambiente externo

Oportunidades	Ameaças
Demanda crescente por ensino e qualificação profissional.	Redução de investimentos públicos nas Ifes.
Mudança do paradigma de consumo com enfoque na sustentabilidade.	Infraestrutura urbana (mobilidade, segurança, habitabilidade, energia etc.).
Reputação, credibilidade e referência da UFPE como instituição.	Não valorização do corpo técnico-administrativo em educação no âmbito nacional.
Importância Geopolítica, econômica e cultural do Brasil.	Desigualdade no fomento à pesquisa entre regiões brasileiras.
Reconhecimento da dimensão cultural e curricularização das atividades extensionistas.	Autonomia limitada (gestão de pessoal, administrativa, financeira).
Novas metodologias de ensino.	Desconhecimento da sociedade sobre a importância das atividades das Ifes.
Novas tecnologias e formas de trabalho.	Sucateamento do sistema educacional público.

Fonte: Quadro elaborado pela Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA), em 2023.

5

PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituição federal de Educação Superior que sucedeu a Universidade do Recife (UR), resultou da reunião de um conjunto de escolas de Ensino Superior já em funcionamento no estado de Pernambuco desde o século XIX. Criada por meio do Decreto-Lei nº 9.338 da Presidência da República, de 20 de junho de 1946, com sede na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, a UR era uma instituição de Ensino Superior e pessoa jurídica dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

O Estatuto das Universidades Brasileiras vigente à época, outorgado por meio do Decreto nº 19.581, de 11 de abril de 1931, pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, mediante proposta do então recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, estabelecia que uma unidade universitária deveria ter em sua composição pelo menos 3 (três) dos seguintes institutos de Ensino Superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

A composição inicial da UR se deu por meio do agrupamento das seguintes faculdades e escolas:

1. Faculdade de Direito do Recife (1827);
2. Escola de Engenharia de Pernambuco (1896);
3. Faculdade de Medicina do Recife, e as anexas de Odontologia e Farmácia (1914);
4. Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932); e
5. Faculdade de Filosofia do Recife (1939).

A Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire), da Congregação das Doroteias, foi incorporada à UR por “agregação”, ato legal que viabilizou a criação da UR, uma vez que ainda não existia instituição federal de formação de professores em nível superior em funcionamento. A Fafire conservou sua situação de instituto livre, dependendo da mesma universidade nos setores administrativo,

didático e disciplinar, e dela recebendo uma subvenção anual, além de eventuais auxílios extraordinários para a manutenção dos seus serviços (Universidade do Recife, 1956, p. 32).

Em 1946, a Faculdade Estadual de Filosofia, de criação autorizada pelo Governo do Estado de Pernambuco, pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.390, de 10 de junho de 1946, também foi incorporada à UR, logo após reconhecida pelo Governo Federal. Essa faculdade, criada nos mesmos moldes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), de caráter laico, tinha os seguintes objetivos: preparar os trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; preparar o candidato ao magistério secundário ou normal; e realizar pesquisas nos vários domínios culturais que constituem o objeto de seu ensino.

Em 1948, com o empenho do seu primeiro reitor e principal articulador da instituição universitária – o professor Joaquim Amazonas, catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito –, juntamente com a Comissão do Plano da Cidade Universitária, designada para este fim, foi estabelecido o local de construção do *campus* em um loteamento de terras no bairro da Várzea. Em 1949, o projeto do *campus* foi encomendado a Mario Russo, arquiteto italiano recém-chegado ao Recife, da Faculdade de Arquitetura e Engenharia de Nápoles, Itália, e convidado para ensinar arquitetura e urbanismo na Escola de Belas Artes de Pernambuco (Ebap).

Nesse mesmo ano, a Escola de Engenharia de Pernambuco e a Faculdade de Medicina do Recife, que já estavam incorporadas à UR desde a sua criação, foram federalizadas por meio da Lei nº 976, de 17 de dezembro de 1949. Com efeito, os direitos, bens móveis e imóveis pertencentes à Faculdade de Medicina do Recife – e escolas anexas de Odontologia e Farmácia – e à Escola de Engenharia do Recife foram transferidos mediante inventário e escritura pública para o patrimônio da UR.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), estabeleceu que as universidades e os estabelecimentos isolados de Ensino Superior deveriam adaptar seus estatutos ou regimentos. A UR aprovou, no Conselho Universitário, em 1963, seu novo estatuto, que foi publicado no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 1963, após aprovação pelo Conselho Federal de Educação. Nesse documento, ficou registrada a incorporação de outras unidades universitárias, além das faculdades e escolas inicialmente incorporadas no ato de criação da universidade: Escola Superior de Química, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Arquitetura e Escola de Enfermagem.

Além dessas unidades, o Estatuto da UR, de 1963, discriminou os seguintes institutos, diretamente subordinados à Reitoria, os quais eram incumbidos da investigação científica e da pesquisa em geral, além da preparação de pesquisadores em cooperação

com as faculdades e escolas: Instituto de Física e Matemática, Instituto de Química, Instituto de Biologia, Instituto de Ciências da Terra, Instituto de Ciências do Homem, Instituto de Letras, Instituto de Artes, Instituto de Antibióticos, Instituto de Cardiologia, Instituto de Micologia e Instituto de Nutrição.

Em 1965, a UR passou a ser denominada UFPE, através da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, integrando-se ao novo sistema federal de educação do país, cujos princípios e normas de organização foram estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966.

A organização das unidades universitárias em Centros Acadêmicos, nos atuais moldes, foi estabelecida a partir de 1975, tendo sido instaladas, naquela ocasião, as seguintes unidades: Centro de Ciências Biológicas (1975), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (1975), Centro de Educação (1975), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (1975), Centro de Tecnologia (1975), Centro de

Artes e Comunicação (1975); Centro de Ciências da Saúde (1975), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (1975) e Centro de Ciências Jurídicas (1979). Por desmembramento do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, foi criado o Centro de Informática (1999). No processo de interiorização da universidade, foram criados o Centro Acadêmico do Agreste (2005), sediado no município de Caruaru, e o Centro Acadêmico da Vitória (2006). Por novo processo de desmembramento, dessa vez do Centro de Ciências da Saúde, foi criado, em 2018, o Centro de Ciências Médicas. Por fim, como continuidade do processo de interiorização, foi criado o Centro Acadêmico do Sertão em 2024, sediado em Sertânia.

Atualmente, a UFPE reúne uma comunidade de mais de 40 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação. A Administração Central é composta pela Reitoria, por 8 (oito) Pró-Reitorias e por 5 (cinco) Superintendências.

Foto: Ascom UFPE





Foto: Ildembergue Leite

A universidade consegue se fazer presente em 3 (três) regiões de Pernambuco, nas quais mantém 3 (três) *campi*: um *campus* está situado na cidade de Caruaru, região do Agreste pernambucano; um na Zona da Mata, na cidade de Vitória de Santo Antão; e o já tradicional *campus* Joaquim Amazonas, localizado na capital do estado, Recife.

Os 3 (três) *campi* comportam 13 (treze) Centros Acadêmicos, nos quais atuam um corpo docente formado por mais de 3.000 professores e um quadro técnico-administrativo composto por mais de 4.000 servidores.

Tendo como referência o mês de dezembro de 2023, a UFPE conta com 2.989 docentes, sendo 2.525 efetivos, dos quais 98,3% possuem titulação em nível de formação *stricto sensu*, sendo 91% doutores e 7,3% mestres. No que se refere ao regime de trabalho dos professores efetivos, 87,17% dos vínculos é de Dedicação Exclusiva.

Em relação à ampliação das oportunidades de formação para os jovens, a UFPE oferece 113 (cento e treze) cursos de graduação, somando um quantitativo de 34.795 alunos matriculados. Desse total de cursos, 105 (cento e cinco) são presenciais, com 33.213 matrículas, e 8 (oito) são EAD, com 1.582 matrículas.

Em 2023, a pós-graduação da UFPE ofereceu um total de 54 (cinquenta e quatro) cursos de doutorado, sendo 51 (cinquenta e um) acadêmicos e 3 (três) profissionais. Ofereceu, além desses, outros 4 (quatro) doutorados acadêmicos em rede nacional, ofertados em cooperação com outras universidades. Foi de 4.308 o número total de alunos matriculados nesses cursos. No mestrado, foram disponibilizados 84 (oitenta e quatro) cursos, dos quais 75 (setenta e cinco) eram acadêmicos, com 4.659 alunos, e 9 (nove) profissionais, com 280 (duzentos e oitenta) matriculados. Além disso, nos mestrados em rede nacional, a UFPE ofereceu 3 (três) cursos acadêmicos e 9 (nove) profissionais, somando 358 (trezentos e cinquenta e oito) matrículas. A universidade

também ofertou 23 (vinte e três) cursos de especialização presenciais, com 1.026 alunos; 7 (sete) cursos de especialização na modalidade a distância (EAD), com 744 (setecentos e quarenta e quatro) alunos; e 1 (um) curso semipresencial, que registrou 10 (dez) matriculados.

A UFPE atua em todas as áreas acadêmicas, conforme apresentado na Tabela 5, que ilustra o quantitativo de cursos de graduação e pós-graduação por área do CNPq.

Tabela 5. Cursos presenciais de graduação e pós-graduação ofertados pela UFPE, por tipo, em 2023

Área do CNPq	Graduação		Pós Graduação					
			Lato-Sensu		Stricto-Sensu			
	N	%			Mestrado		Doutorado	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ciências Biológicas	6	5,3	4	12,9	15	15,6	11	19,0
Ciências da Saúde	17	15,0	6	19,4	19	19,8	11	19,0
Ciências Exatas e da Terra	19	16,8	12	38,7	10	10,4	8	13,8
Ciências Humanas	16	14,2	1	3,2	16	16,7	9	15,5
Ciências Sociais Aplicadas	22	19,5	5	16,1	20	20,8	11	19,0
Engenharias	16	14,2	1	3,2	12	12,5	7	12,1
Linguística e Artes	17	15,0	2	6,5	4	4,2	1	7,0
TOTAL	113	100,0	31	100,0	96	100,0	58	100,0

Fonte: Tabela elaborada pela Coordenação de Informações Gerenciais (CIG), em 2024.

Segue, abaixo, a lista detalhada dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes na UFPE. Para acessar as informações completas sobre cada curso e programa, utilize os seguintes *links*:

- [Cursos de Graduação]
- [Programas de Pós-Graduação]

6

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFPE, visando à concretização de um projeto de sociedade em que a produção e a disseminação do conhecimento sejam acessíveis a todos os cidadãos, está ancorado em valores como cidadania, cooperação, criatividade, sustentabilidade, dignidade, diversidade, equidade, ética e integridade, e busca, sobretudo, contribuir para a inclusão social dos sujeitos, independentemente de suas condições sociocultural e econômica.

Como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, a UFPE está comprometida com a formação de profissionais bem preparados, com sólida competência técnica, mas também atentos às demandas sociais das comunidades e sensíveis à condição humana dos sujeitos. A universidade visa à formação de profissionais competentes e comprometidos com o bem comum, por entender que a competência relacional se destaca entre as mais relevantes condições para um exercício profissional qualificado em quaisquer áreas da docência, da pesquisa e da extensão – que constituem, juntas, o tripé de sustentação da universidade. Assim, em consonância com Santos (2010, p. 89), a universidade assume sua responsabilidade social “aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo, àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para se impor”. Com base nesse entendimento, o projeto pedagógico da UFPE incorpora as concepções de ensino e de aprendizagem destacadas a seguir.

6.1 Concepções sócio-filosófico-pedagógicas da Educação Superior

6.1.1 Fundamentos socioeconômicos, políticos e culturais

A construção do novo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFPE (2024-2028) considera a importância de essa instituição,

na próxima gestão do seu reitorado, desenvolver um balanço de suas ações, revendo suas realidades, com base em uma análise sócio-político-econômica, científico-cultural-tecnológica e humano-educativa, no sentido de pensar o seu presente, sempre com vistas ao acompanhamento das novas reconfigurações do tempo contemporâneo.

É também importante que a UFPE tenha vindo, ao longo de sua trajetória, concretizando um projeto de universidade para o século XXI, fortalecido de ideias e práticas, com base em contínuas projeções para um novo presente, dentro do que existe de mais avançado e civilizado no mundo contemporâneo, dando margem, ainda, para a realização contínua da avaliação coletiva de seu projeto, ao longo de cada gestão, com base no critério da justiça social.

É importante considerar os rebatimentos dos “cenários contemporâneos”, que “podem ser esboçados com base na compreensão inter-relacionada de três matrizes fundamentais: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal (Dourado; Catani, 1999, p. 5-6), com vistas a fazer, também, uma reflexão sobre a matriz do estrangulamento sócio-econômico-cultural e político ao seu redor. Em particular, sobre aqueles que puderam ou não puderam ter a condição de justiça e liberdade, a condição de se inserirem nos espaços cotidianos institucionais, com dignidade e equidade, por se encontrarem em situação adversa.

Entretanto, vale acrescentar que esses sujeitos do “lado de fora” são portadores do direito de se inserirem na educabilidade formal, com qualidade social, com vistas à melhoria da sua “condição humana”; sobretudo, aqueles que sofrem de “esquizofrenia sociocultural”, perdidos no seu tempo-espaço, como já identificava Frederic Jameson (1995, p. 319-321), nas suas análises “pós-modernas”. Nesse sentido, ele refletiu sobre uma nova “estrutura de sentimentos” para aqueles sujeitos, no contexto da

realidade contemporânea, na perspectiva de combater os efeitos antidemocráticos e antissolidários da sociedade contemporânea (Jameson, 1994, p. 319-321).

Requer-se, ainda, nesta proposta, descrever outros pressupostos teóricos, de modo a particularizar algumas identificações históricas, do final do século xx ao início xxi, a que a universidade se filia, a fim de que sejam delineados, criticamente, seus fins, objetivos e meios, articulados à realidade contemporânea, tomando como ponto de partida a própria modernidade (Jameson, 1989, p. 319-321) e suas perspectivas de combate aos efeitos não solidários, e não democráticos, da realidade contemporânea, nos termos de Jameson (1995, p. 319-321) e Melo (2009, p. 20). Tomando como base, ainda, a constatação de Santos (2009, p. 33), quando ele explicita que “a lógica da apropriação/violência” faz encolher a “lógica da regulação/emancipação”, com repercussões na universidade e em outras práticas, socioculturais, econômicas e políticas.

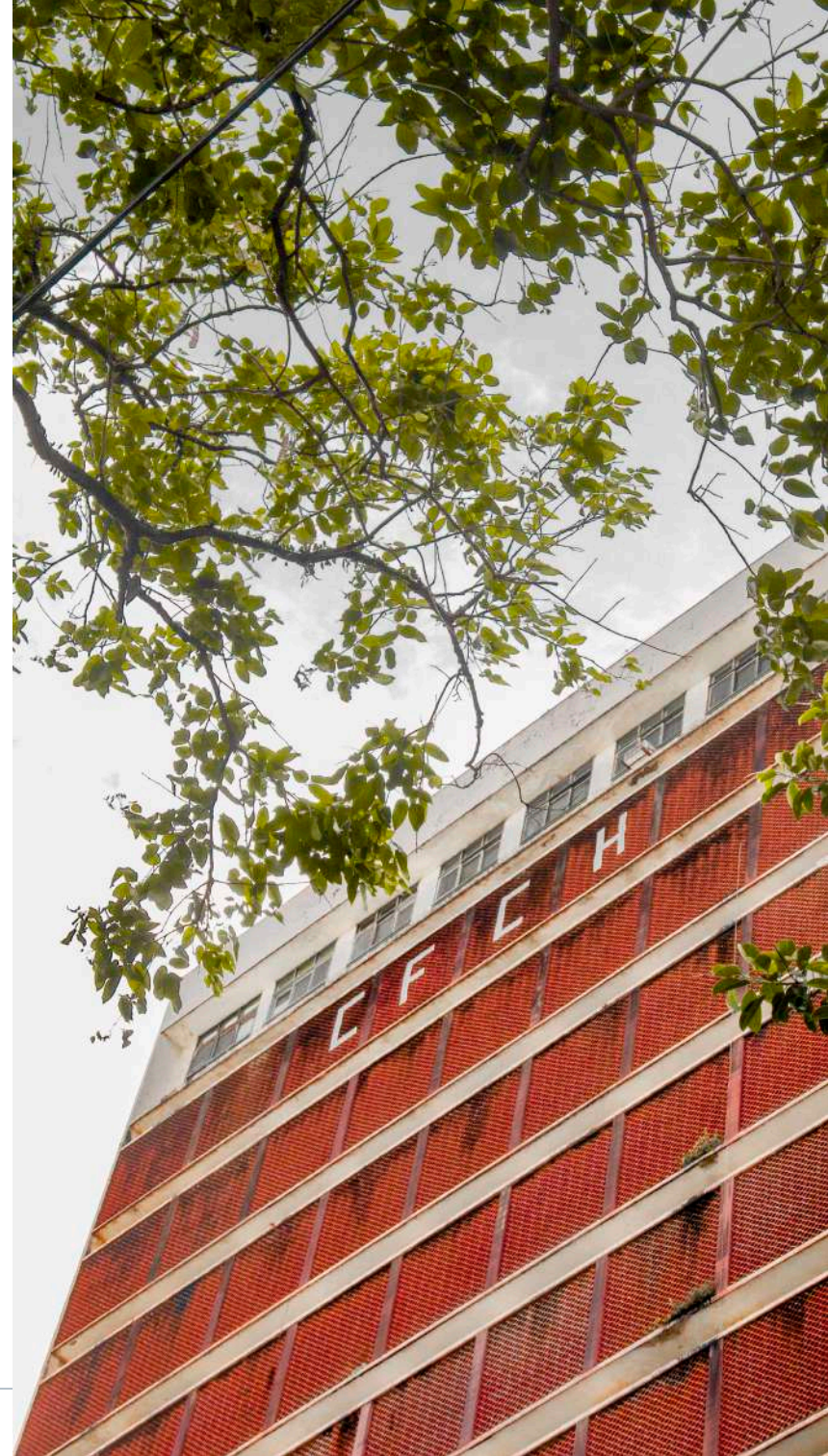
É nesse contexto de análises multifacetadas que Dourado e Catani (1999, p. 5-6) já afirmavam que “os cenários contemporâneos podem ser esboçados com base na compreensão inter-relacionada de três matrizes fundamentais: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal”.

Para esses autores, essas referências, no plano macro, ajudariam “a explicitar o contexto atual e os seus desdobramentos em diferentes espaços da sociedade, especialmente nas instituições educativas e formativas, como, por exemplo, as universidades” (Dourado; Catani, 1999, p. 6), no âmbito das “mudanças no mundo da produção e do trabalho (Dourado; Catani, 1999, p. 6). Por conseguinte, elas ajudariam a entender “a realidade da produção do conhecimento e as perspectivas da formação profissional” (Dourado; Catani, 1999, p. 6), como “as transformações técnico-científicas, econômicas, políticas e culturais”, entre

outros temas, como “o desemprego estrutural e tecnológico”; “a globalização da produção, do consumo e do trabalho”; “a redefinição do papel do Estado e das políticas públicas”; “a exigência de novo perfil do trabalhador, de novo modelo de formação profissional” (Dourado; Catani, 1999, p. 6-7); e, ainda, a “alteração nos padrões de financiamento da educação pública” e a “adoção de novas formas de gestão, implementação de novos mecanismos de avaliação, controle, reorganização curricular, formação e profissionalização do professorado” (Dourado; Catani, 1999, p. 10-11).

Por outro prisma, Santos (2004) problematiza alguns limites, explicando que “o Estado, ao contrário do que se passou com a justiça, decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta em um bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado”. Nessa perspectiva, “a universidade entrou automaticamente em crise institucional. Se existia antes, aprofundou-se” (Santos, 2004, p. 12-13); na medida em que “o crescimento do sistema universitário público, expresso no aumento de matrículas e na ampliação de seu corpo docente e técnico-administrativo” foi se processando “de forma desigual em relação ao sistema de ensino privado da Educação Superior, sob a influência da lógica da privatização” (Santos, 2004, p. 13).

Essas e outras questões foram também discutidas por Morgado (2009, p. 55) por outro ângulo, no contexto da realidade universitária europeia, para o qual o Estado, desde “as últimas décadas do século xx, por contingências várias, foi-se revelando inoperante nas funções de regulação e de provisão de bens e serviços que lhe estavam consignadas, mergulhando numa progressiva falta de credibilidade, vendo-se compelido a reposicionar-se e refazer as suas relações com a sociedade”. Nesse sentido, ao fazer face àquela situação, ele “desencadeia uma série de reformas em que se desfaz de responsabilidades que até então lhe cabiam, transferindo-as para a sociedade e para o mercado” (Morgado, 2009, p. 46).



Nessa direção, o referido autor explica que a transferência em termos econômicos dessa “tendência para a sociedade e o mercado, sucedida por uma lógica de regulação do tipo mercantil” (Morgado, 2009, p. 46), traz “como consequência a escassez de financiamentos e recursos para a universidade”. Assim também assinala Carlos Benedito Martins (2009, p. 16), através da constatação de que “as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente suas matrículas para atender à crescente demanda do acesso”.

Indicativos esses compreendidos, do ponto de vista do capitalismo já fortemente globalizado no século XXI, “como uma força motriz”, alicerçada nos “eixos da transformação produtiva do desenvolvimento econômico” (Martins, 2009, p. 16), que tinha em vista estimular a concretização da lógica da “empresarização da universidade conduzida pela Nova Gestão Pública” (Rezer, 2013, p. 96, tradução nossa).

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), nesse contexto, muitos desses indicativos foram historicamente engendrados na realidade brasileira, como as “transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas” (Mancebo; Vale; Martins, 2015, p. 33), cujos fatos viriam a “expressar simultaneamente uma perda geral de prioridade em relação à Educação Superior e às políticas sociais” (Mancebo; Vale; Martins, 2015, p. 33). Essa crise, que vem sendo caracterizada “pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas” (Mancebo; Vale; Martins, 2015, p. 33), e que varia de país para país, ao mesmo tempo foi se expandido, até hoje, para o grande mercado das instituições privadas no Brasil.

Numa perspectiva mais radical, no âmbito de uma economia mais globalizada, no século XXI, vai sendo intensificada a estruturação de um novo paradigma corporativo, de modo que “o capital

financeiro, torna-se hegemônico e o monetarismo assume o lugar da macrogestão econômica em nível mundial, influenciando as estruturas das grandes companhias mundialmente organizadas e dos Estados Nacionais, tornando altamente instável um pacto social mundial, que, em vão, se tenta construir” (Silva Júnior; Sguissardi, 2009, p. 30).

Nesse sentido e numa ação prospectiva, a Educação Superior brasileira foi se desenvolvendo sob as forças objetivas das influências externas estruturais da economia, como a do mercado/consumo material e intelectual, numa dinâmica conjuntural de intervenção nas práticas sociais, em que pese, também, o redirecionamento do papel do Estado, sob a direção ideológica da política neoliberal. Isso vai ocorrendo num conjunto de ajustes ao capital em crise e sob os embates na sociedade civil, vindo a requerer novos rumos para a universidade brasileira e maiores investimentos para a sua melhoria, com vistas a rever esses limites, na perspectiva de buscar e instaurar uma nova ordem para os novos tempos, como:

1. O expressivo aumento das Instituições de Ensino Superior (IES), com fins lucrativos, isto é, privados/mercantis;
2. Algumas ações do Governo Federal, expandindo vagas, matrículas e cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), seja pela multiplicação dos *campi* das Ifes já existentes, seja pela expansão do número de instituições, ou, ainda, por meio de programas de reestruturação do setor, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni);
3. A forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino da Graduação, cabendo destaque à utilização da educação a distância (EAD);



Foto: Ascom UFPE

4. A “expansão da pós-graduação, com redefinição de seus rumos no sentido do empresariamento do conhecimento” (Mancebo; Vale; Martins, 2015, p. 33).

Essas iniciativas ocorreram no espaço de lutas de seus dirigentes e da sociedade, em nível político macro e micro, muito embora, de modo tardio. E também foram orientadas por um modelo de sociedade e de universidade mais aberto e democrático, entre outras iniciativas, como a expansão da Educação Superior, com propósitos científicos, culturais avançados e mais inclusivos, através do Programa Universidade para Todos (Prouni). Esse programa foi instituído, em 2004, como uma das “tentativas do Governo Federal de cumprir as exigências da *Declaração Mundial sobre Educação Superior, no Século xx*”, de 1998 (Pinto, 2012, p. 5).

Além dessas iniciativas, foi criado, ainda, o Reuni, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e foi expandida a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. E, pelo que se observa, esse programa favoreceu o acesso e a permanência da população de baixa renda na Educação Superior privada, assim como foi desenvolvido com base numa política de democratização, na qual se incluiu, ainda, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Nesse âmbito, a educação também foi marcada pelo caráter positivo das trocas acadêmico-científicas, socioculturais e políticas havidas entre instituições universitárias nacionais e do exterior, aproximando contextos educacionais diferentes.

Vale lembrar, também, que o crescimento da universidade foi acompanhado, desde o começo do século XXI, por uma crise institucional que já vinha se prolongando, segundo Santos (2004, p. 12) – e que teve, como resultado, a “desvalorização de diplomas”, com a “precarização financeira” e a “perda geral de prioridade nas políticas, da educação, saúde, previdência”

(Santos, 2004, p. 15), no contexto da “globalização neoliberal”. Ao mesmo tempo, ele destaca que ela “perdeu a hegemonia mesmo no desempenho de suas funções e teve que as passar, a desempenhar num contexto competitivo” (Santos, 2004, p. 90), e a necessidade, também, “de condições adequadas, tanto financeiras como institucionais” (Santos, 2004, p. 90), a fim de “firmar a sua hegemonia”, com “responsabilidade social” e “aceitando a ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais”, que não tiveram o poder de as impor, diante dessas questões (Santos, 2004, p. 91).

Esses fatos vêm demandando, desde o começo do século XXI, que a universidade pública tenha por base a teoria crítica social e a pós-crítica, como expressão do compromisso com a defesa de práticas que criem, para a si, “uma nova institucionalidade”, cujos “desafios contextuais em função da região, ou do local”, não possam “ser enfrentados com medidas gerais e rígidas” (Santos, 2004, p. 91), a fim de que ela consolide a sua autonomia nos planos nacional e internacional. É, também, nessa perspectiva, que a universidade deve ter a capacidade de articular os diversos sujeitos e práticas, em um processo de gestão institucional acadêmico-político-democrática de suas práticas. Contudo, para que isso venha a ocorrer, segundo o referido autor, seria necessário “que essas práticas fossem dotadas de condições adequadas, tanto financeiras quanto institucionais” (Santos, 2004, p. 90), e que os sujeitos envolvidos fossem imbuídos daqueles intentos. Entretanto, o que se observa é a secagem financeira, impedindo-a de atender até a questões básicas, em sua realidade tão plural, como o é a das atividades acadêmicas.

De fato, Santos (2004, p. 92) é bem enfático quando afirma que “o que resta da hegemonia na universidade” é ser “um espaço público, onde o debate e a crítica sobre o longo prazo da sociedade, com muito menos restrições do que é comum ao resto da sociedade”, apesar de o cerne dessa hegemonia “ser

demasiado irrelevante nas sociedades capitalistas de hoje para poder sustentar a legitimidade da universidade”. E é “por isso que a reforma institucional da universidade tem que se centrar nesta última” (Santos, 2004, p. 92), pautando-se pelas seguintes ideias: “rede, democratização interna e externa, avaliação participativa” (Santos, 2004, p. 92).

Em outro nível de argumentação crítica e clássica, “a Universidade é resultado da evolução do pensamento humano, que viu na formação humana, técnica e científica um dos fundamentos para a sua existência. A universidade constitui-se como um instrumento de emancipação, reflexão crítica, produção, divulgação de conhecimento e cultura” (Santos, 2004, p. 22), e como um instrumento de consumo também, em um contexto de convivência plural e de diálogo com outras posturas teóricas. Nesse sentido, a universidade “transformou-se num bem público, capaz de influenciar o bem-estar e o progresso das sociedades, pela constante (re)construção e (re)criação humana – ser, conhecer, progredir, como variáveis constituintes do saber humano” (Santos, 2004, p. 22). A instituição universitária se reveste-se, também, de “uma mola de impulso para o bem social, quer seja local, regional ou global”, e “Constitui-se, assim, como um instrumento ímpar na construção da comunidade, da cidadania, da participação e do sentido político” (Santos, 2004, p. 22).

É importante assegurar, ainda, no contexto da Educação Superior brasileira moderna e/ou pós-moderna, que ética e ciência caminhem juntas, “reflexão e crítica – crítica livre, larga, ética sem deixar de ser rigorosa. De um rigor não determinista, mas um rigor que gosta do provisório; porque a sociedade e o homem são da ordem do provisório” (Cunha, 2012, p. 6561). Com base nesses pressupostos e nas realidades vividas, a que eles estão circunscritos, chega-se à formulação de outro pressuposto importante, o de que a universidade, ao exercer sua função de sistematização, produção, difusão e dinamização da cultura e



Foto: Ildemberg Leite

do conhecimento, como já dizia Weber (2000, p. 3), se vincula ao movimento mais amplo da construção do conhecimento na práxis social (global/local), recebendo influências externas ao mesmo tempo que pode contribuir para a (re)organização/realização de rupturas nesse âmbito; bem como em seus próprios sujeitos, a partir de suas próprias influências, a demandar, ante a globalização, que ela seja mais inclusiva, em vários sentidos.

Nesse contexto, em particular, a produção da ciência vai requerer, segundo Santos (2004, p. 76), “uma luta por uma justiça cognitiva que se traduz na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico”.

Tais pressupostos implicam o reconhecimento de que tais mudanças, atualmente, consideram, ainda, o conhecimento e a qualificação profissional com base na eficiência e na produtividade na formação/trabalho – sob a lógica da liberdade do indivíduo e da competitividade perante o mercado – como princípios fundantes da sociedade; o que parece obstaculizar o respeito aos valores formativos da ética, da equidade, da justiça e da integração humana, enquanto se abrem novos desafios para a Educação Superior e novas funções para a universidade, em particular para docência.

Nessa perspectiva, o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, característico, desde 1968, da reforma universitária, vai ganhando liminarmente força, em uma perspectiva mais inclusiva e democrática, com base na pesquisa-ação e na “ecologia dos saberes” (Santos, 2004, p. 75), noções que “transcendem a extensão, uma vez que, tanto atuam ao nível desta como ao nível da pesquisa e da formação” (Santos, 2004, p. 75).

Destaque-se, em particular, a “pesquisa-ação, que não é de modo nenhum específico das ciências sociais, [e] não tem sido, em geral, uma prioridade para a universidade” (Santos, 2004, p. 76). Enquanto, a “ecologia dos saberes”, na visão de Santos (2004, p. 76), é, por assim dizer, “um aprofundamento

da pesquisa-ação”. Trata-se de algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade e, como tal, não pode ser decretada por lei. A reforma deve apenas criar espaços institucionais que facilitem e incentivem a sua ocorrência. A ecologia dos saberes é, por assim dizer,

[...] uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade [...] consiste na promoção de diálogos entre o saber científico, ou humanístico, que a universidade produz e os saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais [...] que circulam na sociedade (Santos, 2004, p. 76).

Na perspectiva oposta, a universidade contribui para a “marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento” (Santos, 2004, p. 76).

Entretanto, nesse contexto, acrescenta Santos (2009), a existência de

[...] uma cartografia moderna dual, em que a ecologia dos saberes se assenta, numa cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social (Santos, 2009, p. 30-31).

Assim, a

[...] humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para outra parte da humanidade se afirmar, enquanto universal (Santos, 2009, p. 30-31).

Essas orientações indicam um aceno para embasar a materialização da prática institucional na Educação Superior, e na UFPE, e o desenvolvimento das metas do novo Plano Nacional da Educação Superior, como “Epicentro das políticas de Estado para educação brasileira”, segundo Dourado (2017).

6.1.2 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está colocada como princípio no art. 207 da Constituição Federal e foi reafirmada e desdobrada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Assim, no art. 43, a LDB afirma que a Educação Superior tem, entre suas finalidades:

II - formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

[...]

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição (Brasil, 1996).

Na UFPE, o ensino, entendido como atividade educativa que medeia a relação entre o discente e os saberes historicamente construídos, supõe que o estudante é sujeito ativo na construção do seu próprio conhecimento e que a ação docente não poderá prescindir da problematização da realidade, da

interdisciplinaridade no trato com os conhecimentos e da dialogicidade necessárias à construção de uma relação pedagógica que contribua com o desenvolvimento e a constituição da autonomia discente.

Nessa perspectiva, o ensino distancia-se da ideia de transmissão de conhecimentos, de imposição de valores, e diferencia-se daquela concepção por meio da qual o conhecimento é entendido como algo pronto e acabado, permanentemente válido, universal e incontestável.

Por sua vez, a prática pedagógica, compreendida como uma dimensão da prática social mais ampla, ganha materialidade ao se tornar reflexiva e tem na pesquisa a concretização da relação entre teoria e prática que deve compor os processos de ensino e de aprendizagem, caracterizados nas ações docente e discente.

Por outro lado, a extensão constitui uma forma de interação e de socialização de conhecimentos entre a universidade e a comunidade na qual ela se insere. Representa uma etapa do processo de construção e de disseminação de saberes que constitui, juntamente com a pesquisa e o ensino, a tríade que é definida como função prioritária da universidade. Trata-se de um processo de troca, em que a universidade aprende sobre os valores e a(s) cultura(s) da comunidade, devendo, por conseguinte, planejar e executar as atividades de extensão com o objetivo de dialogar com a sociedade da qual emergem as problemáticas sobre as quais as pesquisas se debruçam, visando encontrar respostas aos problemas formulados na e pela sociedade.

Nesse sentido, compreende-se a pesquisa como prática teórica que vincula pensamento e ação, e que emerge de um problema gerado da vida prática. Trata-se de uma atividade intencional que investiga o mundo e a experiência – passada e atual – da humanidade, com vistas a solucionar problemas e a intervir na realidade. De igual modo, a pesquisa e a extensão

(re)alimentam a atividade de ensino, colocando-a em atualidade ante a realidade cotidiana do mundo.

Desse modo, o entendimento na e da UFPE é o de que a produção acadêmica dos estudantes deve ser incentivada, promovendo-se ao máximo a sua participação nos projetos de iniciação científica, em congressos, em seminários, em encontros de pesquisa e nas demais atividades acadêmicas em que possam vivenciar o movimento de articulação entre os conhecimentos científicos historicamente acumulados e a dinâmica e complexidade da realidade cotidiana. Com isso, a universidade alinha-se à estratégia do PNE, de “fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País” (Brasil, 2014).

6.1.3 Concepção de ensino

A concepção de ensino de uma instituição formadora expressa o projeto de sociedade em curso em determinado momento histórico. Diz algo sobre a maneira como a IES concebe a atuação social dos sujeitos, as relações em sociedade e a democratização do conhecimento, ou seja, revela a intencionalidade e o envolvimento com um projeto de transformação social em que a relevância do conhecimento científico, embora amplamente reconhecida, não exclui outras formas de conhecimento, tais como os conhecimentos filosófico, ético, estético, religioso, comum, entre outros.

Essa perspectiva alinha-se a Santos (2010, p. 76), quando o autor chama atenção para o fato de que

[...] a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo destruição de

muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento.

Assim, em contraposição a essa concepção de conhecimento único e universal, a compreensão que ancora o trabalho na UFPE é a favor de um processo educativo que considera o conhecimento como produção histórica, reconhecendo sua condição de provisoriedade, bem como a condição de inacabamento do ser humano que o produz, nos vários espaços de suas vivências cotidianas.

A princípio, parece consenso entre educadores que “o objetivo da ação educativa, seja ela qual for, é ter interesse em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e coletivamente”, como afirma Luckesi (2005, p. 121).

No entanto, esse objetivo exprime a relação que se estabelece entre a docência e a produção e disseminação do conhecimento. Ele implica compreender que a construção do conhecimento não se processa de forma linear e fragmentada, mas supõe, antes, um permanente diálogo entre áreas do saber e entre diferentes saberes, como suporte a uma perspectiva de ação interdisciplinar.

Nessa mesma direção, a ação interdisciplinar, por sua natureza essencialmente dialógica, não pode prescindir da flexibilização que deve perpassar os currículos dos vários cursos, como possibilidade de favorecer a mobilidade acadêmica, a correção de fluxos interrompidos ou espaçados e a vivência de situações de ensino diversificadas. Assim sendo, com vistas ao alcance da meta 12 antevista no Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos, que prevê a elevação da taxa de matrícula no Ensino Superior, uma das estratégias é “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior” (Brasil, 2014).



Foto: Ascom UFPE

Com esse entendimento, a UFPE concebe o ensino como um processo de mediação, como uma relação que se estabelece entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido. Supõe interação e compartilhamento de saberes, apoiados no rigor metodológico que essa mediação requer. Trata-se de uma ação que demanda planejamento e organização da atividade docente, com vistas ao processo de aprendizagem. Nesse sentido, ao professor não caberia a simples transmissão de conhecimentos, uma vez que não se concebe o conhecimento como objeto de transmissão, mas como uma construção dos sujeitos.

Assim sendo, ao professor compete a problematização de situações que possam provocar o estudante a buscar respostas para as questões que emergem da realidade socioeconômica e político-cultural, e que, portanto, dizem respeito a sujeitos concretos, aos quais devem ser oportunizadas experiências curriculares interdisciplinares e flexíveis, visando à garantia de acesso amplo e inclusivo.

Dessa forma, as respostas aos problemas formulados poderão/deverão ser construídas com base nos conteúdos acadêmicos em articulação com a realidade cotidiana de sujeitos comuns, entendendo-se que “a educação é antes de tudo um ato político sério, um processo que se direciona para finalidades que estão intrinsecamente envolvidas com valores que embasam a formação técnica e cidadã” (Melo, 2008, p. 153).

Trata-se, ainda, de pensar o ensino apoiado em uma relação dialógico-problematizadora que contribua para a construção de conhecimentos científicos, mas também de valores e atitudes necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais cidadã. Nessa perspectiva, a estratégia geral do ensino seria a de proporcionar ao estudante ajuda no processo de desenvolvimento de um pensamento autônomo, crítico e criativo. Aos professores cabe proporcionar a orientação necessária para que os objetivos possam ser explorados pelos estudantes sem

oferecimento de soluções prontas. De acordo com esse entendimento, a essência da educação é a dialogicidade, por meio da qual educador e educando tornam-se sujeitos de um processo em que crescem juntos. Nessa perspectiva, o conhecimento deve ser entendido como uma transformação contínua e não como a transmissão de conteúdos programados.

É importante destacar que tomamos o ensino enquanto movimento curricular como aquele que é vivenciado no contexto da prática de ensino. Nesse sentido, elucidamos que o currículo, como contexto da prática, se corporifica nas práticas docentes que perpassam as relações sociais no espaço escolar e/ou acadêmico, sendo materializado pelos alunos e professores das instituições, especialmente no âmbito da sala de aula, evidenciando a historicidade e a intencionalidade do processo formativo (Souza Júnior, 2007). Assim, o contexto da prática está relacionado com o que se diz, com o que se pensa, com o que se pode dizer, com onde se pode dizer e com que autoridade se pode fazer (Ball, 2006). Assim, partimos da compreensão do ensino na dimensão do entendimento da inconclusão e da incompletude da teoria e da prática. Dessa forma, não há teoria que seja conclusiva e que se baste a si mesma, da mesma forma que não há prática que esteja acabada ou pronta.

A indissociabilidade entre a teoria e a prática possibilita, então, a atualização reflexiva de ambas e intensifica o processo de construir sentidos sobre a identidade profissional do professor e, conseqüentemente, sobre seu exercício profissional. Nesse sentido, o ensino não se limita a, nem se constitui, unicamente, pela dinâmica de acumulação de teorias e de práticas. O ensino possui, como um de seus elementos fundantes, a reflexão crítica sobre ambas. Essa reflexão crítica se materializa na construção e (re)construção da teoria e da prática.

É então necessário que o ensino se constitua em processos nos quais sejam estabelecidas, constantemente, relações entre

o cotidiano das IES e o das escolas. E o movimento entre o cotidiano das IES e o da Educação Básica.

6.1.3.1 Prática pedagógica

De acordo com Souza Júnior (2007), a prática pedagógica pode ser compreendida como uma práxis que se caracteriza pela intencionalidade pela qual as ações são dirigidas de maneira coletiva e institucionalizada. Além disso, a prática pedagógica se constitui pela relação e dinamicidade de outras práticas que a compõem, a saber: a prática gestora, a prática docente, a prática discente e a prática epistemológica. Assim, entende-se que a prática docente, que é desenvolvida pelo professor, é uma das dimensões da prática pedagógica.

A prática de ensino constitui-se de movimentos que possibilitam diálogos entre: a teoria e a prática; o pensar e o fazer; o campo de formação e o campo de atuação. Por isso, configura-se como contexto de produção de sentidos sobre aquilo que fundamenta a prática pedagógica e docente na dinâmica de sua materialização. Dessa forma, na vivência da prática de ensino tanto se ressignifica a teoria quanto a prática no espaço-tempo da formação das IES e no espaço-tempo da atuação profissional. É nesse sentido que é importante garantir uma sólida base teórica e uma diversidade de experiências no campo de atuação profissional. A ideia de prática em movimento nos leva a compreender que o campo da formação inicial não se restringe às IES. O ciclo do movimento de ensino, da vivência curricular, se completa no diálogo reflexivo e transformador entre a sólida base teórica e as experiências do campo profissional. Esse diálogo reflexivo e transformador contribui para dar início à constituição da identidade profissional do professor e de sua prática pedagógica e docente. Nessa discussão, faz-se necessário elucidar o entendimento sobre a prática pedagógica e a prática docente.



Foto: Ildemberg Leite

Diante disto, a relação entre teoria e prática não é de oposição, mas uma imbricada de elaboração e constituição de saberes, na medida em que se atua sobre a prática, embasando-se pela teoria, e que se produz teorização sobre o que é vivido no contexto da prática. Desse modo, os alunos e professores, ao relacionarem as concepções sobre o ensino, estudadas e discutidas no âmbito da formação, no Ensino Superior, com a sua realidade no campo de atuação, destacam que, no que se refere à formação docente, há a possibilidade de superação, de algum modo, das perspectivas tradicionais de formação, além de apresentar que a relação teoria e prática possibilita que os alunos passem a refletir sobre o que é prática, como se constitui a sua própria e como se pode vivenciar um processo de repensá-la, ao longo da profissionalização docente.

Nesse sentido, entendemos a prática como possibilidade de trazer a concretude das situações-problema do campo de trabalho para a formação de profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento, objetivando que seus desafios possam efetivamente ser discutidos, interpretados e reinterpretados a partir das lentes da teoria. Assim, não consideramos que a prática seja entendida apenas pelo seu caráter utilitário e como única fonte de saber – como proposto pelos teóricos do movimento, que questionaram a importância da construção teórica considerando o ato educativo como um fazer, em que o currículo tem o papel de procurar ações apropriadas à resolução dos problemas que decorrem desse mesmo fazer.

Acreditamos no movimento reflexão-ação-reflexão da prática reflexiva, no qual o conhecimento tácito seja respeitado, sem, no entanto, desconsiderar o conhecimento social e historicamente produzido. É, pois, no quadro dessas ideias que reconhecemos a prática pedagógica e, nela, a prática de ensino que envolve e requer uma reflexão em torno do uso das tecnologias da informação e da comunicação.

6.1.3.2 Uso das tecnologias da informação e da comunicação

Definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, com objetivo comum e utilizados de forma integrada, as tecnologias da informação e comunicação (TICS) são utilizadas nos mais diversos ramos de atividade, nas mais diferentes áreas, e vão se interligando, também, à atividade educativa (nos processos de ensino e de aprendizagem, na educação a distância, na mobilidade virtual). Dessa forma, a tecnologia se faz presente no meio universitário, seja pelo uso de equipamentos tecnológicos, seja por meio de projetos envolvendo educação e tecnologia.

O uso de TICS foi potencializado nos diferentes campos pela popularização da internet. Através desse conjunto de redes, novos sistemas de comunicação e informação foram criados. Ferramentas como *chat*, *e-mail*, fóruns de discussão *on-line*, agenda de grupo, comunidades virtuais, Instagram, videoconferências, WhatsApp, entre outros, permitiram a emergência de um tipo de trabalho colaborativo entre pessoas, entre profissionais geograficamente distantes, e, por conseguinte, a construção de novos conhecimentos, revolucionando os relacionamentos humanos e tornando a aprendizagem mais significativa.

A área educacional é beneficiada pelo uso de TICS não só por potencializar os processos de ensino e de aprendizagem, presencial ou não, mas também por permitir a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas. A difusão das TICS no Ensino Superior promove mudanças não só na esfera pedagógica, na associação de cursos presenciais com parte em educação a distância (EAD), mas também nas atividades administrativas, bem como nas modalidades de gestão nas universidades – esse último quesito percebido ultimamente na UFPE com a implementação do Sipac.

A discussão não está em usar ou não as TICS no Ensino Superior, mas nas suas formas de uso por professores e alunos.

A escolha das ferramentas digitais deve ser definida com as metodologias apropriadas ao perfil dos alunos e a suas particularidades cognitivas. A finalidade fulcral desse processo é, sem dúvida, a procura de resultados “mais rápidos” e eficientes, e a melhoria nas performances dos envolvidos na dinâmica de ensino e aprendizagem.

De acordo com Collis (1996), novas oportunidades aparecem, e a integração de recursos pedagógicos e tecnológicos permite aumentar a flexibilidade da aprendizagem, melhorar a comunicação entre professores e alunos e reforçar a interação entre os docentes. Todavia, é necessário estabelecer critérios de escolhas das ferramentas apropriadas entre as TICs educativas disponíveis. Afinal, o uso dessas tecnologias muda a maneira pela qual os professores desenvolvem as suas atividades, num fazer diferente.

É importante destacar que, além de investimento na infraestrutura em TICs pelas IES, devem-se observar os aspectos metodológicos dos docentes dos diferentes cursos nas escolhas de ferramentas. O docente investirá na incorporação das TICs na sua vida profissional (papel de investidor em sua própria formação), nas suas aulas e, de forma conjunta, no planejamento e no currículo do curso, de modo que as TICs não sejam mero complemento ou aparato marginal. O docente deverá inteirar-se das novas possibilidades de trabalho, cobrir o programa definido e realizar as atividades de pesquisa e de produção acadêmica.

As inovações oriundas do uso das TICs tornam-se parte de um conjunto mais amplo de relações, e esse processo torna mais difícil a distinção entre o que é tecnológico e o que é social. Desse modo, a construção do conhecimento é pensada como atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge, sem negar as condições históricas e culturais de sua produção.

6.1.4 Concepção de aprendizagem

A compreensão de aprendizagem que ancora o trabalho desenvolvido na UFPE se exprime a favor de um processo educativo que considera o conhecimento como uma produção histórica, necessariamente provisória, e uma atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge. Sem negar as condições socioculturais dessa produção, esse olhar realça a condição de inacabamento do ser humano que a produz em diferentes espaços de suas vivências cotidianas. Tê-lo e cultivá-lo implica, portanto, admitir que a relevância do conhecimento científico, embora amplamente reconhecida, não exclui outras formas de conhecimento, como o filosófico, o ético, o estético, o religioso, o comum, entre outros. De acordo com esse entendimento, aprender é muito mais do que memorizar ou reproduzir discursos veiculados nos textos orais e escritos disponibilizados aos estudantes durante a formação acadêmica. Aprender representa uma ação, a um só tempo individual, cognitiva, social, cultural, racional e afetiva, que, envolvendo condições internas e externas, resulta na reestruturação dos esquemas mentais do estudante. Aprender é, ainda, o exercício de relacionar, problematizar e mobilizar campos conceituais diversos no enfrentamento de situações de vida, e que, além da racionalidade, envolve a intuição, a sensibilidade e as subjetividades dos seus produtores.

A aprendizagem, portanto, consiste na construção e na reconstrução de esquemas interpretativos, com base nos conhecimentos e representações construídos pelo estudante através de suas experiências acadêmicas e extra-acadêmicas. Trata-se de um processo de mediação entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido, visto que supõe interação e compartilhamento em uma via de mão dupla; uma ação dinâmica e ativa dos sujeitos aprendentes: professores e estudantes, a partir

da organização da atividade docente em espaços formativos de aprendizagem, com estratégias didáticas adequadas ao contexto e aos grupos, em particular, contemplando interesses, estilos, contextos de aprendizagem diversos, ritmos de aprendizagem diferentes; pluralidade e diversidade de sujeitos; organização de formas de trabalhos distintos para um mesmo grupo de alunos; variedade e multiplicidade de circunstâncias do cotidiano e experiências acumuladas.

As práticas pedagógicas orientadas por essa concepção de conhecimento e de aprendizagem passam a realçar conteúdos desafiadores que assegurem a flexibilização dos percursos formativos; experiências socioculturais que facilitem a produção acadêmica e referenciem a inserção dos sujeitos no mundo. Nessas práticas, o erro não é concebido como algo a ser punido. Alternativamente, deve ser explorado e analisado pedagogicamente como mais uma possibilidade de aprendizagem (Torre, 2007) porque permite instaurar o conflito que favorece saltos e avanços no desenvolvimento cognitivo e social do estudante.

6.1.5 Concepção de avaliação

Essa concepção de aprendizagem como processo de construção pessoal do sujeito que aprende a partir de sua interação cognitiva, social, cultural e afetiva, com os objetos e conteúdos de aprendizagem, exige que a avaliação dos estudantes se alinhe aos seus fundamentos, sendo, portanto, compreendida como uma prática educativa de acompanhamento e regulação do percurso de construção das aprendizagens ao longo da formação acadêmica, tendo em vista o avanço gradativo do seu nível de qualidade. Trata-se de um processo formativo dialógico, orientado por princípios e critérios que exigem a comunicação e a cooperação entre professores e estudantes.

O princípio da negociação orienta o processo de interpretação dos sentidos e significados que vão sendo paulatinamente construídos pelos estudantes em conexão com suas redes prévias de conhecimento e aprendizagens significativas. Aos docentes cabe negociar com eles, confrontando-os com as convenções sistematizadas pela ciência, pela arte, pela ética ou pela estética. Esse processo de negociação exige uma ação compartilhada entre todos os que participam do processo de avaliação.

Nesse sentido, a prática avaliativa é também orientada pelo princípio da cooperação entre professores, estudantes e coletivos de pares, recomendando que ela não se restrinja apenas à heteroavaliação, mas inclua também procedimentos sistemáticos de autoavaliação e coavaliação, compartilhando diferentes olhares e juízos avaliativos.

Evidentemente, ao considerar a possibilidade de múltiplas interpretações, a avaliação das aprendizagens precisa ser flexível, o que não redunde em negligência. Muito pelo contrário, o princípio da flexibilidade suaviza a rigidez avaliativa, enquanto impõe a necessidade de um maior cuidado para com as aprendizagens dos estudantes, no sentido de acompanhar e orientar seus processos construtivos e seus resultados para que, dessa forma, elas sejam efetivas e de qualidade.

Considerando que o aprendizado de conceitos, fatos, procedimentos e atitudes ocorrem ao longo de um processo interativo que inclui acertos e erros construtivos ou convencionais, a avaliação necessita ocorrer continuamente, acompanhando os seus desdobramentos, com o compromisso de buscar uma constante melhoria. O princípio da continuidade recomenda que não haja uma ação pontual e esporádica de avaliação, vinculada a determinado período letivo. Orienta, sim, que se constitua uma ação contínua, sistemática, criteriosa e planejada, incluindo a construção e aplicação de diferentes instrumentos avaliativos específicos e adequados.



O processo avaliativo também requer o exercício do princípio da diversidade. Recolher uma série de informações e dados de aprendizado dos estudantes é fundamental para que os professores avaliadores possam programar as estratégias didáticas, bem como os critérios, as técnicas e os instrumentos de avaliação necessários a uma competente orientação pedagógica. Testes ou provas comumente utilizados pela cultura avaliativa predominante são instrumentos de avaliação úteis e necessários, mas, sem dúvida, não precisam ser exclusivos. Outros instrumentos, como mapas conceituais, sequências didáticas, inventários de conceitos, de atitudes, de procedimentos e de habilidades, artigos, exercícios de aplicação conceitual, estudos de casos, simulações, construções de protótipos e de maquetes, entre vários outros, podem fazer parte do repertório de instrumentos avaliativos utilizados pelos docentes.

Essa diversidade de instrumentos para obter as necessárias informações sobre as aprendizagens dos estudantes e possibilitar a atribuição e suas respectivas pontuações é imprescindível para que se possa exercer o princípio da cumulatividade da avaliação, que implica reconhecer o valor agregado a essas aprendizagens. Faz-se necessária a proposição de novos desafios para que elas se ampliem e se complexifiquem até atingirem o patamar de qualidade desejado.

Por essa razão, as aprendizagens a serem construídas pelos estudantes dos diversos cursos da UFPE precisam ser descritas nos seus respectivos projetos pedagógicos de curso e planos de ensino com a finalidade de cumprirem o princípio da transparência na avaliação, o qual, protegendo o direito do estudante à informação, assegura que cada um e cada uma saiba o que se espera dele ou dela em termos de expectativas de aprendizado, bem como tome conhecimento dos critérios, objetivos, procedimentos e regulamentos avaliativos.

Finalmente, espera-se que o princípio da justiça seja a máxima moral orientadora da cultura avaliativa da UFPE. Toda a nossa comunidade educativa sabe que a prática avaliativa não é neutra, visto que representa um julgamento de mérito ou de valor sobre a produção dos estudantes ante os objetivos da disciplina e os critérios estabelecidos que buscam atender à formação complexa de um profissional. É, portanto, imprescindível a nossa luta e o nosso desejo de que esse julgamento seja legítimo. É consenso o entendimento de que os resultados da avaliação têm repercussão na vida das pessoas, cujos desdobramentos, muitas vezes, mudam rotas e trajetórias de maneira positiva ou negativa.

Nosso compromisso é o de que, através de avaliações justas, possamos interferir positivamente nas vidas de nossos estudantes

de forma a favorecer a formação do profissional que a sociedade precisa no enfrentamento das demandas no desenvolvimento de sua atividade no mundo. Para isso, a proteção dos seus direitos, principalmente os inerentes à avaliação de suas aprendizagens, precisa ser incorporada urgentemente à nossa cultura avaliativa; como, por exemplo, o direito à contestação de critérios avaliativos e o direito a um processo de avaliação da aprendizagem sigiloso, justo e isonômico.

Considerando essas concepções de conhecimento, aprendizagem e avaliação, parece-nos recomendável estimular um processo de construção de uma nova cultura avaliativa, capaz de preservar e de aperfeiçoar a relação entre avaliação, direitos e justiça dignificando a UFPE e o nosso projeto democrático de sociedade e de humanidade.



Foto: Ascom UFPE

6.2 Políticas de Gestão Acadêmica

6.2.1 Política de Avaliação Institucional

Seguindo a portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes, definidos pela referida Lei, a UFPE, em 14 de julho de 2004, através de Portaria do Reitor, de nº 1.291, designou membros para constituírem a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES. Na UFPE, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes, o princípio da autonomia da CPA é respeitado. Contudo, reconhece-se o Conselho Universitário como foro legítimo de aprovação de suas ações em última instância.

A CPA da UFPE conta com Regimento Interno, aprovado e publicado no Boletim Oficial nº 58, de 6 de dezembro de 2023. Sua composição atual, de acordo com o art. 3º, traz o(a) antigo diretor(a) da Diretoria Estratégica de Planejamento, Avaliação e Gestão (Deplag), atual diretor(a) da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), como presidente da Comissão; um(a) coordenador(a) da DAI; 6 (seis) membros docentes, integrantes da carreira de Magistério Superior; 6 (seis) membros técnico-administrativos, integrantes do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE); 3 (três) membros estudantes, regularmente matriculados em curso de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*; e 1 (um) representante da sociedade civil organizada.

Desde a sua criação, a CPA da UFPE vem atuando no acompanhamento dos processos avaliativos institucionais: internos e externos, cujas orientações e cujo acompanhamento estão, atualmente, sob a responsabilidade da DAI.

Cabe à CPA da UFPE a coordenação da elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI), inserido anualmente no sistema do Portal do e-MEC.

6.2.2 Política de Avaliação de Cursos de Graduação

A avaliação de cursos de graduação é entendida na UFPE como uma oportunidade de interlocução com pares externos à IES, indicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), para um aprofundamento sobre os saberes de uma determinada área.

Assim, seja pela avaliação externa *in loco* (virtual ou presencial), seja pela documentação encaminhada em atendimento às demandas do Inep, ou, ainda, pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), os processos avaliativos externos constituem procedimentos por meio dos quais a UFPE buscará sempre alcançar a excelência na formação que oferece à sociedade, tendo clara a sua missão de promover a formação humana, ética e solidária e a construção de conhecimentos de excelência voltados à transformação da sociedade.

Com essa finalidade, a UFPE realiza um trabalho de coordenação e apoio à avaliação dos cursos de graduação através da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) e da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que se encarregam de acompanhar e orientar os cursos de graduação com vistas à qualificação dos processos formativos, bem como ao atendimento às exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em cujo centro estão os aspectos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social da IES e à gestão da instituição.

A Coordenação Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação (CDPCG), da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE), da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), objetivando qualificar os currículos dos diversos cursos de graduação da UFPE, realiza um trabalho de acompanhamento da elaboração e da reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), orientando em relação às exigências de atendimento às demandas sociais

postas aos cursos e de cumprimento dos dispositivos legais regulamentadores das diversas formações profissionais oferecidas. A referida coordenação constitui um canal de diálogo com os cursos de graduação e possibilita uma assistência direta aos seus coordenadores, aos chefes de departamento e aos professores em geral.

A DAI adota uma agenda de acompanhamento dos processos avaliativos do Sinaes, trabalhando na realização de um diálogo permanente com as gestões dos cursos de graduação, no sentido de orientar e supervisionar as atividades inerentes às suas atribuições nas ações de avaliação externa, sendo os principais processos o Enade e a avaliação externa *in loco*. A DAI acompanha, também, os trabalhos das Comissões Avaliadoras do Inep responsáveis pela avaliação *in loco*, coordenando esse processo formativo através da realização de reuniões com os cursos de graduação, da recepção à comissão avaliadora, do acompanhamento dos resultados da avaliação, da leitura dos relatórios das referidas comissões avaliadoras e do retorno às diligências do Inep; atuando sempre em parceria com a CPA nas questões relativas à avaliação dos cursos de graduação.

Já no âmbito da avaliação interna, a DAI, junto com a CPA, realiza a aplicação semestral do instrumento avaliativo das condições de ensino da graduação na UFPE. O instrumento é aplicado a docentes e discentes através do SigaA e compreende a avaliação do docente pelo discente, a autoavaliação docente e discente e, por último, a avaliação da infraestrutura.

A perspectiva de melhoria na qualidade da aplicação e da entrega de resultados desse instrumento avaliativo, como forma de devolutiva para a comunidade acadêmica da UFPE e a sociedade civil, consiste em reformular a proposta inicial da Resolução nº 10/2017 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), que regulamenta a aplicação desse instrumento na universidade. Destacamos, ainda, a criação de painéis de acesso

público para o acompanhamento dos resultados consolidados como uma devolutiva inicial, em que toda a comunidade acadêmica da UFPE, além da sociedade civil, acompanha os aspectos que foram avaliados. Quanto ao resultado individual do professor, que implica uma nota, inclusive utilizada em processo de progressão docente, o acesso é restrito a cada um deles.

6.2.3 Política de Educação Inclusiva

As políticas para a inclusão de pessoas com deficiência na UFPE têm sido gradativamente definidas e fortalecidas nesta IES nos últimos anos. Nesse sentido, a criação do Núcleo de Acessibilidade (Nace), em junho de 2014, representa um marco significativo em termos de política de educação inclusiva, institucionalizando-se ações voltadas à inclusão e definindo-se um setor responsável por promover a acessibilidade e a inclusão educacional, em parceria com os diversos setores da universidade.

Essas ações se voltam para um público de estudantes e servidores (docentes e técnico-administrativos) que apresentem deficiência auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla; Transtorno do Espectro Autista (TEA); altas habilidades ou superdotação; transtorno específico da aprendizagem, a saber: dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou mobilidade reduzida.

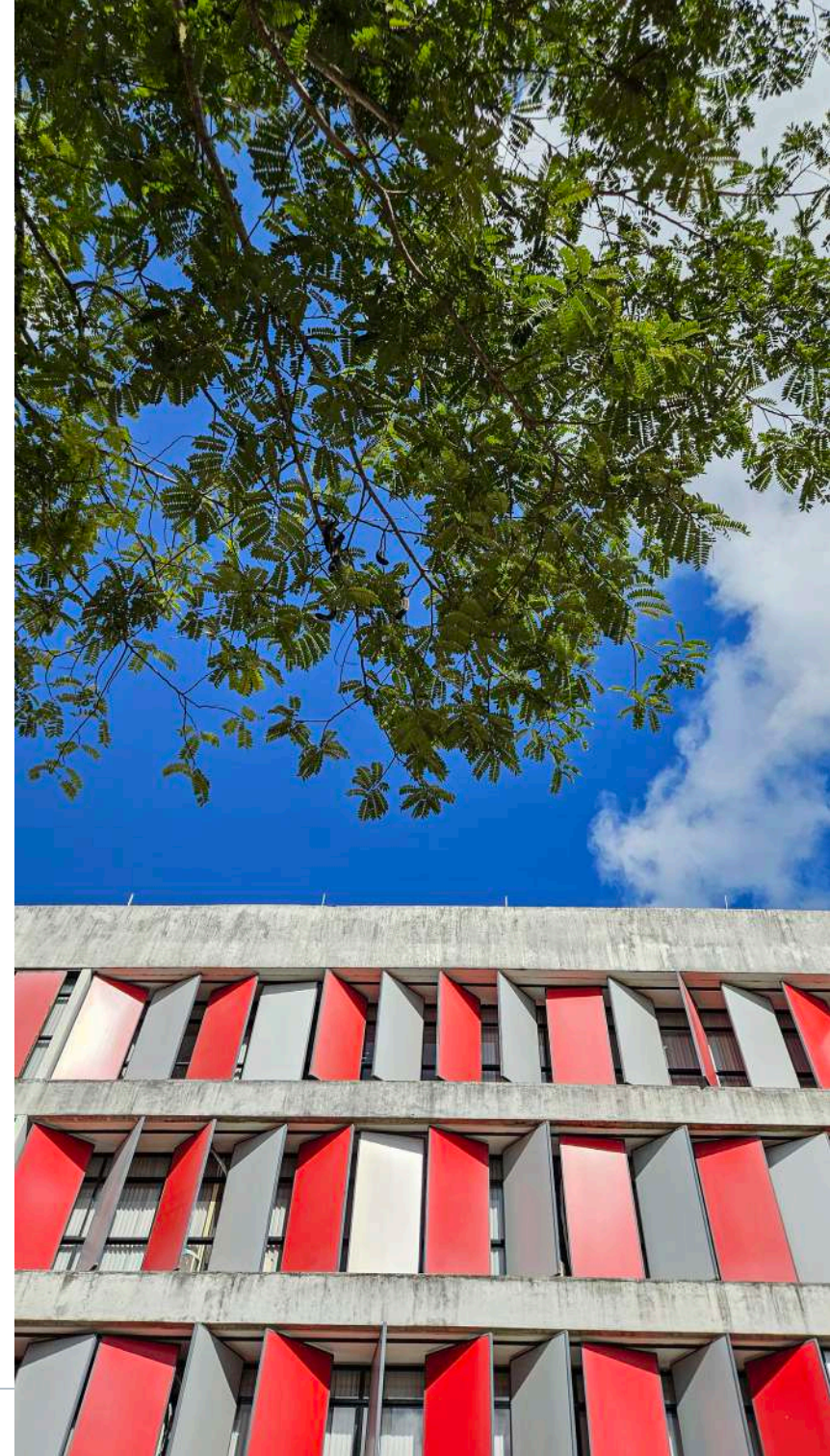
De uma forma geral, a educação inclusiva pode ser considerada como uma questão de direito e de atitudes. No tocante ao direito, apoia-se em uma extensa legislação que garante à pessoa com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas o acesso e a permanência na instituição educacional em condições de equidade com os demais estudantes. No tocante às atitudes, no entanto, ainda se encontra em processo de consolidação, tendo em vista a existência de preconceitos e de um grande desconhecimento com relação a essas pessoas.

Com base na Lei nº 13.409/2016, que altera a Lei nº 12.711/2012 no que tange à reserva de vagas para estudantes com deficiência, a UFPE começou a receber esses estudantes através de cotas a partir de janeiro de 2018. Tal política intensificou a demanda por acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência, ação que foi beneficiada pela ampliação do número de profissionais da equipe técnica especializada do Nace. Em agosto de 2018, segundo levantamento do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), havia 308 (trezentos e oito) estudantes com deficiência, 23 (vinte e três) servidores docentes e 49 (quarenta e nove) servidores técnico-administrativos em educação.

Na UFPE, ações têm sido realizadas de forma a favorecer a criação de uma cultura inclusiva na instituição, buscando-se a difusão do conhecimento sobre as deficiências e a sensibilização da comunidade acadêmica. De fato, a dimensão atitudinal da acessibilidade influencia sobremaneira a dimensão educacional ou pedagógica, uma vez que determina as relações – positivas ou negativas – estabelecidas com as pessoas com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas.

De forma a garantir a permanência desse público na UFPE, esforços têm sido envidados para se instituir uma política voltada ao atendimento das necessidades da comunidade em acessibilidade e inclusão educacional. Isso envolve a adoção de estratégias e procedimentos institucionais para a identificação de estudantes e o acompanhamento pedagógico individualizado, tais como: recursos didático-pedagógicos adequados; recursos de tecnologia assistiva e adaptação no ambiente de trabalho; orientação e mobilidade; adaptação das atividades avaliativas; oferta de tradutor e intérprete de Libras, leitor, transcritor e outros apoios especializados que se julgarem necessários, conforme a especificidade apresentada.

Diante do exposto, destacam-se as principais metas para a promoção de políticas de educação inclusiva na UFPE para os anos de 2024 a 2028:



1. Formação continuada de servidores docentes e técnico-administrativos, com vistas ao aperfeiçoamento e à atualização em temas referentes a educação inclusiva e acessibilidade;
2. Atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação ofertados pela UFPE, os quais devem abordar conteúdos que versem sobre pessoas com deficiência, inclusão e acessibilidade, contribuindo para a qualificação de profissionais sensíveis às mais variadas condições de deficiência e fornecendo bases para uma atuação inclusiva nos mais diversos setores do mercado de trabalho;
3. Mapeamento das condições de acessibilidade física nas edificações da UFPE;
4. Fortalecimento dos núcleos de acessibilidade no interior do estado, de modo a assegurar a excelência do atendimento às pessoas com deficiências;
5. Estabelecimento de programas de apoio pedagógico para estudantes com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas;
6. Organização de atividades e eventos sobre acessibilidade, para informar e sensibilizar a comunidade acadêmica;
7. Orientação aos coordenadores de curso e professores de graduação e pós-graduação sobre adequações didático-pedagógicas em consonância com as singularidades dos estudantes com deficiência e/outras necessidades educacionais específicas;
8. Instituição de repositório de acervo acessível de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação.

Nesse sentido, a UFPE reafirma seu compromisso social de instituir as práticas necessárias à inclusão de pessoas com deficiência nessa IES.

6.2.4 Política de Ensino

A UFPE busca propiciar a alunos e professores o apoio institucional necessário para essas atividades, que deverão incluir as aulas de campo, as aulas práticas, as visitas técnicas, a educação tutorial e o estágio. Nesse sentido, entendemos que atrelar a formação propiciada pela universidade à formação proporcionada pelo mundo do trabalho favorece a formação cidadã do aluno. Possibilita uma compreensão ampliada de sua futura inserção profissional no mundo das políticas públicas, no mundo das relações de trabalho e, em consequência, no mundo daqueles para os quais a sua formação deverá estar voltada, tendo como meta a dignidade e o aperfeiçoamento humanos.

No que compete ao acompanhamento do ensino, a UFPE aprovou a Resolução nº 19/2022, que reformulou a Resolução nº 06/2014, que regulamentava o regime especial de exercícios domiciliares. Foram adicionadas mais situações aplicáveis à realização dessas atividades. Com essa medida, mais estudantes foram contemplados, o que contribuiu, assim, para a redução das taxas de evasão da universidade. Outra resolução aprovada foi a de nº 08/2022, que regulamenta os Estudos Planejados, para os estudantes que possuem obstáculos no processo de aprendizagem em cursos de graduação.

Outros normativos que impactarão o combate à evasão e à repetência são as seguintes iniciativas, ainda em andamento: a reformulação da Resolução nº 03/2008, que altera dispositivos do Regimento Geral, referentes aos prazos e normas para o cancelamento de disciplinas e trancamento de semestre, e

estabelece regras complementares de matrícula; e a criação da Resolução sobre Monitoria e a criação da Resolução de Trabalho de Conclusão de Curso.

A UFPE deverá, também, manter, consolidar e ampliar os programas que potencializam a educação tutorial, como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde), nas suas diferentes modalidades; bem como aqueles que inserem os alunos dos cursos de graduação em seus campos de trabalho, propiciando um ganho recíproco entre alunos e instituições contratantes, a partir da permanente interlocução entre a formação acadêmica e o campo das práticas em que esses alunos atuam, notadamente na saúde e na educação, em especial por meio do PET Saúde, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa de Residência Pedagógica.

Por sua vez, o Programa de Monitoria da UFPE constitui um espaço de aprendizagem oferecido aos alunos dos cursos de graduação, visando ao aperfeiçoamento do seu processo de formação e à melhoria da qualidade do ensino. Esse programa tem como objetivos:

- Contribuir para a melhoria do ensino de graduação;
- Propiciar o estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas;
- Facilitar as relações didáticas entre docentes e discentes;
- Ampliar a participação do discente de graduação na vida acadêmica, através de atividades pedagógicas relacionadas ao ensino;
- Possibilitar o aprofundamento teórico e prático dos conhecimentos relacionados à área específica da monitoria.

O programa está estruturado do seguinte modo: a coordenação geral de monitoria está na Coordenação de Programas



Acadêmicos, da Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), que compõe a Prograd. Em cada Centro Acadêmico da UFPE há um coordenador geral de monitoria, e, em cada Departamento, Curso ou Núcleo, há um professor coordenador.

A monitoria pode ser concedida na modalidade bolsista e voluntária. Quando concedida com bolsa, a monitoria impede que o aluno acumule com quaisquer outras bolsas, como, por exemplo, com bolsa de iniciação científica, uma vez que a única bolsa que permite a acumulação com outras é a bolsa de manutenção acadêmica.

O crescimento dos cursos na UFPE a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), bem como o ingresso de cotistas em 50% (cinquenta por cento) das vagas, impulsionou a necessidade de mais bolsas de monitoria, trazendo um desafio para a UFPE na sua distribuição entre seus 3 (três) *campi*: Recife, CAA e CAV.

No período compreendido entre os anos letivos de 2020 e 2022, 5.273 monitores foram contemplados, nos 3 (três) *campi*, com bolsas de monitoria, e esses *campi* foram contemplados com 12.032 monitores voluntários. A UFPE teve, ao longo desse período, um total de 17.305 monitores (bolsistas e voluntários), conforme descrito na Tabela 6, de acordo com *campus* ou a modalidade de ensino.

No que tange à promoção da vinculação da universidade com o mundo do trabalho, através da celebração dos Convênios de Concessão de Estágio, registramos que atualmente a UFPE tem mais de 1.100 desses convênios e acordos de cooperação técnica ativos, tendo sido celebrados 287 (duzentos e oitenta e sete) convênios para a concessão de estágios e práticas de integração ensino-serviço-comunidade, no ano civil de 2021, 303 (trezentos e três) convênios, em 2022, e 251 (duzentos e cinquenta e um), em 2023, até o momento desse levantamento. Entre esses convênios,

Tabela 6. Oferta de bolsas de monitoria, por *campus* (2020-2022)

<i>Campus</i>	Monitores bolsistas	Monitores voluntários
<i>Cursos presenciais</i>		
<i>Campus Recife</i>	4.158	9.669
<i>Campus Cauraru</i>	395	1.087
<i>Campus Vitória</i>	673	1.276
<i>Cursos na modalidade EaD</i>		
Cursos de Graduação em Educação a Distância	47	0
Total	5.273	12.032

Fonte: Tabela elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em 2023.

um de grande relevância para as licenciaturas é o da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE) e o da Secretaria de Educação do Recife. Enquanto o referido convênio com o estado não estava finalizado, foram celebrados mais de 70 (setenta) convênios diretamente junto a escolas.

O estágio é concebido como principal instrumento de integração entre os diversos cursos e seus respectivos espaços formais de trabalho. Em sintonia com esse entendimento, a UFPE tem trabalhado sob a orientação de uma perspectiva ampliada, preconizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que define como estratégia “ampliar a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior”, visando a atingir a meta 12, que prevê, conforme citado anteriormente: elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e da expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público (Brasil, 2014).

A concepção de estágio na UFPE articula a formação oferecida nos cursos de graduação às diferentes possibilidades de formação disponibilizadas em campos no mundo do trabalho onde o aluno exercerá suas atividades. Busca-se, com isso, enfrentar os desafios postos pelo “aprender a fazer”, ou seja, favorecer a aprendizagem pela práxis. Segundo Silva e Muniz (2019, p. 152),

[...] o estágio curricular contribui para a formação profissional a partir do saber-fazer, no entanto, não se limita apenas ao conhecimento de técnicas e instrumentos metodológicos de ensino, e sim com o ‘que fazer’ para promover a qualidade da intervenção, no sentido de uma aprendizagem significativa em virtude do aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e habilidades do acadêmico, referenciadas de uma postura crítico-reflexiva. Assim sendo, em todo e qualquer momento, as questões de cunho ético, humano, epistemológico e instrumental estarão sendo evocadas e praticadas.

O estágio, em razão de sua importância estratégica nesse processo, deverá estar previsto nos PPCs de todas as graduações da UFPE, nas suas modalidades obrigatória e não obrigatória; deverão ser reconhecidas, inclusive, as possibilidades geradas pelos programas de mobilidade nacional e internacional, quando a perspectiva conceitual das proposições é atender ao aperfeiçoamento e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos seus alunos.

Para tanto, à UFPE cabe assegurar os mecanismos institucionais relativos a prospecção, regulamentação e avaliação dessas atividades, integrando, dessa forma, os diversos atores envolvidos no processo. Deverá também estruturar-se como concedente de estágios para outras IES nacionais e internacionais. Na UFPE, o acompanhamento do estágio conta com uma coordenação específica, a Coordenação de Formação para o Trabalho, vinculada à DGA.

Durante o ano de 2022, foram realizadas diversas reuniões no sentido de dar apoio às coordenações de curso e de estágio,

através da articulação entre as ambas e da aproximação entre essas e as concedentes de estágio, a fim de aperfeiçoar os processos correspondentes. Ao longo do ano, foram realizadas mais de 40 (quarenta) reuniões envolvendo: Secretarias Municipais de Saúde (Recife, Vitória de Santo Antão, Caruaru), Secretaria Estadual de Saúde, Coordenação das Licenciaturas do Centro de Educação, Hospital das Clínicas, Comissão de Fortalecimento da Integração Ensino Serviço da Saúde (Cofiess), cursos da área de saúde, Secretaria de Educação do Recife, cursos da área das licenciaturas e outras Coordenações de Estágio.

Com objetivo de fortalecer os cursos de graduação na área da saúde, realizamos reuniões com a Cofiess, com representantes de todos os cursos de saúde da UFPE, em que foram encaminhadas ações para assegurar o estabelecimento de convênios, a ampliação dos estágios e o seu funcionamento. Além disso, foram realizadas reuniões específicas com as secretarias de saúde, em foram apresentadas possibilidades, demandas e dificuldades. Essa ação aproxima a UFPE da sociedade, fortalece a interprofissionalidade, contribui para o conhecimento das demandas dos serviços na área de saúde e ajuda a UFPE no monitoramento das dificuldades dos cursos da área de saúde.

6.2.5 Política de Inovação no Ensino

A busca por inovação no ensino de graduação na UFPE tem sido motivada pela constante necessidade de qualificação do Ensino Superior, adequando-o às necessidades da sociedade contemporânea, considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos.

Práticas e metodologias inovadoras são muito mais raras na Educação Superior do que em outros níveis de ensino. Segundo Zabalza (2006, p. 43) “na recente tradição universitária, a docência em si mesma não constituía um assunto relevante para a

universidade, como instituição. Estando garantida a presença dos alunos, não existia nenhuma pressão para justificar a qualidade do processo formativo”. Para esse autor, a Didática Universitária – e as atividades realizadas por professores da Educação Superior em sala de aula, laboratórios e outros espaços de ensino – é bem mais desvalorizada que as demais atividades desenvolvidas pelo docente universitário, como pesquisa e extensão (Zabalza, 2006).

Essa realidade, contudo, está se modificando, considerando a importância da formação profissional dos alunos e a necessidade de refletir sobre o tipo de formação e o papel da pedagogia nesse processo. Dessa forma, considerar o sujeito aprendente como principal ator nesse processo, como já vem ocorrendo há mais tempo na Educação Básica, tornou-se uma preocupação também dos professores universitários. E considerar esse processo formativo requer pensar percursos e estratégias de ensino, condizentes com o contexto social e tecnológico em que vivemos.

Diversos professores, já conscientes dessa realidade, buscam desenvolver práticas diferenciadas do tradicional “ensino bancário” (Freire, 2002), e sugerem estratégias mais colaborativas entre os estudantes e outras práticas que promovam uma construção e uma apropriação significativa dos conteúdos, habilidades e competências necessárias para a formação profissional e humana de seus alunos.

Nesse sentido, a UFPE, através da Prograd, tem procurado conhecer e socializar as práticas inovadoras já desenvolvidas por seus docentes, buscando motivar os professores em geral na busca por uma formação mais significativa e humanizadora.

O conceito de inovação pedagógica na UFPE se alinha com o referencial de Cunha (2008, p. 22), para quem a inovação pedagógica “requer uma ruptura necessária que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade”. Ainda nesse sentido, é considerada não apenas a

inclusão de novidades e tecnologias, mas também uma mudança na forma de entender o conhecimento. Cunha (2008, p. 24-28) toma como características inovadoras:

- A ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender;
- A gestão participativa, com a atuação dos estudantes na definição de percursos e critérios no ensino;
- A reconfiguração de saberes, procurando uma compreensão integradora dos fenômenos humanos e da natureza, incluindo no ensino, também, vivências pessoais e competências como a artística;
- A reorganização da relação entre a teoria e a prática, valorizando essa última como uma leitura da realidade;
- A modificação da percepção da concepção, do desenvolvimento e da avaliação da experiência no ensino/aprendizagem;
- A mediação do docente, estabelecendo relações socioafetivas com os alunos como condição de aprendizagem significativa (subjetividade, conhecimento);
- A protagonismo como condição para aprendizagem significativa, reconhecendo que tanto estudantes quanto professores são sujeitos da prática pedagógica, estimulando a produção de conhecimento pelos estudantes.

A UFPE vem desenvolvendo anualmente, para promoção da inovação pedagógica no ensino da graduação, o Edital para Melhoria e Inovação da Graduação, que incentiva projetos propostos por docentes com vistas ao desenvolvimento de atividades e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a integração entre cursos, disciplinas e ações de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2020, a UFPE ampliou o seu conjunto de ações, com foco na inovação pedagógica, na graduação:

- a) Editais do Programa do Livro-Texto:** A proposição do edital do Programa do Livro-Texto, para estímulo da produção de material didático de suporte a práticas inovadoras, permitiu que livros digitais fossem propostos em três categorias: Colégio de Aplicação/Educação Básica; Políticas de Ação Afirmativa (Educação das Relações Étnico-Raciais, Acessibilidade, Inclusão, Diversidade e Diferença; e Todas as Temáticas. No âmbito desse edital, foram aprovados 35 (trinta e cinco) livros, sendo 5 (cinco) na segunda categoria e 30 (trinta) na terceira categoria. Os lançamentos dos livros ocorreram em março de 2022 e todo esse material se encontra disponível para *download* gratuito no *site* da Editora UFPE.
- b) Aquisição de equipamentos inovadores para todos os centros da UFPE:** Em relação ao objetivo estratégico 3, que é reduzir tanto evasão quanto a retenção nos cursos de graduação e pós-graduação, algumas ações foram desenvolvidas com dispêndio orçamentário em 2021. Assim, numa perspectiva inovadora no ensino de graduação, com o objetivo realizar a montagem de salas de aula físicas, onde é possível desenvolver atividades presenciais com transmissão simultânea pela internet, mantendo-se as condições sanitárias e de distanciamento, em uma perspectiva de ensino presencial e remoto, foram adquiridos 79 (setenta e nove) *kits*, compostos de câmera e equipamento de som, representando um investimento da ordem de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais). O ensino de graduação no país, durante a pandemia, possuía determinações legais que subsidiaram as resoluções que regulavam a realização do processo de ensino pelos meios presencial e remoto (Resolução nº 23/2020 e Resolução nº 28/2021, ambas do Cepe, e Manuais produzidos pela



Prograd). Os *kits* de equipamentos foram distribuídos e instalados em todos os Centros Acadêmicos, e disponibilizados para os cursos a partir do semestre letivo 2021.2, em fevereiro de 2022.

c) Editais de melhoria dos Laboratórios de Ensino de Graduação e de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação: Ainda com relação à melhoria da qualidade do ensino e à inovação no ensino de graduação, foram lançados o Edital de Melhoria dos Laboratórios de Ensino de Graduação, em 2020, e duas edições do Edital de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação, em 2022 e 2023, conforme a Tabela 7.

O valor total do investimento no edital de melhoria dos laboratórios, de 2020, foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), disponibilizado como incentivo à aquisição de materiais de capital, conforme o objetivo estratégico de adotar novas práticas pedagógicas para a formação acadêmica, apontada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Foram submetidos 77 (setenta e sete) projetos, dos quais 32 (trinta e dois) foram contemplados.

O valor total de investimento na primeira edição do Edital de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação, em 2022, foi de cerca de R\$ 614.000,00 (seiscentos e quatorze mil reais), como incentivo à aquisição de materiais de capital e de custeio. Foram submetidos 52 (cinquenta e dois) projetos, dos quais 28 (vinte e oito) foram contemplados.

Na segunda edição do Edital de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação, em 2023, foi de cerca de R\$ 777.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais) o investimento a dele destinado como incentivo à aquisição de materiais de capital e de custeio. Foram submetidos 69 (sessenta e nove) projetos, dos quais 23 (vinte e três) foram contemplados.

Com vistas à melhoria, ainda, da qualidade do ensino por meio do incentivo financeiro à aquisição de materiais de custeio pelas coordenações dos cursos de graduação, através da submissão de projetos, foram investidos cerca de R\$ 776.000,00 (setecentos e setenta e seis mil reais) entre 2020 e 2023, conforme a Tabela 8. Cada coordenação pôde submeter apenas um projeto.

A Prograd realiza anualmente a Semana de Formação Pedagógica, prevista no Calendário Acadêmico-Administrativo da Graduação, tendo por objetivo a socialização de práticas exitosas e inovadoras na UFPE, trazendo, a cada edição, expoentes externos da área de inovação no Ensino Superior e promovendo *workshops* para a apresentação e a reflexão sobre relatos de docentes da UFPE sobre suas próprias práticas.

Tabela 7. Valores investidos na melhoria dos laboratórios e na inovação no âmbito das práticas de ensino

	Melhoria dos Laboratórios de Ensino	Estímulo à Inovação	Estímulo à Inovação
	2020	2022	2023
Projetos submetidos	77	52	69
Projetos aprovados	32	28	23
Investimento em capital	R\$1.000.000,00	-	-
Investimento em capital e custeio	-	R\$614.000,00	R\$777.000,00

Tabela 8. Valores investidos em custeio no âmbito de projetos das coordenações de curso

	2020	2022	2023
Projetos inscritos	74	58	62
Projetos contemplados	69	58	62
Investimento	R\$ 310.500,00	R\$ 202.178,74	R\$ 213.500,00

Fonte: Tabelas elaboradas pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em 2023.

O evento apresenta, a cada ano, temas relacionados aos desafios e avanços da educação e da universidade pública na contemporaneidade, promovendo discussões sobre: o seu papel e seu compromisso social; a inclusão, a saúde mental, a docência; a diversidade e os desafios no ambiente educacional, entre outros temas.

Além das Semana de Formação Pedagógica, a Prograd, a partir dos Fóruns de Coordenadores, apresenta temas pertinentes ao desenvolvimento e ao planejamento contínuo dos cursos de graduação no que compete à inovação no ensino.

Destaca-se, ainda, a importância da articulação entre a Prograd e a Progepe no acompanhamento de propostas e ações de formação para os professores da UFPE sobre inovação pedagógica, planejamento, gestão, avaliação e outros temas que compõem as práticas docentes e a formação dos estudantes.

Pode-se destacar, ainda, nesse contexto, a importância dos encontros e reuniões realizados pela Prograd/DDE com os Cursos de Graduação e o Núcleo Docente Estruturante de Cursos, para planejamento e orientação relacionadas à flexibilização e à atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, no que concerne às metodologias de ensino neles propostas.

6.2.6 Política de Gestão do Ensino

A Prograd é a instância responsável pelos assuntos referentes ao ensino de graduação da UFPE, tendo como responsabilidade garantir a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pela instituição e reafirmar seu compromisso social, articulando o ensino com as áreas de pesquisa e de extensão.

Compete à Prograd a coordenação das políticas de ensino e de docência nos cursos de graduação, visando à sua qualificação e ao controle acadêmico dos estudantes no que diz respeito aos aspectos legais e à sua documentação.



Foto: Ildembergue Leite

A Prograd atua em conjunto com a Câmara de Graduação e Ensino Básico (CGEB), os Colegiados dos Cursos de Graduação, as Câmaras de Graduação dos Centros Acadêmicos, além de Comissões de Trabalho em temas específicos. A Prograd tem assento no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe), no Conselho de Administração (Consad) e no Conselho Universitário (Consuni).

Sua estrutura organizacional comporta três diretorias: a Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) e a Diretoria de Informação Gerencial e Infraestrutura Acadêmica (Digi).

A DGA é responsável pelo planejamento, pela supervisão e pela execução das ações relacionadas às atividades acadêmicas, ao ingresso, à permanência e à desvinculação do estudante de graduação.

Nesse sentido, compete à DGA gerenciar as formas de ingresso nos cursos de graduação; elaborar e atualizar propostas de resoluções e outros normativos de cunho acadêmico, atinentes à sua competência; analisar e decidir sobre requerimentos, bem como prestar informações pertinentes a matérias de sua competência; elaborar e encaminhar para aprovação pelas instâncias superiores proposta de resolução para estabelecer o calendário acadêmico e administrativo da graduação; gerenciar a matrícula acadêmica de estudantes ingressantes e de veteranos nos cursos de graduação da UFPE.

Também atua com o acompanhamento, a análise, a autorização e o registro de diplomas de graduação da UFPE. Cabe-lhe, ainda, gerenciar o Programa de Monitoria para os estudantes da graduação, os Programas de Mobilidade acadêmica nacional, o auxílio financeiro para a apresentação de trabalhos em eventos internacionais, a fim de apoiar os estudantes de graduação da universidade, e o Programa Educação Tutorial, para além

de outros tipos de bolsa no âmbito de Programas Acadêmicos. Acrescenta-se, ainda, que é de sua competência planejar, regular, monitorar e avaliar as práticas de integração entre a UFPE e o mundo do trabalho e gerir a celebração de convênio de concessão de estágio e o seguro de estágio obrigatório.

Em parceria com a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), é de sua responsabilidade, manter e organizar dados relativos ao ensino de graduação, no que se refere à administração e ao controle acadêmico, assim como apresentar informações sobre os ingressantes, os egressos e a permanência dos estudantes na UFPE.

A Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) é responsável por assessorar o planejamento e o acompanhamento dos cursos de graduação, atuando para a melhoria do ensino.

Nesse sentido, a DDE assessora os cursos de graduação nas questões relativas ao desenvolvimento do ensino e à inovação pedagógica; analisa e emite pareceres sobre suas reformas curriculares integrais ou parciais; e monitora seus indicadores de qualidade, atuando com vistas a aperfeiçoar as condições de ensino.

Essa diretoria também presta assessoramento na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de propostas de criação de novos cursos de graduação, também orientando e acompanhando na elaboração e na atualização, periódica, de seus projetos pedagógicos, prezando pelo atendimento às normativas e diretrizes institucionais e nacionais.

Importa destacar que a DDE atua efetivamente no acompanhamento das atividades docentes, com repercussões no ensino; acompanha a execução, em parceria com a Diretoria de Gestão de Finanças e de Infraestrutura no Ensino de Graduação (Difi), as aulas de campo; e avalia as condições de ensino, propondo melhorias.

Tem, ainda, como atribuição elaborar e propor atualizações de resoluções, documentos oficiais, pareceres e normativas

referentes às condições de ensino e realizar análises processuais, bem como monitorar as ações e a execução das atividades atinentes às suas competências.

A Difi é responsável por planejar, coordenar e fomentar as atividades relacionadas ao desenvolvimento do ensino de graduação, gerindo os recursos financeiros e de infraestrutura necessários aos cursos da universidade.

Nesse sentido, compete à Difi fomentar ações para a aquisição de equipamentos de abrangência institucional, de modo a ser possível o atendimento das demandas pedagógicas no âmbito da Prograd.

Além disso, cabe-lhe planejar, administrar e executar todo o orçamento da Prograd, executando as demandas financeiras vinculadas aos editais relacionados ao ensino de graduação, aos eventos pedagógicos, às bolsas de monitoria, às aulas de campo e aos seguros de estágios e de aulas de campo.

A Difi tem como uma de suas ações, nesse contexto, planejar e gerenciar os editais de apoio às coordenações de curso, de inovação no ensino de graduação e de livros digitais que envolvam orçamento da Prograd, bem como planejar e executar suas demandas financeiras.

Cabe, ainda, à Difi gerenciar o planejamento, a organização e a execução dos eventos pedagógicos da Prograd, tais como as Expo UFPE e as semanas pedagógicas em parceria com a DDE.

Essa diretoria também tem como competência a administração da utilização, do funcionamento, da conservação e da manutenção da infraestrutura dos Núcleos Integrados de Atividades de Ensino (Niate).

Por fim, destaca-se que estão entre suas atribuições outras ações, como a de gerir os contratos celebrados entre a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (Fade) e a UFPE no âmbito da Prograd; a de monitorar as ações, a execução das atividades e a

prestação de contas da própria Difi; e a de desempenhar quaisquer outras atividades em sua área de competência.

Por meio das suas Diretorias e da articulação entre elas suas coordenações, a Prograd vem perseguindo os objetivos de coordenar a política de ensino da graduação, promover o controle acadêmico dos estudantes e coordenar a qualificação dos cursos de graduação da UFPE.

6.2.7 Política Institucional da UFPE para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica

A Política Institucional da UFPE para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica tem como objetivo orientar a organização e o funcionamento da formação acadêmico-profissional, inicial e continuada, de professores e demais profissionais da Educação Básica. Essa política busca estabelecer princípios que permitam orientar o processo de elaboração e reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura na UFPE, assegurando sua especificidade – que consiste na docência como base da formação e identidade do licenciado –, assim como dos programas, projetos e demais ações da universidade voltadas para esse fim.

A política aqui traçada resulta de um amplo processo de discussão e decisão, do qual fizeram parte vários atores e setores da UFPE, sendo coordenada e implementada pela Prograd.

Esse processo de discussão e construção envolveu o coletivo de cursos de licenciatura dos 3 (três) *campi* da UFPE, através de estudos, planejamentos e ações integradas, tendo como foco a reestruturação da política curricular ante as mudanças postas pelo atual contexto educacional. Nessa dinâmica, foi constituída a Comissão de Assessoramento à Prograd na Elaboração da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de

Professores para a Educação Básica na UFPE. A referida comissão foi composta por servidores docentes e técnico-administrativos, com representações de diferentes pró-reitorias (Prograd, Proext e Propesqi) e dos seguintes setores: Centro Acadêmico do Agreste (CAA); Centro de Artes e Comunicação (CAC); Centro Acadêmico da Vitória (CAV); Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Educação (CE); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH); Colégio de Aplicação (CAP); Pós-graduação em Educação (PPGE); Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea (PGEDUC); Coordenação de Formação Docente para os Cursos de Licenciatura (CFDL); Núcleos de Estudos e Assessoria Pedagógica (Neap); Núcleo de Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer); Núcleo de Políticas LGBT (NLGBT); Núcleo de Acessibilidade (Nace); Programa de Fórum Estadual de Educação – Pernambuco.

As atividades desenvolvidas pela comissão incluíram reuniões de trabalho para estudo, discussão e definição dos princípios norteadores do documento. Além disso, a Prograd promoveu uma série de ciclos de diálogo com o propósito de ampliar o debate sobre as possibilidades de melhoria da qualidade da formação inicial e da formação continuada de professores da Educação Básica, além do seminário sobre a Política de Formação de Professores para Educação Básica da UFPE, que reuniu todos os cursos de licenciatura com a finalidade de debater sobre e apresentar a Política Curricular para os Cursos de Formação de Professores da UFPE defendida pela universidade, com suas concepções de docência e de constituição da profissionalidade: identidade, trabalho e saberes docentes; a prática como Componente Curricular, Estágio e articulação da UFPE com os sistemas de ensino na formação docente; a relação entre ensino, pesquisa e extensão na formação de professores; a inclusão, a

diversidade e a diferença na formação de professores; a modalidades da Educação Básica; a educação em espaços não escolares na formação de professores. Por fim, realizamos uma plenária para a socialização das discussões e formulação da síntese final.

Esses eventos nos permitiram aprofundar questões e acrescentar contribuições que fortaleceram o debate e consolidaram compreensões, bem como definiram as bases orientadoras para constituir a política.

Nesse sentido, a Política Institucional preza pela construção da identidade profissional do professor da Educação Básica, tecida na vivência de um significativo número de experiências, considerando tempos e espaços sociais diversos. A construção dessa identidade profissional, bem como o domínio dos conhecimentos profissionais mobilizados para atender às demandas concretas da profissão têm o campo de exercício profissional como lugar e tempo da aprendizagem, em um movimento permanente e não linear de articulação entre teoria e prática. É nesse processo de construção da identidade do trabalho do professor que a formação inicial em um curso de licenciatura se mostra relevante – por ser esse o espaço de elaboração e de apropriação dos saberes e conhecimentos que definem o grupo profissional e de habilitação para o exercício da profissão.

Por fim, destacamos que a implementação dessa política se dará na ação conjunta entre a Prograd – através da Comissão Institucional Permanente da UFPE para a Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica – e as demais instâncias relacionadas aos cursos de licenciatura, tais como: Núcleos Docentes Estruturantes (NDES), Colegiados, Centro de Educação (CE), Colégio de Aplicação (CAP), Instâncias Institucionais de Articulação das Licenciaturas nos *campi* da UFPE, Fóruns das Licenciaturas nos *campi* e Fórum de Coordenadores de Cursos. Destacamos, ainda, que a gestão da política deve observar os princípios e as concepções que permeiam as ações e

proposições por ela explicitadas, bem como as determinações do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica no âmbito das Instituições de Ensino Superior (Comfor).

6.3 Perfil do egresso

O perfil do aluno egresso da UFPE em quaisquer áreas de formação profissional deverá estar pautado por uma conduta ética e comprometida com as questões sociais e ambientais que afetam a população, em especial os grupos situação de desvantagem socioeconômica, como característica de uma atuação profissional apoiada em princípios éticos de solidariedade, cooperação, respeito à alteridade e justiça social.

Esse compromisso implica o preparo técnico-científico indispensável à produção e à aplicação do conhecimento, além de competências, atitudes e habilidades que caracterizam a capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas, própria de um profissional da área; a defesa dos Direitos Humanos e a capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa no atendimento às demandas da vida social; o desenvolvimento da capacidade de atuar em equipe, na defesa, individual e coletiva, do bem comum; a capacidade comunicativa para compor equipes no desenvolvimento de um trabalho integrado e contributivo, que supõe investimentos na própria formação contínua, reconhecendo-se cada pessoa como ser inacabado e em busca de constante aprimoramento científico e técnico.

O percurso formativo dos acadêmicos da UFPE prima por preparar profissionais com sólida base científica, humanística e cultural para uma atuação que, sendo propositiva, estará empenhada na busca de soluções para as questões sociais demandadas pela contemporaneidade.

A UFPE, no próximo PD1, atuará na implementação do Portal do Egresso, com informações dos diplomados, em cada curso de graduação, para fins de apresentação dos impactos da UFPE na sociedade. Esse portal está em fase de estruturação e tem como objetivo a disponibilização e a atualização de informações dos estudantes egressos (formados) na UFPE em parceria com a DAI. Além disso, serão também disponibilizadas, no referido portal, para conhecimento da sociedade, dados de pesquisa, extensão, inovação e internacionalização e informações sobre as avaliações nacionais e institucionais, entre outras.

6.4 Educação a distância

A modalidade de educação a distância da UFPE disponibiliza cursos nas categorias de graduação, aperfeiçoamento, extensão e pós-graduação, gerenciados pela Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital (Spread), que é responsável pela articulação institucional dos diversos atores que estão envolvidos em propor e desenvolver metodologias de ensino e produtos multimidiáticos para promover a inovação com qualidade na Educação Superior.

A instância responsável pela normatização e pela articulação da Política de Educação a Distância na UFPE é a Spread, uma unidade estratégica que está vinculada ao Gabinete do Reitor. A Spread foi criada por meio da Resolução nº 02/2020 do Conselho de Administração, que aprova o Regimento Interno da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, no qual a referida secretaria é descrita como unidade estratégica com atuação na modalidade de educação a distância. A Portaria Normativa nº 35, de 1º de outubro de 2020, estabelece a estrutura regimental da unidade.

A Spread é uma unidade estratégica de gestão da universidade, cuja missão é articular todos os processos que envolvem

a EAD na instituição, através do assessoramento e do apoio aos agentes envolvidos, e desenvolver e fomentar uma cultura condizente à paulatina transformação digital nos processos de ensino-aprendizagem na UFPE.

No âmbito dos Cursos de Graduação a Distância, as equipes da EAD são responsáveis pelo assessoramento das atividades de planejamento, orientação e gestão, além de supervisão e avaliação, a fim de assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo nos cursos dessa modalidade. Além das atribuições mencionadas, também é realizada a articulação entre os agentes que atuam na concretização desses cursos, como coordenadores de curso, docentes, tutores e as demais instâncias administrativas da universidade.

A Spread também estimula a utilização de metodologias de ensino inovadoras e novas tecnologias de informação e comu-

nicação, assim como a elaboração de produtos multimidiáticos adequados a essa modalidade de ensino, de modo a desenvolver estratégias educacionais que visem ao constante aprimoramento dos cursos de graduação a distância da UFPE. Atualmente, os cursos de graduação a distância são oito, todos financiados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), da Capes: Licenciaturas (Letras - Língua Portuguesa, Letras - Língua Espanhola, Matemática e Geografia, Ciências Biológicas, Educação Física e História) e um Bacharelado (Ciências Contábeis).

Na pós-graduação, os cursos a distância, em nível de especialização, no âmbito do mencionado programa, são três, todos financiados pela UAB: Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Ensino de Língua e Literaturas Hispânicas; Especialização em Inovação e Tendências na Educação. Além dos cursos vinculados à UAB a UFPE aprovou 27

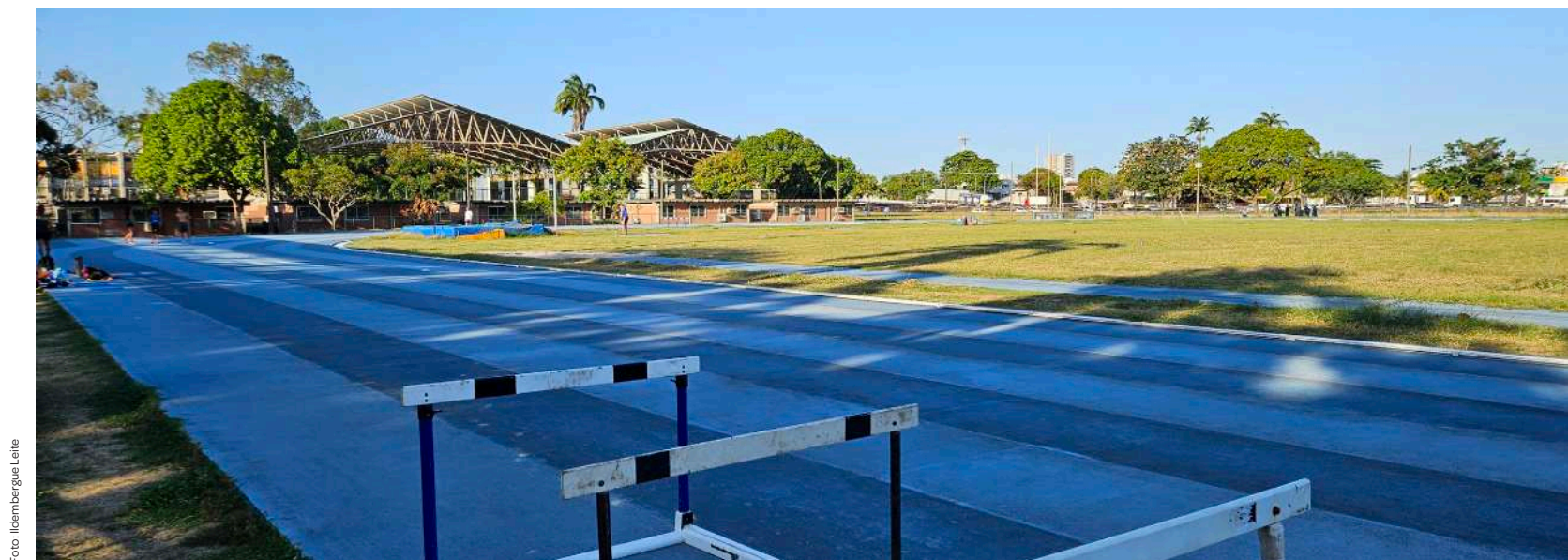


Foto: Ildembergue Leite

(vinte e sete) cursos de pós-graduação a distância no período de 2022 a 2023. Todos os processos de criação de cursos a distância passaram pelo crivo da Spread, que emitiu parecer consultivo sobre os seus projetos, analisando os referenciais de qualidade para cada um.

A educação a distância tem desempenhado um papel significativo na política de gestão de pessoas da UFPE. Com o avanço da tecnologia e a crescente demanda por flexibilidade e acessibilidade na educação, muitas IES têm adotado programas de EAD como parte de suas estratégias de gestão de pessoas. Os cursos de formação continuada a distância podem abranger uma variedade de temas e habilidades, como liderança, gestão de projetos, capacitação em tecnologia educacional, entre outros. A EAD permite que os servidores da UFPE acessem esses cursos de acordo com sua disponibilidade e seu ritmo de aprendizagem. A educação a distância oferece flexibilidade de horário para os servidores participarem de atividades educacionais. Eles podem acessar o conteúdo dos cursos, assistir a aulas gravadas, participar de fóruns de discussão e realizar atividades de aprendizagem em momentos que sejam mais convenientes para eles, conciliando suas responsabilidades profissionais, acadêmicas e pessoais.

A educação a distância permite que a UFPE utilize ferramentas de comunicação *online*, como fóruns, grupos de discussão e salas de *chat*, a fim de promover a colaboração e o *networking* entre os funcionários. Isso pode estimular o compartilhamento de experiências, ideias e recursos, enriquecendo o ambiente de aprendizagem.

A Spread tem contribuído com a consolidação da política de formação continuada da UFPE, também, por meio da disponibilização de salas virtuais e suporte tecnológico à Progepe, que utiliza o AVA da UFPE como plataforma virtual de parte dos seus cursos, disponibilizados à comunidade de servidores da universidade.

6.5 Perspectivas para a pós-graduação

A pós-graduação está presente na UFPE desde a década de 1950, em consonância com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); desde então, vem se expandindo quantitativamente (em números de programas) e se consolidando qualitativamente (nas avaliações dos programas) no cenário nacional. A UFPE está, ainda, entre as universidades brasileiras com maior quantidade de Programas de Pós-Graduação (PPGs).

A Capes estabelece, no processo de avaliar os programas de pós-graduação, os conceitos de 1 (um) a 7 (sete). Os conceitos 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete) são considerados de grande impacto, e os 6 (seis) e 7 (sete), de excelência. A UFPE é uma das universidades do Norte e Nordeste com maior proporção de programas em nível de excelência, além de ser uma das mais relevantes, no âmbito da pós-graduação, entre as IES do país – 50% dos seus programas são avaliados com conceitos 5 (cinco), 6 (seis) ou 7 (sete).

Na avaliação quadrienal da Capes para o intervalo 2017-2020, a pós-graduação da UFPE obteve o seguinte resultado: 35 (trinta e cinco) PPGs aumentaram o conceito; 48 (quarenta e oito) PPGs mantiveram-no; 10 (dez) PPGs diminuíram-no; 3 (três) PPGs passaram pela primeira avaliação; e 4 (quatro) PPGs não foram avaliados. Assim, comparando-se os ciclos 2013-2016 e 2017-2020, constatou-se que a universidade apresentou um aumento significativo do número de PPGs com conceitos 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete). Houve, também, uma redução na quantidade de conceitos 3 (três) e 4 (quatro).

Em relação à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) – como unidade responsável pelos planejamento, gestão, supervisão e avaliação das políticas de pós-graduação –, são algumas de suas ações estratégicas: estimular e subsidiar os PPGs que têm mestrado a submeterem propostas de doutorado; orientar os

PPGs existentes a construir cenários, perspectivando o seu fortalecimento por meio da fusão de cursos da mesma área; e apoiar os PPGs com conceitos menores, especialmente os recém-aprovados e os que possuem conceitos 3 (três) e 4 (quatro), por meio de projetos que visam à redução das assimetrias existentes.

A fim de atingir tais objetivos, a PROPG mantém aproximação contínua com as coordenações e colegiados dos PPGs, contemplando todos os *campi*, com o objetivo de contribuir com a incremento de sua qualidade e com a efetividade de suas ações.

A criação de novos cursos de mestrado e doutorado segue um planejamento institucional interno, respeitando critérios-chaves, como o fortalecimento da pós-graduação no interior, o atendimento às demandas da sociedade, os impactos regional e nacional do programa e a não sobreposição entre propostas de novos cursos similares e programas já em funcionamento na UFPE.

7

OBJETIVOS
E AÇÕES DO PDI

O PDI 2025-2029 tem como objetivo direcionar o planejamento e as ações da UFPE nos próximos anos, visando a alcançar a missão e a visão da instituição. Eles servem, ainda, para nortear todo o planejamento e as tomadas de decisão, fazendo com que a execução das ações esteja sempre alinhada aos interesses da universidade. O Quadro 3 mostra como os objetivos estão distribuídos.

Quadro 3. Objetivos do PDI 2025-2029

Número	Objetivo
01	Ampliar a qualidade e a oferta dos cursos disponibilizados pela UFPE
02	Intensificar parcerias com o setor produtivo, visando à transferência do conhecimento para a sociedade
03	Estimular a produção científica, melhorando-a quantitativamente e qualitativamente
04	Reduzir a evasão e a retenção nos cursos de graduação e pós-graduação
05	Melhorar as oportunidades acadêmicas e profissionais
06	Expandir projetos extensionistas
07	Mensurar o impacto dos cursos da UFPE na sociedade
08	Fomentar ações para estimular a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade
09	Expandir ações de inclusão social e diversidade
10	Intensificar parcerias com os diversos setores da sociedade, visando à transferência do conhecimento
11	Expandir as ações de internacionalização nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão
12	Consolidar e expandir a presença da UFPE em redes de cooperação internacional através de acordos estratégicos, eventos internacionais e missões técnicas
13	Promover a gestão estratégica
14	Aprimorar o monitoramento dos resultados organizacionais
15	Aprimorar o modelo de governança institucional
16	Fortalecer a comunicação e a transparência institucionais
17	Melhorar a infraestrutura física de equipamentos e instalações (salas de aula, bibliotecas, centros, RU, laboratórios e outros ambientes)
18	Fomentar tecnologias adequadas às atividades da universidade

Fonte: Quadro elaborado pela Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA), em 2024.

Após a definição dos objetivos, foram discutidas e desenvolvidas as ações que compõem o PDI da instituição, conforme Tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Ações do PDI 2025-2029

01. Ampliar a qualidade e a oferta dos cursos disponibilizados pela UFPE										
Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
01.01	Aprimorar o processo de autoavaliação institucional	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	DAI	CPA/Prograd/PROPG/Spread/DAA/STI/DAI/SPO/Sinfra/Supercom/PROPG/Propesqi/Progepe/Proaes/SIB	% da Política de Autoavaliação Institucional da UFPE implementado	Elaboração, aprovação e publicação do projeto (10%)	Implementação dos recursos avaliativos e análise dos resultados (40%)	Divulgação dos resultados do ANO 2; Implementação dos recursos avaliativos e análise dos resultados do ANO 3 (60%)	Divulgação dos resultados do ANO 3; Atualização do projeto; Implementação dos recursos avaliativos e dos resultados do ANO 4 (100%)	-
01.02	Incentivar a adoção de práticas pedagógicas inclusivas/diversificadas/inovadoras e o desenvolvimento de estratégias metodológicas adequadas à formação dos cursos de graduação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Prograd	DAA/Progepe/Prograd/	Percentual de PPCs que precisam de atualização (total de 60)	20% PPCs (total 60)	40% PPCs (total 60)	60% PPCs (total 60)	80% PPCs (total 60)	100% PPCs (total 60)
01.03	Promover ações que estimulem a participação dos estudantes no Enade	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Prograd	DAI/CPA/Proaes/Propesqi/Proext/Sinfra/SPO/Supercom/DAA/Progepe/PROPG/Spread/SIB	Número de eventos junto aos cursos de graduação para participação dos estudantes	2	2	2	2	2
01.04	Promover ações que visem a elevar as notas dos cursos de graduação da UFPE	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Prograd	DAI/CPA/Proaes/Propesqi/Proext/Sinfra/SPO/Supercom/DAA/Progepe/PROPG/Spread/SIB	Número de eventos junto aos cursos de graduação para a socialização de experiências exitosas em relação à avaliação dos cursos com nota 5 no Enade no ano	2	2	2	2	2
01.05	Promover a criação de cursos de graduação em atendimento às demandas dos Centros Acadêmicos e ao Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), tais como: Medicina, Medicina Veterinária, Administração Pública, Licenciatura em Letras, Licenciatura em História e Inteligência Artificial	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Prograd	Prograd/Sinfra/SPO/Biblioteca/Central/Proext/Propesqi/Proaes	Quantidade de cursos encaminhados à aprovação na Câmara de Graduação e Ensino Básico da UFPE (CGEB/Cepe/UFPE)	1	3	2	0	0
01.06	Fortalecer a cultura de planejamento estratégico dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	PROPG	Prograd/PROPG	Quantidade de cursos que receberam orientação para estimular o planejamento	10	15	20	25	30

01.07	Criar cursos e programas novos de pós-graduação lato sensu e <i>stricto sensu</i>	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	PROPG	PROPG	Quantidade de cursos submetidos	12	16	16	20	20
01.08	Incentivo aos cursos para interação com a Educação Básica	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	PROPG	PROPG	Quantidade de programas que receberam orientação/ apoio para estabelecer ações relacionadas à Educação Básica (Total 25)	5	5	5	5	5
01.09	Estímulo à evolução do processo de autoavaliação dos cursos	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	PROPG	PROPG/ Coordenações dos Cursos/CPA/CIAPGSS	Quantidade de cursos que receberam orientação para estimular a autoavaliação	10	15	20	25	30
01.10	Indução à gestão estratégica nos cursos	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	PROPG	PROPG	Quantidade de ações realizadas pela PROPG para a indução de gestão estratégica, por ano (totalizando 25)	5	5	5	5	5
01.11	Atenuação das assimetrias nos cursos	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	PROPG	PROPG/ Coordenações dos Cursos	Quantidade de ações realizadas pela PROPG para atenuar as assimetrias dos cursos, por ano (totalizando 25)	5	5	5	5	5
01.12	Fortalecimento do estímulo à interiorização dos cursos	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	PROPG	PROPG	Quantidade de ações realizadas pela PROPG para estimular a interiorização dos cursos, por ano (totalizando 15)	3	3	3	3	3
01.13	Garantir acervos, físicos e/ou digitais, adequados, das bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação, incluindo acervo bibliográfico em formato acessível	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	SIB	SIB/GR/Prograd	% de cursos com conceito 5 nos indicadores bibliografia básica e bibliografia complementar, dos cursos de graduação a serem avaliados no ano	80%	80%	80%	80%	80%
01.14	Expandir o acervo do Repositório Digital Attena	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	SIB	SIB	% de aumento no número de documentos disponíveis para acesso em relação ao ano anterior	6%	6%	6%	6%	6%
01.15	Contribuir para a formação acadêmica dos estudantes da graduação e pós-graduação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	SIB	SIB	Quantidade de discentes participantes das formações oferecidas pelas bibliotecas	5.000	5.200	5.500	5.800	6.100
01.16	Contribuir para a implementação de ações que promovam a inclusão de pessoas com deficiência e de grupos socialmente excluídos nas bibliotecas do SIB	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	SIB	SIB/DAA	Quantidade de ações realizadas pelas bibliotecas	120	125	130	135	140
01.17	Fortalecer a qualificação dos profissionais vinculados à educação a distância	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Spread	Spread	% de tutores capacitados por ano	70%	80%	90%	100%	100%

02. Intensificar parcerias com o setor produtivo, visando à transferência do conhecimento para a sociedade

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
02.01	Estimular a transferência de tecnologias desenvolvidas na UFPE	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Números de transferências de tecnologia realizadas	2	4	6	8	10
02.02	Consolidar o Parque Tecnológico e Criativo da UFPE	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Quantidade de empresas instaladas no parque tecnológico	27	33	39	45	51
02.03	Promover a interação e parcerias externas em pesquisa e inovação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Quantidade de projetos de PD&I da universidade em parceria com o setor produtivo	125	130	135	140	145

03. Estimular a produção científica, melhorando-a quantitativamente e qualitativamente

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
03.01	Estimular publicações de livros pelos docentes da universidade	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Editores	Editores/Gabinete/Prograd/PROPG/Propesqi/DRI	Quantidade de publicações de docentes da universidade	78	82	82	85	85
03.02	Aprimorar a avaliação e estimular a visibilidade da pesquisa e da inovação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	% de ações planejadas e realizadas	20%	40%	60%	80%	100%
03.03	Estimular a qualidade, a produtividade e o impacto da pesquisa e da inovação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Valor de recursos aportados em editais	5 milhões	6 milhões	7 milhões	8 milhões	9 milhões
03.04	Aprimorar a infraestrutura multiusuária estratégica de pesquisa e inovação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Recursos investidos nos laboratórios multiusuários	800 mil	900 mil	1 milhão	1,1 milhão	1,2 milhões
03.05	Promover e apoiar projetos estratégicos de pesquisa e inovação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Litpeg/Proplan/Fade/CIN/Progepe	Números de projetos sediados na UFPE	17	19	21	23	25
03.06	Fomentar ações de formação na área de inovação e empreendedorismo	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Números de eventos de sensibilização por ano (total 34)	6	7	7	7	7
03.07	Reduzir o tempo interno de tramitação dos processos captados para pesquisa e inovação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi/Proplan	Tempo médio para tramitação e assinatura de acordos de parcerias	80 dias	70 dias	60 dias	50 dias	45 dias
03.08	Atualizar as normativas internas de pesquisa e inovação	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Números de instrumentos normativos elaborados por ano (total 5)	1	1	1	1	1

04. Reduzir a evasão e a retenção nos cursos de graduação e pós-graduação

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
04.01	Ampliar as ações de assistência estudantil	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Proaes	Proaes/Prograd/PROPG	Índice de retenção entre estudantes assistidos pelos programas da PROAES	23%	21%	19%	17%	15%
04.02	Expandir o número de projetos para aumentar a participação e a integração dos estudantes de graduação e pós-graduação em ações de extensão	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Proext	Proext/Prograd/Proaes/PROPG	Número de projetos de extensão	525	550	575	600	625
04.03	Fomentar ações que visem ao sucesso acadêmico nos cursos de graduação da UFPE	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Prograd	DAI/CPA/Proaes/Propesqi/Proext/Sinfra/SPO/Supercom/DAA/Progepe/PROPG/Spread/SIB	% de elaboração e implantação da Política Institucional de Estímulo ao Sucesso Acadêmico nos Cursos de Graduação da UFPE (no combate à retenção e à evasão)	Elaboração do eixo 1 da política: Revisão de todos os normativos envolvidos no combate à retenção e à evasão (20%)	Elaboração do eixo 2 da política: Publicação do observatório da graduação que monitore os dados de retenção e evasão (40%)	Elaboração do eixo 3 da política: Criação de protocolos de ação para os estudantes, docentes e cursos de graduação em relação ao tema da retenção e evasão (60%)	Aprovação e Implantação da política no que se refere ao combate à retenção e à evasão (80%)	Implantação da política no que se refere ao combate à retenção e à evasão (100%)

05. Melhorar as oportunidades acadêmicas e profissionais

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
05.01	Implementar a Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE a fim de acompanhar de forma eficiente os estágios	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Prograd	Proaes/Prograd/Sinfra/Supercom/DAA/Spread/SIB/STI	Percentual de elaboração e implantação da Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE	Elaboração do eixo 1 da política: Implantação da Central de Estágio no SigA (20%)	Elaboração do eixo 2 da política: Criação de Comissões de estágio específicas para licenciaturas e bacharelados (40%)	Elaboração do eixo 3 da política: Publicação do Manual de Estágio (60%)	Aprovação e Implementação da Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE (80%)	Implantação da Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE (100%)
05.02	Estimular o Programa Institucional de Iniciação Científica e tecnológica	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Propesqi	Propesqi	Números de estudantes bolsistas e voluntários	1.900	2.000	2.100	2.200	2.300

06. Expandir projetos extensionistas

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
06.01	Ampliar a articulação com a Pós-Graduação por meio de parceria com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e os PPGs	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Proext	PROPG	Número de editais com atividades de extensão previstas na pós-graduação	1	2	3	4	5
06.02	Ampliar a prática extensionista em parceria com o setor público e a promoção da extensão inovadora	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Proext	Proext/Prograd/PROPG	Quantidade de parcerias firmadas	14	21	28	35	42
06.03	Ampliar os programas de extensão da Segel	1. Ensino, pesquisa, extensão e inovação	Segel	Proaes/Gabinete do Reitor/CCS	Percentual de aumento do número de beneficiados pelos programas de extensão da Segel	10%	20%	30%	40%	50%

07. Mensurar o impacto dos cursos da UFPE na sociedade

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
07.01	Viabilizar ações que permitam o acompanhamento dos egressos da graduação UFPE	2. Responsabilidade social	Prograd	Todas as Pró-Reitorias e Núcleos/Unidades	% de implementação	Elaboração do eixo 1: Delimitar e estruturar as funcionalidades necessárias às demais instâncias para a criação do Portal do Egresso de Graduação (40%)	Elaboração do eixo 2: Monitorar o desenvolvimento do Portal do Egresso de Graduação (70%)	Elaboração do eixo 3: Monitoramento do desenvolvimento do Portal do Egresso de Graduação (100%)	Publicação e implantação do portal	Publicação e implantação do portal

08. Fomentar ações para permanência dos estudantes em vulnerabilidade

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
08.01	Combater o racismo na UFPE, mediante a redução da taxa de evasão dos alunos pretos, pardos, indígenas e quilombolas	2. Responsabilidade social	DAA	DAA/Erer	Taxa de evasão de alunos pretos, pardos, indígenas e quilombolas	10,41%	9,78%	9,19%	8,64%	8,12%
08.02	Estimular o acesso, o acolhimento e a permanência de pessoas racializadas na UFPE	2. Responsabilidade social	DAA	DAA/Erer	Percentual: (total de alunos pretos, pardos, indígenas e quilombolas/total de alunos vinculados) x 100	56,52%	59,91%	63,51%	67,32%	71,36%

09. Expandir ações de inclusão social e diversidade

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
09.01	Promover a valorização das histórias e culturas étnico-raciais	2. Responsabilidade social	DAA	DAA/Erer	Taxa de inserção da temática étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação	4,50%	5,00%	5,50%	6,00%	6,50%
09.02	Criar a política de acessibilidade e inclusão da UFPE	2. Responsabilidade social	DAA	Todas as Unidades	Percentual de criação e implementação da política	20%	40%	60%	80%	100%
09.03	Fomentar as atividades esportivas e de lazer voltadas para a inclusão de determinados grupos (comunidade LGBT, PcDs, pessoas em vulnerabilidade social, indígenas, quilombolas, pessoas negras)	2.Responsabilidade social	SEGEL	Segel/DAA/Proext	Percentual de aumento nos programas de extensão da Segel do número de beneficiários pertencentes a determinados grupos (comunidade LGBT, PcDs, pessoas em vulnerabilidade social, indígenas, quilombolas, pessoas negras)	10%	20%	30%	40%	50%

10. Intensificar parcerias com os diversos setores da sociedade, visando à transferência do conhecimento

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
10.01	Fortalecer a política de valorização da arte, cultura, entretenimento e inclusão	2. Responsabilidade social	Supercult	Supercult/Proext/Segel	% de aumento do número de eventos em relação ao ano anterior, das sessões de cinema e da ocupação do <i>hall</i> , da Concha Acústica, de salas e do estacionamento com eventos acadêmicos, científicos, culturais, artísticos etc. na UFPE	10%	15%	20%	25%	30%

11. Expandir as ações de internacionalização nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
11.01	Fomentar novas parcerias com instituições do Sul Global e consolidar as existentes	3. Internacionalização	DRI	DRI/PROPG	% de aumento no número de acordos internacionais assinados e renovados	2%	4%	6%	8%	10%

11.02	Viabilizar a implementação de novas iniciativas de internacionalização em casa	3. Internacionalização	DRI	DRI/ PROPG/Prograd/ Proext/Propesqi	% de ações de internacionalização em casa	2%	4%	6%	8%	10%
11.03	Promover a qualificação de servidores que atuam nos cursos de graduação e na pós-graduação	3. Internacionalização	DRI	Progepe/DRI/PROPG/ Prograd/Gabinete do Reitor	n° de servidores capacitados	50	100	150	200	250
11.04	Promover a internacionalização do currículo da graduação e pós-graduação	3. Internacionalização	DRI	DRI/Prograd/PROPG	% de disciplinas colaborativas	10%	15%	20%	25%	30%
11.05	Expandir as mobilidades docente e discente no âmbito da graduação e da pós-graduação	3. Internacionalização	DRI	DRI	Quantidade de discentes/docentes em mobilidade por ano	Graduação: 60 Pós: 90	Graduação: 120 Pós: 180	Graduação: 180 Pós: 270	Graduação: 240 Pós: 360	Graduação: 300 Pós: 450
11.06	Fortalecer a internacionalização no CAA, CAV e CAS	3. Internacionalização	DRI	DRI	Quantidade de ações (editais, cursos etc.) de internacionalização no interior	5	10	15	20	20

12. Consolidar e expandir a presença da UFPE em redes de cooperação internacional através de acordos estratégicos, eventos internacionais e missões técnicas

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
12.01	Consolidar e expandir a presença da UFPE em redes de cooperação internacional através de acordos estratégicos, eventos internacionais e missões técnicas	3. Internacionalização	DRI	PROPG/Propesqi	Números de novos acordos mensais	35	35	35	35	35

13. Promover a gestão estratégica

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
13.01	Promover ações de captação de recursos próprios para a sustentabilidade financeira institucional da cultura	4. Governança e gestão institucional	Supercult	Supercult/Segel/ Editora/Proext/ Propesqi/ Proplan	% de recursos captados em relação ao ano anterior	10%	15%	20%	25%	30%
13.02	Fortalecer a captação de recursos através dos convênios para as ações da Editora	4. Governança e gestão institucional	Editora	Editora/Fade	% de aumento de recurso captado em relação ao ano anterior	20%	30%	30%	30%	30%
13.03	Aperfeiçoamento dos mecanismos de aplicação das cotas em editais de ingresso de servidores	4. Governança e gestão institucional	Progepe	Progepe/Comitê de Políticas das Ações Afirmativas	Quantidade de servidores efetivos contratados pretos e pardos	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais

13.04	Promoção do Desenvolvimento de Pessoas com a Política de Formação Continuada	4. Governança e gestão institucional	Progepe	Todas as Unidades da UFPE	Quantidade de cursos ofertados (de média e curta duração) por ano	20	20	20	20	20
13.05	Promoção da Política de Movimentação de Pessoal da UFPE	4. Governança e gestão institucional	Progepe	Todas as Unidades da UFPE	Quantidade de editais de remoção publicados por ano	1	1	1	1	1
13.06	Consolidação da Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor	4. Governança e gestão institucional	Progepe	Progepe/Segel/CCS/Supercult/Proext/Supercom	Quantidade de ações implantadas	15	29	43	58	72
13.07	Reduzir o prazo total do processo licitatório para contratações comuns a todas as unidades da UFPE	4. Governança e gestão institucional	Proad	Proad	Redução percentual no n° de dias	3%	3%	3%	3%	3%
13.08	Implementar ações que proporcionem o aperfeiçoamento da gestão e do controle patrimonial dos bens móveis	4. Governança e gestão institucional	Proad	Proad	Número de ações implementadas	2	4	6	8	10
13.09	Estabelecer ações que promovam a melhoria da gestão de transportes	4. Governança e gestão institucional	Proad	Proad	Número de ações implementadas	2	4	6	8	10
13.10	Instituir e executar a Política de Governança das Contratações no âmbito da UFPE	4. Governança e gestão institucional	Proad	Proad	Número de ações implementadas	1	2	3	4	5
13.11	Elaborar projeto para apuração de custos no âmbito da UFPE	4. Governança e gestão institucional	Proplan	Proplan/Progepe/Sinfra/SPO/Proaes/Propesqi/PROPG/Prograd/Proad/Proext/STI/GR/DPC	Percentual de elaboração do projeto	20%	40%	60%	80%	100%
13.12	Promover ações de captação de recursos para a sustentabilidade financeira institucional para a área de esporte e lazer da universidade	4. Governança e gestão institucional	Segel	Segel	Percentual de aumento de recursos captados pelos programas da Segel, para a sustentabilidade financeira institucional	10%	20%	30%	40%	50%
13.13	Desenvolver ações que promovam a governança e gestão de TICs	4. Governança e gestão institucional	STI	STI	Quantidade de ações realizadas que promovam a governança e gestão de TICs	3	3	3	3	3

14. Aprimorar o monitoramento dos resultados organizacionais

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
14.01	Promover o planejamento organizacional	4. Governança e gestão institucional	DPC	Todas as unidades	% de Unidades de Gestão com Planos elaborados	80%	85%	90%	95%	100%

14.02	Disponibilizar dados de avaliação e monitoramento institucional, por meio de painéis estratégicos, para a comunidade acadêmica e a sociedade	4. Governança e gestão institucional	DAI	DAI	% dados disponibilizados em relação aos dados monitorados no âmbito da UFPE	10%	20%	30%	40%	50%
-------	--	--------------------------------------	-----	-----	---	-----	-----	-----	-----	-----

15. Aprimorar o modelo de Governança Institucional

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
15.01	Implementar a gestão de riscos nos processos de trabalho classificados como de alta e média prioridade, conforme a metodologia de priorização dos processos definida pela instituição	4. Governança e gestão institucional	DPC	Comitê de Governança	% de processos de alta e média prioridade com gestão de riscos implantada	20	30%	40%	60%	80%
15.02	Fortalecer a segurança institucional da UFPE através da implementação de planos de segurança	4. Governança e gestão institucional	DSI	DSI	Número de POPs pactuados	3	7	11	15	19
15.03	Implementação do sistema de videomonitoramento da UFPE	4. Governança e gestão institucional	DSI	DSI	% de implementação do vídeo monitoramento	20% = Projeto	20% = Licitação	20% = Implementação	20% = Implementação	20% = Implementação

16. Fortalecer a comunicação e a transparência institucionais

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
16.01	Regulamentar e implementar o procedimento de pedidos de acesso à informação da UFPE	4. Governança e gestão institucional	Ouvidoria	Ouvidoria	% de implementação do projeto de regulamentação e melhoria do acesso à informação	20%	40%	60%	80%	100%

17. Melhorar a infraestrutura física de equipamentos e instalações (tais como: salas de aula, bibliotecas, centros, RU, laboratórios e outros ambientes)

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
17.01	Promover a melhoria da infraestrutura das Casas de Estudantes Universitárias (CEUs)	5. Infraestrutura física e tecnologia	Proaes	Sinfra/Proaes	Número de intervenções realizadas nas CEUs, entre as quais as classificadas pela Proaes como prioritárias, por ano	3 (1 por ano em cada CEU)	3 (1 por ano em cada CEU)	3 (1 por ano em cada CEU)	3 (1 por ano em cada CEU)	3 (1 por ano em cada CEU)

17.02	Fomentar o aprimoramento da fiscalização dos contratos de infraestrutura	5. Infraestrutura física e tecnologia	Sinfra	Sinfra/Proad/Gabinete do Reitor/ Unidades da UFPE	% e empresas que possuem o IMR (instrumento de medição de resultado) = 100%	0% de empresas com o IMR de 100%	20% de empresas com o IMR de 100%	30% de empresas com o IMR de 100%	40% de empresas com o IMR de 100%	50% de empresas com o IMR de 100%
17.03	Fomentar, assessorando a unidade de contratações e compras, a melhoria nos processos de planejamento das aquisições de serviços e materiais de infraestrutura	5. Infraestrutura física e tecnologia	Sinfra	Sinfra/Proad/Gabinete do Reitor/ Unidades da UFPE/ Proplan	Tempo médio para a conclusão dos processos de contratações de serviços	24 meses	21 meses	18 meses	15 meses	12 meses
17.04	Melhorar a acessibilidade física nos <i>campi</i>	5. Infraestrutura física e tecnologia	SPO	SPO/Gabinete do Reitor/DAA/Diretores de Centro/CPA	Quantidade de prédios com obras de acessibilidade física finalizados	1	2	4	6	8
17.05	Implantar o sistema BIM	5. Infraestrutura física e tecnologia	SPO	SPO/Gabinete do Reitor/Sinfra/CPA	Quantidade de projetos elaborados na plataforma BIM (Projetos de Arquitetura no Revit)	5	10	16	22	29
17.06	Dotar as edificações com sistema de prevenção e combate a incêndio	5. Infraestrutura física e tecnologia	SPO	SPO/DSI/Gabinete do Reitor/Progepe SESST/Diretores de Centro/CPA/Sinfra	Quantidade de prédios com o sistema de prevenção e combate a incêndio	Elaboração de projeto (25%)	Elaboração de projeto (50%) Licitação de obra (25%)	Elaboração de projeto (75%) Licitação de obra (50%) Execução de obra (25%)	Elaboração de projeto (100%) Licitação de obra (75%) Execução de obra (50%)	Licitação de obra (100%) Execução de obra (75%)
17.07	Preservar o Patrimônio Histórico-Arquitetônico da UFPE	5. Infraestrutura física e tecnologia	SPO	SPO/Gabinete do Reitor/Sinfra/Proext	Quantidade de prédios históricos restaurados	Elaboração de projeto (25%)	Elaboração de projeto (50%) Licitação de obra (25%)	Elaboração de projeto (75%) Licitação de obra (50%) Execução de obra (25%)	Elaboração de projeto (100%) Licitação de obra (75%) Execução de obra (50%)	Licitação de obra (100%) Execução de obra (75%)

18. Fomentar tecnologias adequadas às atividades da universidade

Nº	Ação	Eixo	Unidade responsável	Unidades envolvidas	Indicador de processo	Metas				
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
18.01	Adquirir tecnologias assistivas para a acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas	5. Infraestrutura física e tecnologia	DAA	STI/Proad/DAA	Quantidade de aquisições de tecnologias assistivas, por ano	1	1	2	2	2
18.02	Ampliar a infraestrutura dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) para suportar o crescimento da EaD	5. Infraestrutura física e tecnologia	Spread	Spread/STI	% de aumento de número de acessos simultâneos suportados pelo AVA	Aumentar 25%	Aumentar 50%	Aumentar 75%	Aumentar 100%	Aumentar 100%
18.03	Desenvolver, implantar e sustentar sistemas de TI estratégicos para a instituição	5. Infraestrutura física e tecnologia	STI	STI	Quantidade de sistemas implantados no ano	2	2	2	2	2

18.04	Expandir e atualizar a infraestrutura de TI da UFPE	5. Infraestrutura física e tecnologia	STI	STI/Sinfra/SPO/Centros/Proad/Proplan	Quantidade de ações de infraestrutura realizadas na área de TI	7	7	7	7	7
18.05	Expandir e atualizar sistemas e equipamentos de segurança de TI	5. Infraestrutura física e tecnologia	STI	STI/Proad/Proplan	Quantidade de ações realizadas na área de Segurança de TI	2	2	2	2	2

Fonte: Tabela elaborada pela Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA), em 2024.

7.1 Processo de monitoramento, controle e revisão do PDI

Sabemos que, na instituição, a avaliação e o planejamento são processos de naturezas complementares. Esse ciclo de aprendizagem é um processo contínuo e de suma importância para o aperfeiçoamento das rotinas administrativas das instituições. É necessário planejar as ações, executá-las, monitorar os seus avanços e, em cima dessas etapas, fazer as ações corretivas necessárias. Como confirma Marshall *et al.* (2010), esse ciclo de aprendizagem – ciclo PDCA – é um método gerencial para a promoção da melhoria contínua, e ecoa, em suas quatro fases, a base da filosofia do melhoramento contínuo.

Apenas planejar não é suficiente. Para que esse processo continue sua função de aprimoramento contínuo, é relevante compreender a importância de fazer as correções à medida que os eventos ocorrem. O *follow-up* das ações, sejam elas estratégicas, táticas ou operacionais, é essencial para que as metas possam ser atingidas efetivamente. Como afirma Campos (2004), a melhoria e o acompanhamento estão diretamente atrelados ao atingimento das metas e, conseqüentemente, à resolução dos problemas.

O processo de monitoramento do PDI é desenvolvido atualmente dentro da Diretoria de Planejamento e Controladoria (DPC), na Coordenação de Planejamento, Monitoramento e

7.1 Processo de monitoramento, controle e revisão do PDI

Sabemos que, na instituição, a avaliação e o planejamento são processos de naturezas complementares. Esse ciclo de aprendizagem é um processo contínuo e de suma importância para o aperfeiçoamento das rotinas administrativas das instituições. É necessário planejar as ações, executá-las, monitorar os seus avanços e, em cima dessas etapas, fazer as ações corretivas necessárias. Como confirma Marshall *et al.* (2010), esse ciclo de aprendizagem – ciclo PDCA – é um método gerencial para a promoção da melhoria contínua, e ecoa, em suas quatro fases, a base da filosofia do melhoramento contínuo.

Apenas planejar não é suficiente. Para que esse processo continue sua função de aprimoramento contínuo, é relevante compreender a importância de fazer as correções à medida que os eventos ocorrem. O *follow-up* das ações, sejam elas estratégicas, táticas ou operacionais, é essencial para que as metas possam ser atingidas efetivamente. Como afirma Campos (2004), a melhoria e o acompanhamento estão diretamente atrelados ao atingimento das metas e, conseqüentemente, à resolução dos problemas.

O processo de monitoramento do PDI é desenvolvido atualmente dentro da Diretoria de Planejamento e Controladoria (DPC), na Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA). Essa unidade utiliza, como principal estratégia, a comunicação com as unidades administrativas. Cada unidade possui um interlocutor responsável por acompanhar e atualizar

as ações desenvolvidas relativas ao planejamento (Oliveira, 2023).

Diante desse contexto, o monitoramento é feito a partir de duas perspectivas. Em um primeiro momento, é feito o acompanhamento das ações e metas através da ferramenta Trello e de planilhas do Excel. Vale ressaltar que a CPMA faz um acompanhamento junto ao representante de cada unidade com o intuito de manter a eficiência das entregas. O *status* das ações foram agrupados em 5 (cinco) categorias: “A iniciar”, “Em andamento”, “Concluída”, “Suspensa” e “Com início condicionado”. A mudança do *status*, entre quaisquer das categorias, só é atualizada mediante comprovação documental – evidência – da efetividade da mudança.

Em um segundo momento, após a finalização do acompanhamento do quadrimestre junto à unidade, essas informações são consolidadas e publicadas no site da DPC, através de painéis estratégicos, desenvolvidos especialmente para esse fim.

Ter acesso a essas ferramentas de acompanhamento e controle do PDI contribui não apenas para a compreensão do desempenho individual de cada unidade, mas também para a elaboração de estratégias mais eficientes e ajustes necessários no decorrer da vigência legal do PDI, visando ao cumprimento integral das metas estabelecidas.

8

GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA

A Política de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida estabelece diretrizes voltadas ao provimento, desenvolvimento e acompanhamento de servidores, bem como fomenta a promoção da qualidade de vida e do bem-estar no trabalho. É norteadada pelos dispositivos legais federais e pelos normativos institucionais, além do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Na UFPE, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe) é responsável pelo planejamento, pela execução, pelo monitoramento e pela avaliação da política, que se encontra estruturada em 4 (quatro) grandes eixos: provimento, desenvolvimento, acompanhamento e qualidade de vida no trabalho.

Para o quadriênio 2025-2029, um dos desafios para esta Pró-Reitoria surge com a criação do Centro Acadêmico do Sertão (CAS), na cidade de Sertânia (PE), que foi divulgado pelo Governo

Federal como uma das obras previstas no novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação. Essa ação ensejará investimentos consideráveis e ações específicas na área de gestão de pessoas, que terá como ação inicial o provimento do seu corpo de servidores técnico-administrativos e docentes. No decorrer dos anos, na vigência deste PDI, a Progepe deverá projetar ações que englobam seu campo de atuação para os novos servidores desse centro acadêmico.

8.1 Provimento

Provimento é o ato administrativo de investidura ou nomeação em cargo público. Em sua grande maioria, a investidura ocorre através de concurso ou seleção simplificada. Na UFPE, o planejamento de concursos para a recomposição do quadro é realizado por esta pró-reitoria para os cargos de servidores técnico-administrativos em educação, docentes do Magistério Superior e docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), além das seleções simplificadas de professores substitutos e de docentes visitantes.

A Progepe também é responsável pelo provimento que ocorre através de aproveitamento de concursos de outras instituições, por procedimentos relativos à recondução de servidores bem como pela seleção e pela contratação de bolsistas e estagiários que atendem às diversas unidades da instituição.

A UFPE tem investido no aperfeiçoamento dos critérios e processos de seleção e contratação de pessoal, com vistas não só à melhoria da qualidade, mas sobretudo à garantia da inclusão e da democratização do acesso aos seus quadros. Para isso, foram realizadas ações como a atualização dos dispositivos legais internos para concursos e processos seletivos, a exemplo das Resoluções nº 15 e nº 30/2022 da Cepe, respectivamente; a mudança da

Figura 1. Estrutura e eixos da Política de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida na UFPE



Fonte: Elaboração da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe), em 2024.

metodologia aplicada à ocupação das vagas reservadas a cotas nos concursos para docentes; e a implantação de sistema eletrônico para o gerenciamento dos concursos e seleções.

Na contratação de servidores docentes, buscou-se maior efetividade na aplicação da Lei de Cotas e na possibilidade do acesso às candidatas que se tornaram mães. Quanto à carreira de servidores técnico-administrativos em educação, os concursos são realizados em parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fad-UFPE), responsável pela execução do processo.

Ainda que perceptíveis as mudanças, permanece a necessidade de aumento do quadro de pessoal docente, a fim de viabilizar a contínua expansão da universidade, com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, permitindo o fortalecimento dos eixos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão. Quanto aos servidores técnico-administrativos em educação, existe a necessidade de reformulação da carreira, com a atualização dos cargos – a fim de acompanhar a evolução das atividades e práticas administrativas e de gestão –, o aumento do número de vagas e a disponibilização de cargos já existentes cuja contratação esteja vedada.

8.2 Desenvolvimento de pessoas

No âmbito do Executivo Federal, a Política de Desenvolvimento de Pessoas é orientada pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, pela Instrução Normativa SGP-Enap/SEDGG nº 21, de 1º de fevereiro de 2021. Além disso, para as Instituições Federais de Ensino, têm-se o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal – Lei nº 12.722, de 28 de dezembro de 2012 –, e o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Na UFPE, por sua vez, o desenvolvimento de pessoas efetiva-se na Resolução nº 07/2022 do Consad/UFPE, que institui a Política de Formação Continuada dos Servidores e cria a Escola de Formação dos Servidores da universidade, a Formare. De acordo com a referida resolução, a política deverá elaborar, executar, acompanhar e avaliar projetos, programas, planos e ações direcionados ao desenvolvimento dos servidores, respeitando as especificidades das carreiras existentes na UFPE. Para tanto, é realizado o levantamento das necessidades de formação, com base nos princípios da gestão por competências, visando a alinhar, de forma efetiva, o desenvolvimento de pessoas com melhor desempenho da instituição, de modo a alcançar os objetivos e as metas institucionais.

A Formare, criada para a implantar a Política de Formação, constitui-se como um locus de reflexão, articulação, produção e difusão de conhecimentos. É responsável pelo levantamento das necessidades de formação dos servidores da instituição e pela seleção dos formadores, através de edital próprio. Também realiza convênios para a promoção de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado profissionais) e promove cursos de curta e média durações, nas modalidades presencial, *on-line* ou híbrida.

Para atender às necessidades de formação de servidores docentes e técnico-administrativos e atingir os objetivos estratégicos da instituição, a Formare articula suas ações com base em três eixos:

- Programa de Formação Didático-Pedagógica:
Programa Didátikós
- Programa de Formação de Gestores:
Programa Gestor
- Programa de Educação para as Relações de Trabalho:
Programa Gestus

A fim de garantir a atuação de forma transparente, democrática e participativa, foi criado o Comitê de Formação Continuada de Servidores da UFPE, que se configura como a estrutura de governança da Formare para subsidiar a escola em suas ações.

8.3 Acompanhamento de pessoal

Compreende-se por acompanhamento de pessoal as ações que envolvem o dimensionamento da força de trabalho e sua movimentação numa instituição. Para tanto, duas ações são fundamentais: a criação de um modelo de dimensionamento da força de trabalho (DFT) e a implantação de uma Política de Movimentação, com critérios claros e bem definidos.

O dimensionamento constitui um processo de identificação e análise tanto quantitativa quanto qualitativa da força de trabalho necessária ao cumprimento dos objetivos institucionais. Essa ação considera as inovações tecnológicas e a modernização dos processos de trabalho, no que diz respeito aos cargos técnico-administrativos em educação (TAES) das Instituições Federais de Ensino (Ifes), conforme dispõe o art. 24 da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006.

Além da questão legal, evidencia-se, também, a motivação institucional para a implantação de um modelo de DFT, uma vez que a UFPE reconhece a necessidade de qualificar a alocação da força de trabalho na instituição, observando o resultado mais aproximado do número ótimo de servidores para determinado setor de trabalho, e contribuindo, assim, para que os objetivos organizacionais sejam atingidos.

A movimentação de pessoal, assim como as demais ações de gestão de pessoas, é regulamentada por normativo federal. Amparada pela Lei 8.112, de 11 de novembro de 1990, as movimentações podem ser consideradas externas ou internas ao órgão,

sendo denominadas, assim, redistribuição ou remoção, respectivamente. Ambas as movimentações podem ocorrer a pedido do servidor ou a critério da administração.

Visando a proporcionar uma movimentação interna mais assertiva e transparente, a UFPE criou, em 2020, o primeiro Edital de Remoção Interna de Servidores TAES, com o objetivo de pensar essa movimentação de forma estratégica, alinhando as expectativas institucionais às dos servidores.

A redistribuição de TAES, bem como toda movimentação dos servidores docentes, ainda ocorre sob demanda, constituindo-se a próxima etapa para a consolidação de uma política mais ampla. Doravante, é possível notar que a regularidade na oferta dos editais de remoção interna permitiu o fortalecimento da Política de Movimentação de Servidores da UFPE, pois esse passou a constituir o principal meio de remoção interna da instituição.

8.4 Qualidade de Vida no Trabalho

A Qualidade de Vida no Trabalho, sob a ótica das organizações, é expressa por um conjunto de normas, diretrizes e práticas que visa à promoção do bem-estar individual e coletivo, o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores e o exercício da cidadania organizacional nos ambientes de trabalho.

Com esse objetivo, a UFPE instituiu, em 2021, através da Resolução nº 7/2021 do Consad, a Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, constituída pelos seguintes eixos norteadores:

- i. Promoção da saúde e da segurança no trabalho;
- ii. Desenvolvimento de pessoas;
- iii. Lazer e vida social;
- iv. Práticas de gestão do trabalho.

Para a estruturação da política, a UFPE conta com o Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (Nass), uma das unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (Sias), que atende aos eixos da promoção da saúde e segurança no trabalho. Além disso, com intuito de fortalecer o sentimento de pertencimento dos servidores da UFPE à instituição, e buscando promover um ambiente de trabalho mais leve e saudável, foi criado o programa Fluir com a Vida, que associa projetos e ações vinculados aos quatro eixos norteadores da qualidade de vida; e foi lançado, em 2022, um edital de fomento a projetos de promoção à saúde e à qualidade de vida.

8.5 Perfil dos servidores

O corpo docente da UFPE apresentou uma discreta evolução em quantidade no período do último PDI, passando de 2.749 docentes, em 2019, para 2.863, em 2023, o que representa um aumento inferior a 3,98%.

Tabela 10. Corpo docente do Ensino Superior da UFPE por tipo de vínculo (situação em dezembro de 2019-2023)

Vínculo	Ano 2019		Ano 2022		Ano 2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Efetivo	2.499	90,90	2.507	91,00	2.491	87,01
Substituto	241	8,80	243	8,80	351	12,26
Visitante	9	0,30	4	0,20	21	0,73
Total	2.749	100,00	2.754	100,00	2.863	100,00

Fonte: Tabela elaborada pela Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTICOM), em 2024.

O corpo técnico-administrativo é apresentado na Tabela 11. Esse tópico demonstra um discreto aumento nas titulações de

especialização (2,3%), mestrado (1,5%) e doutorado (1,09%), o que não ocasiona uma alteração significativa no perfil desses servidores no período do último PDI.

Tabela 11. Corpo técnico efetivo da UFPE por nível de instrução (situação em dezembro de 2019-2023)

Titulação	Ano 2019		Ano 2022		Ano 2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundamental	46	1,21	46	1,21	43	1,17
Ens. Médio	431	11,37	433	11,38	378	10,26
Superior	773	20,39	773	20,31	612	16,61
Especialização	1.557	41,06	1.567	41,17	1.602	43,47
Mestrado	792	20,89	794	20,86	824	22,36
Doutorado	191	5,04	191	5,02	226	6,13
Não Consta	2	0,05	2	0,05	0	0,00
Total	3.792	100	3.806	100	3.685	100,00

Fonte: Tabela elaborada pela Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTICOM), em 2024.

9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFPE

9.1 Órgãos colegiados

Na instância máxima da UFPE encontram-se os órgãos de decisão colegiada. É neles que as decisões mais estratégicas são debatidas e aprovadas. São órgãos da universidade:

- I. Os de deliberação superior:
 - a) O Conselho Universitário (Consuni), instância máxima da universidade, com competências normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da UFPE.
 - b) O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), colegiado superior de integração da atividade acadêmica;
 - c) O Conselho de Administração (Consad), responsável pela jurisdição superior da gestão administrativa, financeira e patrimonial;
 - d) O Conselho Fiscal (Confis), órgão de fiscalização econômico-financeira.
2. O de consulta, constituído pelo Conselho Social (Consol);
3. O de administração geral, representado pela Reitoria;
4. Os de execução do ensino, da pesquisa e da extensão, representados pelos Centros Acadêmicos e suas unidades acadêmicas;
5. Por fim, o de apoio às atividades acadêmicas e de gestão, integrados pelos Órgãos Suplementares e Complementares.

9.2 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

A administração da UFPE é exercida pelo órgão de administração geral: a Reitoria, através do Gabinete do Reitor, das Pró-Reitorias

e dos Órgãos Suplementares. É ela que planeja, coordena e supervisiona as atividades administrativas da instituição.

O Gabinete do Reitor inclui, atualmente, reitoria e vice-reitoria, assessoramento superior, unidades estratégicas, comitês de governança e gestão, superintendências e núcleos temáticos.

A UFPE possui 8 (oito) pró-reitorias:

- **Pró-Reitoria de Extensão (Proext):** Tem por fim promover atividades de extensão que conectam a universidade com a sociedade, fortalecendo essa relação por meio do diálogo, da transformação e da integração.
- **Pró-Reitoria de Administração (Proad):** A Proad tem por finalidade o assessoramento à Administração Central e a todas as unidades no que diz respeito ao planejamento, à aquisição, ao acompanhamento e à execução das compras de bens de consumo, à contratação de serviços e à gestão administrativa documental, de bens e de transporte, para promover o funcionamento institucional.
- **Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe):** É o órgão responsável pelo planejamento, pela execução, pelo monitoramento e pela avaliação das ações de administração e desenvolvimento de recursos humanos. Compete a essa pró-reitoria realizar ações e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida, à saúde e ao bem-estar social de todos os servidores da UFPE.
- **Pró-Reitoria de Graduação (Prograd):** É responsável pelos assuntos referentes ao ensino de graduação da universidade. Cabe a ela atuar junto aos estudantes, docentes, coordenadores de cursos, coordenadores das áreas básicas, chefes de departamentos e diretores de centro; garantir a qualidade dos cursos de graduação oferecidos e reafirmar seu compromisso social, articulando o ensino com as áreas de pesquisa e extensão; cuidar da organização,

do funcionamento e da política didático-pedagógica da graduação e da coordenação do processo de avaliação da qualidade do ensino; coordenar a qualificação dos docentes dos cursos de graduação e realizar o controle acadêmico dos estudantes no que diz respeito aos aspectos legais e à documentação.

- **Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi):** Tem por finalidade planejar e articular as políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), apoiando a formação de recursos humanos de alto nível, a pesquisa, a produção científica e tecnológica, a transferência de tecnologia e a promoção da inovação e do empreendedorismo na UFPE.
- **Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (Proplan):** Tem por finalidade a gestão e o controle orçamentário, financeiro e contábil em conformidade com a legislação e com o planejamento institucional. Enquanto unidade técnica, tem a função de elaborar e publicar normativos (notas técnicas, orientações, manuais etc.) sobre matérias de sua competência, voltados à orientação dos demais gestores da UFPE, com o objetivo de melhorar os processos de trabalho (mais seguros e eficientes), primando sempre pela melhoria da gestão pública e pela transparência das informações da universidade.
- **Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPQ):** Tem por finalidade o planejamento, a gestão, a supervisão e a avaliação das políticas de pós-graduação, garantindo a qualidade do ensino de pós-graduação de forma articulada com a graduação, a pesquisa e a extensão.
- **Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (Proaes):** Tem por finalidade a coordenação central das ações e programas de inclusão social para a permanência dos alunos na universidade, com vistas a minimizar os efeitos das

desigualdades sociais e regionais, reduzir os indicadores de retenção e de evasão escolar, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, favorecendo a conclusão de curso de graduação no tempo previsto.

O organograma da UFPE é um documento que deve ser entendido na perspectiva da horizontalidade e não como uma estrutura hierarquizada. Através dele fica mais didática a percepção de como funciona a UFPE e quais são os níveis de responsabilidades de seus órgãos. O organograma pode ser consultado, de forma atualizada e interativa, no *site* da universidade, por meio do link: [[Organograma UFPE](#)]

9.3 Órgãos Suplementares

Para melhor desempenho das suas múltiplas tarefas, a Universidade dispõe de Órgãos Suplementares e Complementares de várias naturezas técnico administrativas com enfoque em cultura, saúde e assistência.

Atualmente a UFPE possui os seguintes órgãos suplementares:

- **Biblioteca Central (BC):** A Biblioteca Central, em conjunto com mais 13 (treze) bibliotecas, formam o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB). Juntas, elas reúnem em suas coleções mais de 300 mil títulos e mais de 1 milhão de exemplares. Essas coleções estão disponíveis para acesso de toda a comunidade e são formadas por livros, periódicos, materiais multimídia, teses e dissertações, entre outros documentos;
- **Editora UFPE:** A Editora UFPE, enquanto importante órgão suplementar da UFPE, é responsável pelo apoio à produção intelectual dos docentes e pesquisadores da universidade e pelas publicações digital e impressa de livros. Além de



Foto: Ildembergue Leite

atender à comunidade acadêmica no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão, a Editora UFPE também presta serviços, por meio de contratos ou convênios, a pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado.

- **Hospital das Clínicas (HC):** O HC é um órgão suplementar da universidade que atua nas áreas de ensino, pesquisa, inovação, extensão e assistência. No ensino, por exemplo, atende atualmente a 17 (dezessete) cursos de graduação e 14 (quatorze) cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) ligados à UFPE.
- **Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (Nusp):** O Nusp é o órgão suplementar da UFPE responsável por desenvolver projetos e programas de promoção à saúde tanto no âmbito da universidade quanto fora dos limites acadêmicos. O órgão integra a Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde, do Ministério da Saúde, o Movimento de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (MCCS), da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), e a União Internacional de Promoção e Educação em Saúde (IUHPE), com sede em Paris, na França.

Cada uma desses órgãos tem um papel importante na tarefa de apoiar a estrutura da instituição, de modo que ela possa oferecer os melhores serviços à comunidade acadêmica.



10

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

No que se refere às Políticas de Atendimento aos discentes, tendo por fundamento a Política Nacional de Assistência Estudantil, a Proaes se destaca por sua atuação nos Programas de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico, Alimentação e Nutrição, Atenção à Saúde dos Estudantes, Bolsas e Auxílios e Moradia Estudantil.

10.1 Programa de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico

O Programa de Apoio Pedagógico consiste na promoção de atividades e ações que visam a proporcionar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica condições de permanência no curso de graduação através da oferta de apoio pedagógico especializado. Nessa perspectiva, a Proaes conta com um setor pedagógico que atua no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), no Núcleo de Assistência Estudantil (Naest), com vistas a ofertar, aos assistidos pelo Programa de Bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil, apoio pedagógico e acadêmico a fim de sanar eventuais dificuldades de aprendizagem no curso de graduação, com o propósito de garantir aos estudantes condições de permanência e de conclusão do curso.

Entre as ações do Programa de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico destacam-se:

- i. **Projeto Estudante Cooperador Pedagógico:** instituído através da Portaria nº 04/2024-Proaes, de 7 de fevereiro de 2024, consiste em projeto de tutoria pensado para estudantes com dificuldades em disciplinas específicas em suas áreas. O projeto foi iniciado na Área 2 (voltado para as disciplinas básicas das engenharias), no ano de 2016, mas já tem no horizonte propostas de ampliação para demais áreas.
- ii. **Orientação de Matrícula:** tem como objetivo auxiliar no planejamento e na organização das disciplinas em que o estudante bolsista pretende se matricular (número de disciplinas, carga horária, pré-requisitos etc.), bem como discutir questões relativas ao desempenho acadêmico e às condições de permanência na Assistência Estudantil. Ocorre semestralmente, em intervalo anterior e durante o período de matrícula acadêmica.
- iii. **Análise de Justificativas por Desempenho Acadêmico Insuficiente:** em conformidade com o que prevê a Portaria nº 03/2022-Proaes, de 19 de dezembro 2022, que normatiza ações e procedimentos a serem adotados em caso de insuficiência de desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil (PAE), visando a identificar casos de insucesso e a desenvolver estratégias para a execução do programa de apoio pedagógico, oferecendo suporte e acompanhamento aos estudantes com o objetivo de reduzir os indicadores de retenção e de evasão escolar na graduação presencial.
- iv. **Análise de Processos de Prorrogação:** processos abertos por estudantes beneficiários das Bolsas de Assistência Estudantil que atingiram o tempo mínimo regimental para permanência. O objetivo do processo de prorrogação é dar suporte ao estudante na fase final de conclusão do curso, a partir da apresentação de Plano de Conclusão de Curso apresentado pelos estudantes, construído conjuntamente com as coordenações de cursos.
- v. **Acompanhamento Pedagógico Individual:** acompanhamento individualizado aos estudantes a partir das demandas e dificuldades acadêmicas apresentadas por

eles, em especial os estudantes acompanhados durante o processo de justificativa por desempenho acadêmico insuficiente.

10.2 Programa de Alimentação e Nutrição

Consiste em um conjunto de ações com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a manutenção de hábitos alimentares adequados. As ações que compõem o programa abrangem a promoção da alimentação adequada e saudável, desenvolvidas principalmente nos Restaurantes Universitários (RUS).

Além dos RUS, a Proaes conta com uma equipe de nutricionistas que atuam junto à Diretoria de Alimentação e Saúde (DAS) no sentido da promoção da saúde por meio de uma alimentação adequada. Ainda em relação ao Programa de Alimentação e Nutrição, cabe destacar que a UFPE possui, até o momento, dois RUS, um no *Campus* Recife e outro no CAA, com projetos em andamento para a construção de um RU no CAV e ao menos mais um RU no *Campus* Recife.

Através dos RUS, a universidade amplia o raio de ação dos Programas de Assistência Estudantil, tendo em vista que, além dos estudantes assistidos pelas bolsas e auxílios da Proaes, que têm acesso ao RU com isenção integral em 2 (duas) ou 3 (três) refeições, os demais estudantes da graduação e da pós-graduação presencial também são beneficiados com duas refeições, subsidiadas em 60% pela UFPE.

10.3 Programa de Atenção à Saúde dos Estudantes

O Programa de Atenção à Saúde do Estudante consiste no desenvolvimento de ações que visam a favorecer a prevenção, a

promoção e a assistência à saúde física e mental do estudante, diminuindo os riscos de prejuízo e de interrupção em seu processo de ensino-aprendizado e contribuindo para a permanência do estudante na universidade, e a consequente conclusão de sua graduação.

A execução do Programa de Atenção à Saúde dos Estudantes é feita pela Diretoria de Alimentação e Saúde, por meio do Núcleo de Atenção à Saúde dos Estudantes (Nase), que conta com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, dermatologista, ginecologista, médicos clínicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e psiquiatras.

O programa é destinado a todos os estudantes matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação presenciais, com prioridade para os estudantes com perfil Pnaes, especialmente os assistidos pelo Programa de Bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil.

10.4 Programa de Bolsas e Auxílios

Executado, na Proaes, pela Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), o Programa de Bolsas e Auxílios de Manutenção Estudantil consiste na concessão de benefício pecuniário para auxiliar no custeio de despesas com o curso de graduação presencial, com a finalidade de ampliar as condições de permanência e conclusão de curso de estudantes de baixa renda e oriundos, prioritariamente, de escola pública.

O programa conta com as seguintes bolsas e auxílios:

- i. **Bolsa de Manutenção Estudantil:** no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, para ajudar no custeio de despesas com o curso, pagas a estudantes matriculados em curso de graduação presencial em um dos *campi*

da UFPE. Para possuir essa bolsa, os estudantes precisam participar e ser classificados em um dos editais de manutenção estudantil. Os editais podem ser acessados por meio do site da Proaes, através do *link*: [[Bolsa Manutenção Estudantil](#)].

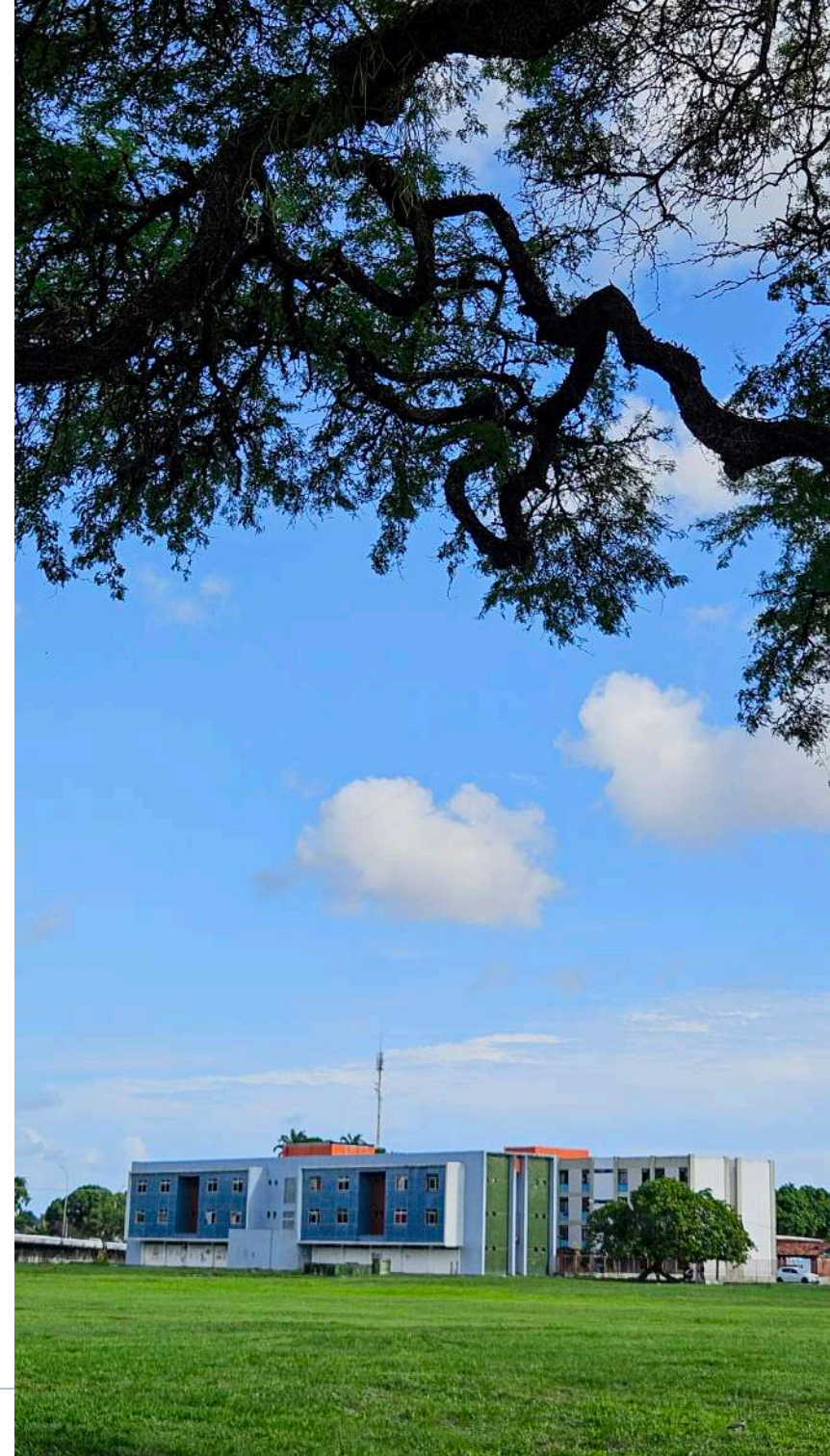
- ii. **Bolsas Residentes e de Moradia:** respectivamente com valores de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e R\$ 800,00 (oitocentos reais), pagas a estudantes assistidos pelo Programa de Moradia Estudantil. A Bolsa Moradia, especificamente, é regulamentada pela Portaria nº 01/2022-Proaes, de 2 de março de 2022. Ela segue a mesma lógica da Bolsa de Manutenção Estudantil, sendo o diferencial entre elas o público-alvo. Tal qual a Bolsa de Manutenção Estudantil, para ter direito a essas bolsas os estudantes precisam participar de e ser classificados em um dos editais de moradia estudantil. Os editais podem ser acessados por meio do *site* da Proaes, através do *link*: [[Moradia Estudantil](#)].
- iii. **Auxílio-Creche:** Regulamentado pelas Portarias nº 02/2021-Proaes, de 7 de outubro de 2021, e nº 10/2024-Proaes/UFPE, de 23 de agosto de 2024, consiste no auxílio financeiro, no valor de R\$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais), integrado às bolsas de Manutenção Estudantil, Residentes ou Moradia, destinado a estudantes que têm filho(s) na faixa etária de 0 (zero) até 3 (três) anos e 11 (onze) meses de idade.
- iv. **Apoio Acolhimento:** Regulamentado pelas Portarias nº 04/2023-Proaes, de 26 de junho de 2023, nº 05/2023-Proaes/UFPE, de 22 de setembro de 2023, e nº 07/2024-Proaes/UFPE, de 10 de abril de 2024, ele consiste no benefício pecuniário concedido excepcionalmente a

estudantes ingressantes no primeiro período do curso por meio das Cotas Sociais com recorte de renda ou que tenham ingressado pela ampla concorrência ou demais cotas, desde que tenham se candidatado, no processo de ingresso, para concorrer pelas cotas sociais com recorte de renda – até 1 (um) salário-mínimo *per capita*. Tem como objetivo ampliar as condições de permanência durante o período compreendido entre o primeiro ingresso no curso e o acesso ao Programa de Bolsas de Manutenção Estudantil ou ao Programa de Moradia Estudantil da Proaes.

- v. **Apoio a Eventos:** Regulamentado pela Portaria nº 06/2023-Proaes, de 20 de outubro de 2023, tem como objetivo contribuir na formação integral dos estudantes de graduação através do estímulo à participação em eventos acadêmicos, esportivos, culturais e político-acadêmicos realizados no território nacional.
- vi. **Auxílio Emergencial:** Regulamentado pela Portaria nº 07/2023-Proaes, de 9 de novembro de 2023, é um benefício de caráter excepcional e temporário para estudantes em situação de vulnerabilidade com risco iminente de evasão, prioritariamente para aqueles que ainda não integram o Programa de Bolsas e Auxílios.
- vii. **Auxílio Inclusão Digital:** Regulamentado pela Portaria nº 08/2023-Proaes/UFPE, de 5 de dezembro de 2023, tem como finalidade a concessão de auxílio pecuniário para custear total ou parcialmente a compra, por estudantes da graduação presencial com perfil socioeconômico conforme Pnaes, de equipamento eletrônico (computador, *tablet* ou *notebook*), para uso em atividades acadêmicas,

visando à ampliação das condições de permanência e favorecendo a conclusão de curso.

- viii. **Auxílio Residentes:** Regulamentado pela Portaria nº 09/2023-Proaes, de 5 de dezembro de 2023, tem como finalidade a concessão de auxílio pecuniário para custear total ou parcialmente atividades culturais, de lazer ou de retorno dos residentes das Casas de Estudante Universitárias da UFPE para as suas cidades de origem durante o recesso acadêmico, visando a promover a formação cultural, acadêmica e o pertencimento do estudante à universidade, por meio da manutenção do vínculo familiar entre os estudantes residentes e suas famílias de origem.
- ix. **Auxílio Indígenas e Quilombolas:** Regulamentado pela Portaria nº 02/2024-Proaes, de 30 de janeiro de 2024, tem como finalidade garantir a permanência, em curso de graduação presencial, de estudantes indígenas e quilombolas que estejam dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica conforme estabelecido pelo Pnaes, mediante concessão de auxílio pecuniário mensal, de valor equivalente ao da Bolsa de Manutenção Estudantil da Proaes.
- x. **Auxílio Internet:** Regulamentado pela Portaria nº 03/2024-Proaes, de 30 de janeiro de 2024, tem como finalidade a concessão de auxílio pecuniário no valor R\$ 70,00 (setenta reais), para custear o pagamento, pelos estudantes assistidos pela Bolsa de Manutenção Estudantil, de pacote de dados de *internet* móvel ou *internet* cabeada, visando a garantir condições para conclusão do curso no menor tempo possível.



- xi. Auxílio Pré-Escolar:** Regulamentado pela Portaria nº 09/2024-Proaes/UFPE, de 23 de agosto de 2024, consiste em auxílio financeiro, no valor de R\$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais), integrado às bolsas de Manutenção Estudantil, Residentes ou Moradia, destinado a estudantes que têm filho(s) na faixa etária entre 4 (quatro) anos e 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade. Trata-se de um auxílio complementar ao Auxílio Creche, caracterizando-se como ação voltada a estudantes, mães e pais de filhos em idade de creche e pré-escola.
- xii. Auxílio Alimentação:** Trata-se de auxílio pecuniário, no valor de R\$300,00 (trezentos reais), pago em complemento às Bolsas de Manutenção Estudantil, Moradia, Residentes e aos Auxílios Emergencial e de Apoio Acolhimento, aos estudantes do CAV e da Faculdade de Direito do Recife (FDR), tendo em vista a ausência de restaurante universitário acessível aos estudantes desses centros.
- xiii. Auxílio Difícil Acesso:** Trata-se de auxílio pecuniário, no valor de R\$300,00 (trezentos reais), pago em complemento às Bolsas de Manutenção Estudantil, Moradia, Residentes e aos Auxílios Emergenciais e de Apoio Acolhimento, aos estudantes do CAA, em virtude da localização do *campus*, que é de difícil acesso, afastado do centro da cidade de Caruaru (PE).
- xiv. Isenção Integral no Restaurante Universitário:** Diferentemente dos demais auxílios, nesse caso não se trata de repasse de valores pecuniários diretamente aos estudantes, mas da concessão, a estudantes da graduação presencial com perfil conforme Pnaes – com renda *per capita* de até 1 (um) salário mínimo –, de isenção

integral em duas refeições (almoço e jantar) em um dos Restaurantes Universitários da UFPE. Esse tipo de benefício pode ser usufruído através da participação em edital próprio.

- xv. Hospedagem Temporária:** Também não se trata de repasse de valores pecuniários diretamente aos estudantes, mas da concessão de vagas de hospedagem temporária em uma das CEUS da UFPE a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente os matriculados no primeiro período da primeira graduação presencial, provenientes de fora da Região Metropolitana do Recife (RMR), pelo período compreendido entre o início do semestre e a conclusão do primeiro Edital de Moradia Estudantil aberto após o início das atividades letivas.

O ingresso dos estudantes no Programa de Bolsas e Auxílios se dá através da participação em editais próprios, executados pela Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), boa parte dos quais por meio do Núcleo de Assistência Estudantil (Naest).

10.5 Programa de Moradia Estudantil

O Programa de Moradia Estudantil consiste na oferta de residência temporária ou de auxílio pecuniário para moradia a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, que residam fora da região metropolitana do Recife ou em outros estados, a fim de garantir a permanência na universidade e a conclusão da graduação.

Para a execução do programa, feita pela Proaes, por meio da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), a UFPE conta

com um conjunto de 3 (três) Casas de Estudantes Universitárias (CEUS) e um Espaço de Convivência.

O programa não se resume, no entanto, à estrutura física das CEUS, e muito menos às bolsas e auxílios destinadas aos beneficiários, já mencionadas acima; ele vai muito além, na medida em que conta com uma equipe de assistentes sociais, psicólogos e enfermeiros que têm atuação exclusiva no Programa de Moradia Estudantil, tendo em vista as especificidades do público-alvo – a saber, estudantes oriundos de regiões geográficas diversas, muitas das vezes, da realidade da cidade grande, ao que se soma, para além da vulnerabilidade socioeconômica, que impacta significativamente a permanência estudantil, o fato de estarem distantes de suas famílias e cidades de origem, enquanto parte deles residem dentro do próprio *campus*.

11

INFRAESTRUTURA

11.1 Infraestrutura física

A Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) busca cumprir suas competências definidas na Portaria Normativa nº 06, de 23 de março de 2016, estruturadas pela Portaria Normativa nº 41, de 20 de outubro de 2020, e redefinidas, ainda, pela Resolução nº 08/2022-Consad. A Sinfra tem o compromisso de agir conforme os princípios que orientam uma atuação sustentável, de modo a contribuir para alcançar as metas estratégicas delineadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável Institucional (PDI), com destaque para a sua participação decisiva no cumprimento do objetivo 17 do plano. A Sinfra tem por finalidade a prestação de serviços de manutenção e conservação predial e urbana, com o objetivo de preservar a integridade da infraestrutura e garantir a qualidade do acesso às instalações da universidade, zelando pela sustentabilidade ambiental.

A Sinfra é composta por duas diretorias e uma coordenação: a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental (DSA), a Diretoria de Manutenção e Conservação (DMC) e a Coordenação Administrativa e Financeira (CAF). São competências, nesse contexto, da Sinfra:

- i. Executar os serviços de manutenção e conservação predial: manutenção hidrossanitária e elétrica, revestimentos em geral, reparação estrutural não complexa condicionada à parecer técnico, pintura, carpintaria, marcenaria, vidraçaria e recuperações de alvenaria, entre outros;
- ii. Acompanhar os serviços de manutenção e de conservação de elevadores e de aparelhos de ar-condicionado;
- iii. Executar os serviços de manutenção e conservação de acessos, logradouros, parques, jardins, iluminação pública dos estacionamentos, vias de acesso e demais logradouros da universidade;
- iv. Executar os projetos de sinalização dos *campi*;
- v. Planejar compras e elaborar termo de referência para a aquisição de materiais e de serviços específicos da superintendência, além de efetuar licitação de materiais e serviços relativos a manutenção e pequenas obras dos *campi*, realizando, assim, os empenhos decorrentes das aquisições e do cumprimento dos contratos de prestação de serviços por terceiros; e
- vi. Elaborar e implantar projetos de melhoria da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável dos *campi*.

A DSA desempenha funções essenciais para garantir um ambiente saudável e sustentável na universidade. Suas atuações abrangem:

- **Fornecimento de Água:** a DSA atua no gerenciamento do fornecimento de água para as instalações da UFPE, assegurando o abastecimento adequado, a qualidade e a gestão eficiente desse recurso. Essa responsabilidade envolve a coordenação do fornecimento de água com a Compesa, a manutenção dos poços artesianos, a operação da Estação de Tratamento de Água (ETA), bem como a conservação dos reservatórios de água e o controle de efluentes das edificações;
- **Conservação e Limpeza:** a diretoria atua na conservação e na limpeza tanto das edificações quanto das áreas verdes, abrangendo os centros do *Campus* Joaquim Amazonas e as edificações descentralizadas na cidade do Recife. Essa iniciativa visa a manter um ambiente limpo e bem conservado para a comunidade acadêmica;
- **Gestão Arbórea:** a DSA realiza o monitoramento da saúde das árvores no *campus* e nas edificações descentralizadas,

promovendo atividades como poda e levantamento de copas, além da erradicação de árvores severamente comprometidas ou com risco de queda. Também é de sua competência controlar e manter as mudas de compensação ambiental, buscando assegurar a sua saúde durante seu desenvolvimento.

- **Gestão de Resíduos:** a diretoria desenvolve e implementa planos e práticas sustentáveis relacionadas à gestão de resíduos, conforme estabelecido no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), de 2021. Essas ações visam a promover a coleta seletiva dos resíduos recicláveis, dos resíduos orgânicos, dos resíduos dos serviços de saúde, dos resíduos químicos, entre outros, promovendo o tratamento adequado, a destinação ambientalmente correta e a redução do impacto ambiental dos resíduos gerados pela universidade; e
- **Bem-Estar Animal:** A DSA também atua na implementação da Política Institucional de Bem-Estar Animal (Resolução nº 13/2021), com iniciativas voltadas aos animais comunitários, como controle populacional, prevenção ao abandono e promoção da adoção responsável. Essa área de atuação reflete o compromisso da UFPE com o cuidado e o respeito aos animais presentes em seu ambiente.

A DMC desempenha funções essenciais para garantir a manutenção e a usabilidade dos ambientes, máquinas e equipamentos da universidade. Sua atuação abrange:

- **Fornecimento de Energia Elétrica:** A DMC atua no gerenciamento do fornecimento de energia elétrica com a manutenção das Cabines de Medição de Energia do *Campus*, bem como na manutenção das Subestações de

Energia do Prédios e no acompanhamento e no controle da geração de energia pelas Usinas Fotovoltaicas da UFPE, que totalizam aproximadamente 1,6 mWhp.

- **Manutenção Predial e Urbana:** A diretoria atua na manutenção das instalações elétricas, civis e hidráulicas dos prédios e das vias urbanas, abrangendo os centros do *Campus* Joaquim Amazonas e as edificações descentralizadas na cidade do Recife. São atendidas 14.282 requisições de manutenção de instalações elétricas, civis e hidráulicas, conforme consta na página da Sinfra, no link: [\[Gestão da Manutenção Predial \]](#).
- **Controle de Almoxarifado:** A diretoria controla a entrada e a saída de materiais da Sinfra, bem como o estudo de aquisição de materiais, a fim de atender às demandas da UFPE associadas ao fornecimento de materiais e ao contrato de manutenção predial.
- **Manutenção de Máquinas e Equipamentos:** A DMC desenvolve diversos serviços, como o dimensionamento de carga térmica de ambientes para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, e auxilia na avaliação de projetos de sistemas mecânicos da UFPE; também atua no planejamento, na gestão e na fiscalização de serviços de instalação, remoção e manutenção de aparelhos de ar-condicionado do tipo janela, *split*, *self-contained*, central de ar-condicionado tipo VRF/VRV e *chiller*; assim como na manutenção de 64 (sessenta e quatro) elevadores e na aquisição e manutenção de eletrobombas. Essas ações visam a garantir o funcionamento dos diversos ambientes da instituição.

A CAF desempenha funções essenciais para garantir a contratação de serviços e compras de material, bem como o pagamento

de empenhos; também atua na fiscalização administrativa dos contratos de mão de obra com dedicação exclusiva vinculados à Sinfra. Sua atuação abrange:

- **Emissão de empenhos:** a CAF atua na confecção de empenhos para os contratos licitados que estão sob gestão e fiscalização da Sinfra.
- **Pagamento dos empenhos:** a CAF acompanha os saldos dos empenhos dos contratos e faz o gerenciamento dos pagamentos dos contratos da Sinfra.
- **Elaboração de Termos de Referência:** a CAF participa do planejamento, junto com a diretorias da Sinfra, para a elaboração do Termo de Referência e a cotação de preços para a contratação de serviços e compras de material.
- **Fiscalização Administrativa:** a CAF realiza a fiscalização administrativa dos contratos com mão de obra com dedicação exclusiva, checando as demandas de pagamento e o fato gerador dos contratos.

Para o exercício de 2023, considerando o cenário de retorno às atividades presenciais, as limitações orçamentárias e as de quadro funcional, a Sinfra concentrou seus esforços na manutenção dos contratos e convênios que garantem a prestação dos serviços. Simultaneamente, consolidou práticas sustentáveis relacionadas à arborização, ao tratamento de resíduos, à gestão hídrica, à limpeza, à manutenção predial e urbana e à manutenção de máquinas e equipamentos dos *campi*. Essas ações visam a assegurar um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e administrativo, alinhado aos princípios de sustentabilidade e ao compromisso com a eficiência e a qualidade nos serviços prestados pela universidade.

11.2 Planos futuros

- a) Elaboração de estudo técnico para a licitação de manutenção e recuperação asfáltica do *campus* universitário Reitor Joaquim Amazonas.
- b) Elaboração de estudo técnico para a licitação de manutenção de geradores, já que a última fracassou.
- c) Elaboração de estudo técnico para a licitação de manutenção de central de ar-condicionado tipo *chiller*, já que a última empresa contratada está respondendo a um processo de apuração de responsabilidade por descumprimento contratual.
- d) Elaboração de estudo técnico para a licitação de manutenção de todos os elevadores da UFPE, devido à proximidade do encerramento do Contrato nº 63/2019, que abrange 53 (cinquenta e três) elevadores.
- e) Elaboração de estudo técnico para a licitação de manutenção, com aperfeiçoamento da metodologia, da contratação dos serviços e peças de reposição.
- f) Implementar uma rotina e sistematizar a substituição do parque de bombas da UFPE, objetivando uma troca de 10% anuais – aproximadamente 28 (vinte e oito) das 280 (duzentos e oitenta) bombas. Implementar, após essa etapa, um sistema de *backup* em todas as bombas, conforme preconizam os manuais técnicos.
- g) Adquirir equipamentos que atendam às fiscalizações de manutenção: *drone*, câmera termográfica, *manifold*, paquímetro, analisador de vibrações, detector de tensão, megômetro, entre outros.
- h) Subsidiar as compras de equipamentos da UFPE considerando os programas de eficiência energética (Inmetro/Procel).

- i) Ofertar aos servidores cursos e treinamentos técnicos objetivando a qualificação dos profissionais.

11.3 Biblioteca

O novo paradigma das bibliotecas universitárias tem sido marcado por uma série de mudanças significativas nos últimos anos. Com a crescente digitalização de informações e a facilidade de acesso à *internet*, as bibliotecas têm se adaptado para atender às necessidades dos seus usuários de forma mais eficiente e eficaz. A palavra-chave nesse novo paradigma é inovação, e as bibliotecas universitárias têm investido em novas tecnologias e serviços para melhorar a experiência do usuário. Alguns exemplos disso incluem a oferta de serviços de empréstimo de *e-books*, a criação de espaços de *coworking* e a disponibilização de ferramentas de análise de dados para pesquisadores.

11.3.1 Cronograma de expansão do acervo

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) está concluindo a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) e o seu Plano de Atualização de Acervos (PAA). O documento destaca os seguintes pontos:

- Selecionar e adquirir materiais bibliográficos;
- Atender adequadamente à comunidade acadêmica, priorizando as bibliografias básica e complementar, em conformidade com a missão da biblioteca;
- Disciplinar o processo de seleção do acervo, em termos quantitativos e qualitativos, de acordo com as características de cada curso ofertado pela instituição;



- Atualizar permanentemente o acervo, permitindo o seu crescimento equilibrado, de forma a contemplar todas as áreas;
- Adequar a quantidade de exemplares, a fim de atender à necessidade dos cursos da melhor forma possível;
- Avaliar coleções para desbaste e/ou descarte;
- Dar lisura e publicidade aos atos relacionados à atualização do acervo do SIB.

As bibliotecas universitárias estruturam seus acervos com o intuito de atender aos seus usuários da melhor forma possível. Isso prevê o desenvolvimento de várias ações, como a organização dos livros nas estantes, a atualização de edições e o remanejamento ou a retirada de itens dos acervos com base nos critérios estabelecidos na PDC.

11.3.2 Serviços oferecidos

As bibliotecas da UFPE oferecem os seguintes serviços à comunidade acadêmica:

- Circulação de acervos: consulta, empréstimo domiciliar; reserva e renovação de itens bibliográficos;
- Orientação e treinamento para uso do catálogo *on-line*;
- Capacitações sobre normalização, uso de bases de dados e outras temáticas da área;
- Orientação ao uso do acervo;
- Visita dirigida;
- Exposição das novas aquisições;
- Catalogação na fonte;
- Orientação à normalização de trabalhos acadêmicos;

- Disponibilização de espaços para estudo: salão de leitura, cabines de estudo individual e salas de estudo em grupo;
- Empréstimos entre bibliotecas;
- Intercâmbio com instituições para permuta de documentos;
- Disseminação Seletiva da Informação;
- Boletim Novas Aquisições (via *e-mail*);

Além dos serviços listados acima, a Biblioteca Central (BC) oferece serviços especializados por meio de suas divisões, sendo os principais:

- Aquisição de itens bibliográficos físicos e digitais para o SIB;
- Oferta do Programa de Capacitações;
- Gerenciamento do Repositório Digital da UFPE (Attena);
- Depósito legal de teses e dissertações;
- Gerenciamento do Portal de Periódicos da UFPE;
- Assessoramento técnico às equipes editoriais das revistas da UFPE;
- Gerenciamento dos acervos digitais adquiridos ou assinados pela BC;
- Conversão e adaptação de materiais informacionais para formatos acessíveis.

11.4 Laboratórios

Os laboratórios têm um papel importante no desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão das universidades. É através deles que possibilitamos diversificar o ensino e trazer a realidade prática para os discentes.

A UFPE conta com um número significativo de laboratórios distribuídos entre os seus diversos centros de ensino. A Tabela 12 traz a relação dos laboratórios por centro e distribuídos por categoria de abrangência: se nele é realizada atividade de ensino, atividade de pesquisa ou ambas as atividades.

Tabela 12. Distribuição de laboratórios da UFPE por centros e categoria de atividades

Centro	Ambos	Ensino	Pesquisa
CAA	10	3	1
CAC	36	28	12
CAV	16	8	10
CB	82	17	47
CCEN	12	10	83
CCJ			1
CCS	146	16	23
CCSA	3	5	2
CE	14	1	-
CFCH	34	1	19
CIN	-	8	11
CMM	-	-	5
CTG	131	21	97
CTG-CCEN	-	11	-
Total	484	129	311

Fonte: Tabela elaborada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2023.

A tabela revela um contexto bem diversificado, com um total de 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) laboratórios que realizam ambas as atividades, 169 (cento e sessenta e nove) que realizam apenas as de ensino e 311 (trezentos e onze) que realizam apenas atividades de pesquisa.

Mais de 70% dos centros realizam ambas as atividades, merecendo destaque o Centro de Ciências da Saúde (ccs), que apresenta o maior número, com 146 (cento e quarenta e seis)

laboratórios realizando ambas as atividades. Logo após vem o Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), com 131 (cento e trinta e um), que realizam tanto pesquisa como ensino. Vale destacar que o CTG é o centro com o maior número de laboratórios dedicados exclusivamente à pesquisa, com um número de 97 (noventa e sete) laboratórios.

Apenas 21% dos laboratórios realizam atividades em apenas um tipo de categoria. É o caso do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ): com um laboratório de pesquisa; do Centro de Ciências Médicas (CMM), com 5 (cinco) laboratórios de pesquisa; e o Núcleo Integrado de Atividades de Ensino (Niate-CTG/CCEN), com 11 (onze) laboratórios de ensino.



12

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

12.1 Financiamento e sustentabilidade na UFPE

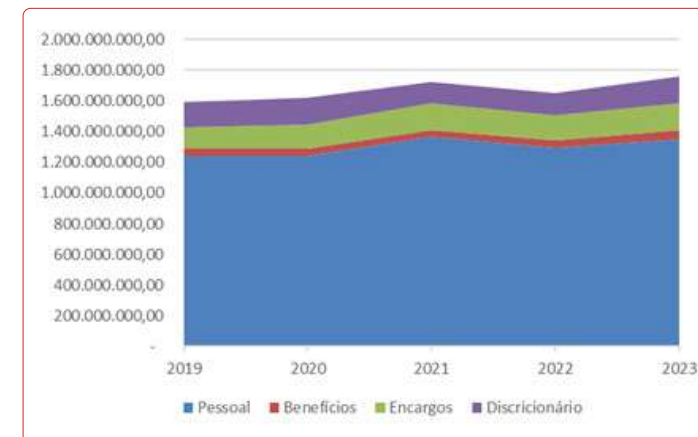
As universidades federais, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), são mantidas pelo Poder Público, o que significa que a União deve garantir, anualmente, recursos suficientes em seu orçamento geral para a manutenção e o desenvolvimento dessas instituições de Educação Superior. Os recursos do tesouro desempenham o papel mais significativo na sustentação dos compromissos que asseguram a continuidade das atividades e dos projetos essenciais às práticas de ensino, pesquisa e extensão na universidade.

Além dos recursos do tesouro, as universidades podem contar com recursos próprios, obtidos por meio de taxas administrativas, aluguéis de imóveis, convênios e outros instrumentos semelhantes. Adicionalmente, o Congresso Nacional pode ampliar os investimentos em ações prioritárias, por meio de emendas ao orçamento. Temos também a possibilidade de captação de novos recursos via Termo de Execução Descentralizada (TED) e demais descentralizações de créditos orçamentários, para a execução de projetos de interesse da instituição. Os Gráficos 2 e 3 mostram, respectivamente, o total de recursos do tesouro e o de recursos captados que foram aplicados no período de 2019 a 2023.

12.2 Recursos do Tesouro

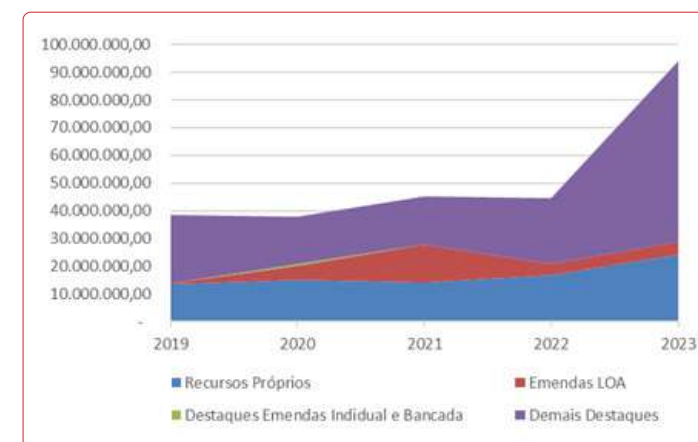
Durante o processo orçamentário anual das Ifes, a União assegura os recursos necessários para as despesas obrigatórias, como salários de pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores. Além disso, o MEC define o montante destinado às despesas discricionárias, que são aquelas em que o gestor possui maior flexibilidade em sua alocação. Para a alocação desses recursos discricionários, o MEC deve seguir a matriz de

Gráfico 2. Recursos e Tesouro (empenhado) – 2019 a 2023 (em R\$)



Fonte: Gráfico elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (Proplan), em 2024.

Gráfico 3. Recursos captados (empenhados) – 2019 a 2023 (em R\$)



Fonte: Gráfico elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (Proplan), em 2024.

distribuição estabelecida pela Portaria nº 748/2021-MEC. A Matriz de Outros Custeios e Capital (occ) é a principal matriz aplicada para definir essa distribuição entre as Ifes. Além da Matriz occ, outras matrizes e programas, como a Matriz do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, também compõem o orçamento anual das Ifes. A portaria determina que a composição da Matriz occ será baseada em indicadores como o número de alunos matriculados e concluintes, além de critérios de eficiência e qualidade dos cursos. O Quadro 4 apresenta a dotação total da LOA entre os anos de 2019 e 2024, evidenciando a programação orçamentária por meio do Identificador de Resultado Primário (RP), além de detalhar a dotação primária discricionária, destacando os valores correspondentes aos recursos do Tesouro e a fonte de recursos próprios.

Quadro 4. Dotação Atualizada – LOA 2019-2024 (R\$ Mil)

Resultado Lei	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Financeiro	134.674	154.823	165.929	168.604	170.366	183.329
Primário Obrigatório	1.317.282	1.298.742	1.433.088	1.356.376	1.417.804	1.512.707
Primário Discricionário Tesouro	166.794	173.265	139.194	142.103	176.723	168.923
Primário Discricionário Próprio	13.739	17.731	14.760	16.872	27.088	21.265
Emenda Individual	150	4.880	3.400	3.835	4.847	3.336
Emenda Bancada	-	-	10.360	-	-	-
Total	1.632.639	1.649.441	1.766.731	1.687.790	1.796.828	1.889.560

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados do Tesouro Gerencial, em 20 ago. 2024.

12.3 Recursos próprios

Assim como os recursos do Tesouro, as receitas próprias são previstas anualmente na LOA. Esse processo de estimativa é coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC, que faz a intermediação entre as projeções da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) – que leva em conta o desempenho de arrecadação dos anos anteriores e as informações das unidades orçamentárias vinculadas ao MEC.

De acordo com o art. 3º da Portaria nº 14.956-SOF/ME, de 21 de dezembro de 2021, os Recursos Próprios são originados do esforço dos órgãos e entidades da Administração Pública em fornecer bens ou serviços facultativos e explorar economicamente seu patrimônio, além dos rendimentos de suas aplicações financeiras.

Na UFPE, a receita própria é majoritariamente composta por serviços administrativos, que têm registrado um crescimento significativo nos últimos anos, especialmente em 2023, impulsionado pelos ressarcimentos de instrumentos firmados com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (Fade) da UFPE.

Além disso, nos últimos anos, a universidade tem obtido receitas expressivas através de serviços de estudos e pesquisas por meio do Laboratório de Combustíveis (LAC), que se destaca na área de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. O contrato atual com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), no valor de R\$ 12,6 milhões, financia o monitoramento da qualidade de combustíveis e lubrificantes nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

A UFPE também obtém receitas de aluguéis e convênios firmados com estados e municípios, que, embora menores, têm mostrado potencial de crescimento. Um exemplo é o Convênio nº 07/2023 com a Prefeitura do Recife, no valor de R\$ 9,6 milhões e vigente até 2026, que apoia o projeto Recife Cidade Parque, promovendo cooperação técnica, científica e financeira. Outros

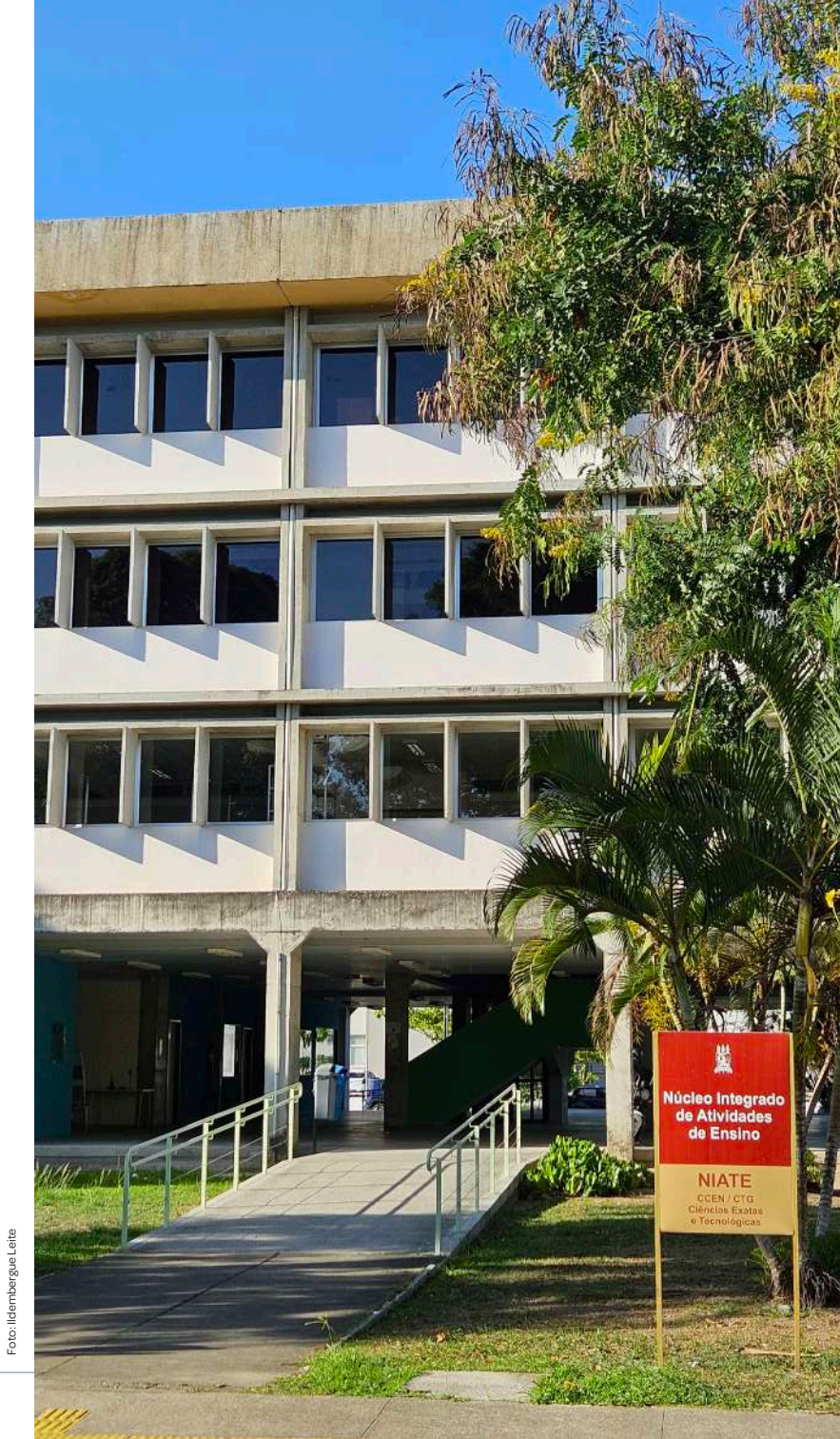


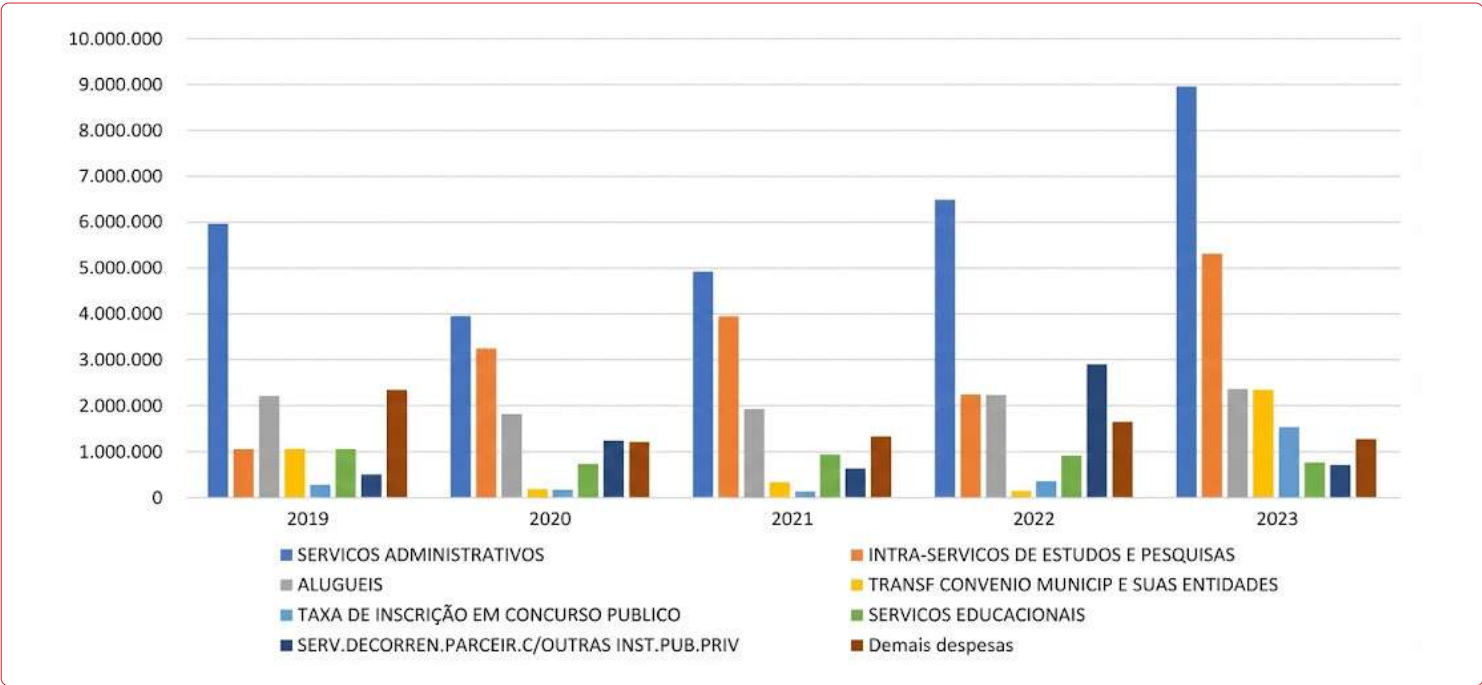
Foto: Ildembergue Leite

convênios relevantes incluem os de nº 05/2021 e 79/2022, também com o município do Recife, que totalizam R\$ 2,4 milhões e são voltados para serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), com foco em procedimentos fonoaudiológicos e odontológicos, com vigência, respectivamente, até 2026 e 2027.

Adicionalmente, as receitas de inscrições em concursos públicos, de serviços educacionais e de parcerias com outras instituições também contribuem para a receita da UFPE.

Para os próximos 5 (cinco) anos, é importante que a UFPE continue a expandir suas receitas, especialmente nas áreas de serviços administrativos e convênios, refletindo um aumento na disponibilização de serviços educacionais e de pesquisa. Essa diversificação e o crescimento contínuo podem proporcionar uma base financeira mais sólida para a instituição. O Gráfico 4 apresenta a arrecadação líquida total da UFPE entre 2019 e 2023, destacando as principais fontes de receita durante esse período.

Gráfico 4. Receita Orçamentária Líquida – 2019 a 2023 (em R\$)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do Tesouro Gerencial, em 20 ago. 2024.

12.4 Emendas Parlamentares

Além do crédito orçamentário recebido pelos Programas Federais e Matrizes de Distribuição, e da dotação referente às receitas próprias, a UFPE também é beneficiada com recursos provenientes de Emendas Parlamentares. Esses recursos são indicados por deputados e senadores com o objetivo de financiar programações orçamentárias que fomentem o ensino, a pesquisa e a extensão, além de promover o desenvolvimento e a expansão da universidade.

As Emendas Parlamentares representam uma importante alternativa de financiamento, possibilitando a viabilização de diversos projetos de infraestrutura, extensão e apoio a grupos de pesquisa. Entre 2019 e 2024, as emendas individuais constantes na LOA da UFPE totalizaram R\$ 20.448.024,00 e as emendas de bancada somaram R\$ 10.360.197,00. As emendas individuais e as de bancadas via Termo de Execução Descentralizada totalizaram em R\$ 1.113.979,00. Esses recursos resultaram em aquisições de materiais permanentes, bem como na execução de projetos que possibilitaram o aprofundamento e a ampliação de pesquisas e projetos de extensão, a modernização de prédios centenários da UFPE, além da ampliação da infraestrutura. Entre os diversos projetos contemplados por Emendas Parlamentares nos últimos 5 (cinco) anos, destacamos a Reforma do Teatro da UFPE: Construindo Arte e Cultura para a Sociedade, a instalação de geradores fotovoltaicos, a reforma do Restaurante Universitário do *Campus* Joaquim Amazonas, a construção da Praça das Humanidades e a revitalização do Riacho do Cavouco. Para os próximos 5 (cinco) anos, espera-se que a UFPE continue contando com esse mecanismo de financiamento e aperfeiçoe os procedimentos de captação.



12.5 Descentralização Externa

Além de contar com os recursos aprovados na LOA, a UFPE também realiza captações de recursos mediante descentralizações de crédito. Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, em sua maioria, são firmados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), em parcerias com outros órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, com vistas a financiar o desenvolvimento de projetos de extensão, de pesquisa, de ensino e de desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, envolvendo mútua cooperação.

No período de 2019 até julho de 2024 foram celebrados 113 (cento e treze) TEDs, o que representa uma média aproximada de 19 (dezenove) termos por ano. O principal órgão federal com o qual a UFPE pactua parcerias é o MEC (através de suas secretarias) e órgãos a ele vinculados, como a Capes e a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), correspondendo a 47 (quarenta e sete) TEDs firmados nos anos de 2019 a 2024, com a perspectiva de mais 15 (quinze) novos para o ano corrente. Destaca-se, também, o recente aumento nas parcerias com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), com 5 (cinco) instrumentos pactuados nos anos de 2023 e 2024.

Alguns dos instrumentos mantêm uma frequência de pactuação anual com a UFPE, como por exemplo o Programa de Residência Médica e Multiprofissional e o Programa de Desenvolvimento da Preceptorial em Saúde do internato do Curso de Medicina do NCV/CAA-UFPE (Prodeps), custeados pelo MEC. Outro instrumento de grandes monta e importância para as ações da UFPE, cuja periodicidade de pactuação é um intervalo médio de 3 (três) anos, é o Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap), custeado pela CAPES.

A quantidade de instrumentos e os valores pactuados através de TEDs no período de 2019 até julho de 2024 estão demonstrados

no quadro abaixo. Houve um aumento significativo em 2023, com 44 (quarenta e quatro) TEDs formalizados, e um montante total pactuado de R\$ 113.432.764,93, com destaque para os programas Formação de Profissionais da Educação Infantil, no valor de R\$ 28.378.949,33, e Estudo e Pesquisa com Foco no Cuidado Integral e Ciclos de Vida na Atenção Primária à Saúde, na quantia de R\$ 22.499.999,83. Com base no cenário atual, há uma projeção de continuidade desse aumento para 2024 e anos posteriores.

Quadro 5. Termos de Execução Descentralizada Firmados (2019-2024)

Ano	Quantidade de instrumentos celebrados	Valores pactuados
2019	14	19.611.519,57
2020	16	17.139.680,09
2021	16	15.922.800,46
2022	15	29.907.394,81
2023	44	113.432.764,93
2024 - até julho	8	42.842.696,58

Fonte: Quadro elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em 2024.

12.6 Como são investidos os recursos?

Dado o compromisso com a oferta de um ensino de qualidade na Educação Superior e na Educação Básica, a universidade planeja anualmente a utilização de seus recursos, provenientes do Tesouro Nacional e de outras fontes, para atender às demandas institucionais e acadêmicas. Considerando a limitação dos recursos e a diversidade das demandas, esse planejamento é essencial para priorizar e alocar os recursos de forma eficiente nas áreas mais críticas, sempre observando as iniciativas alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição e mapeando as demandas

emergentes para manter seu funcionamento e concretizar projetos de desenvolvimento.

Esse planejamento é refletido na proposta orçamentária anual da UFPE, que é elaborada em conformidade com instrumentos de planejamento, como o Plano Estratégico Institucional (PEI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano de Ação Institucional (PAI). Por meio de um processo participativo, que envolve gestores das ações orçamentárias e outras unidades relevantes, a universidade assegura que os recursos sejam alocados de maneira coerente com suas prioridades estratégicas. As ações orçamentárias, entendidas como operações que resultam em produtos, bens ou serviços, são cuidadosamente planejadas para maximizar o impacto na concretização dos objetivos institucionais e no cumprimento das metas dos programas de governo. Dessa forma, a análise da composição da dotação discricionária ao longo dos últimos anos revela tendências que refletem as prioridades estratégicas da universidade, conforme detalhado no Quadro 6.

12.7 Redução do Orçamento Discricionário nos últimos anos

Nos últimos 5 (cinco) anos, o orçamento federal destinado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tem passado por uma significativa redução. Embora os números mostrem um aumento nominal, passando de R\$ 167 milhões, em 2019, para R\$ 169 milhões, em 2024, esse crescimento de apenas 1,2% não acompanha a realidade das despesas, quando o comparamos com o crescimento da inflação no período. Na verdade, ao considerar os valores reais, observamos uma queda de aproximadamente 24% no poder de compra dos recursos disponíveis para a universidade.

Essa redução do orçamento compromete a capacidade da UFPE de manter e expandir suas atividades, o que pode impactar

Quadro 6. Dotação Orçamentária (RP2), 2019-2024 (R\$ Mil)

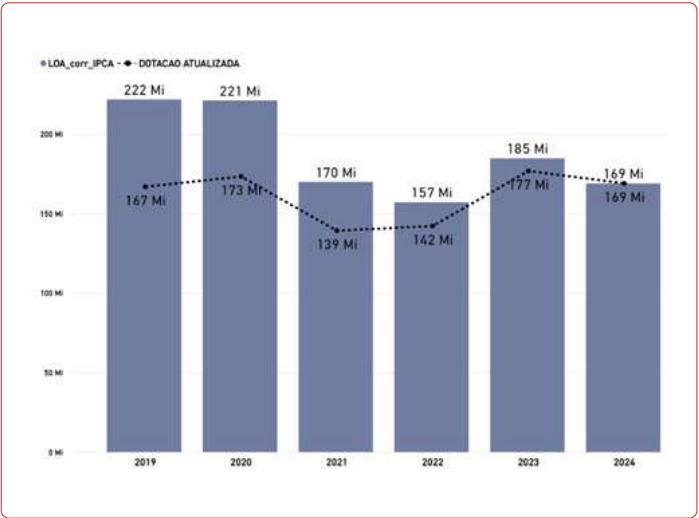
Programa Governo	Ação Governo	2019	2020	2021	2022	2023	2024
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	500	485	308	490	680	487
	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a Agentes Públicos	100	95	308	490	680	487
Total		600	580	308	490	680	487
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	87	99	105	139	65	1.336
	00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	38	41	41	59	19	55
Total		125	140	146	198	84	1.391
0999 Reserva de Contingência	0Z01 Reserva de Contingência Fiscal – Primária	-	-	4	-	-	-
Total		-	-	4	-	-	-
5111 Democrática, com Qualidade e Equidade	20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	492	475	463	1.643	1.371	1.346
Total		492	475	463	1.643	1.371	1.346
5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	136.181	135.942	101.014	106.435	154.147	127.550
	4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	38.062	36.790	32.839	30.835	32.863	33.223
	8282 Reestruturação e Modernização das IFES	4.831	4.831	8.133	11.853	12.916	14.714
	20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	-	-	2.380	1.848	2.555	1.795
	15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das IFES	-	-	-	-	349	-
	21GS Internacionalização da Educação Superior	-	-	-	-	337	-
	21D7 Apoio à Educação a Distância	-	-	-	-	-	-
	21C0 Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus	-	12.000	-	-	-	97
Total		179.316	189.797	153.037	156.644	201.676	178.379
Total Geral		180.532	190.996	153.954	158.974	203.811	190.184

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados do Tesouro Gerencial, em 20 ago. 2024. (Entre 2019 e 2024, a nomenclatura de alguns programas e ações mudou devido à transição entre diferentes PPA's, mas suas finalidades se mantêm semelhantes, permitindo a comparação das dotações orçamentárias.)

negativamente a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A trajetória orçamentária da instituição, ilustrada no Gráfico 5, que compara os valores entre 2019 e 2024, evidencia essa tendência preocupante.

Diante desse cenário, a UFPE tem buscado, junto ao Governo Federal, a recomposição de seu orçamento, uma vez que a atual situação ameaça suas operações e investimentos essenciais. A recuperação dos recursos é fundamental para garantir a continuidade e a excelência das atividades acadêmicas e de pesquisa da universidade.

Gráfico 5. Dotação Orçamentária (RP2/TESOURO) e Dotação Corrigida pelo IPCA - 2019 a 2024 (R\$ Milhão)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do Tesouro Gerencial, em 13 ago. 2024.

12.8 Novo Programa de Aceleração do Crescimento (novo PAC)

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) é uma iniciativa do Governo Federal que visa a promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil por meio de investimentos em infraestrutura e serviços essenciais. Com um orçamento total de R\$ 1,7 trilhão, o programa prioriza a redução das desigualdades sociais e regionais, além de contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

No âmbito da educação, o Novo PAC destina recursos significativos para a expansão e a modernização das universidades federais, incluindo a UFPE. Em 10 de junho de 2024, foram anunciados R\$ 5,5 bilhões para a criação de 10 (dez) novos *campi* e melhorias na infraestrutura das 69 (sessenta e nove) universidades federais do país, sendo que parte desse montante também é destinada a 31 (trinta e um) hospitais universitários federais, sendo 8 (oito) novos. A seleção das cidades contempladas com universidades teve como intuito ampliar ofertas de vagas em regiões com pouca cobertura de matrículas no Ensino Superior.

Para a UFPE, estão previstos mais de R\$ 100 milhões para a realização de três importantes obras: a construção do *Campus Sertânia*, a quarta etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) e a Escola de Música da universidade. Essas iniciativas visam não apenas à ampliação da oferta de vagas, mas também à melhoria das condições de ensino e aprendizado, beneficiando diretamente a comunidade acadêmica.

Dessa forma, o Novo PAC oferece uma oportunidade única para a UFPE fortalecer sua infraestrutura e ampliar sua atuação, contribuindo para a formação de cidadãos mais qualificados e para o desenvolvimento regional. Além disso, representa um avanço no diálogo entre as Instituições de Ensino Superior e o Governo Federal.



Foto: Ascom UFPE

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo Sem Fronteiras*, Londres, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul. 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/curriculo-sem-fronteiras/articulo/sociologia-das-politicas-educacionais-e-pesquisa-critico-social-uma-revisao-pessoal-das-politicas-educacionais-e-da-pesquisa-em-politica-educacional>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021. Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – Sipec, quanto à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 3 fev. 2021, p. 12. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgp-enap/sedgg/me-n-21-de-1-de-fevereiro-de-2021-302021570>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre normas e procedimentos da oferta de cursos superiores na modalidade a distância. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, regulamentando dispositivos da Lei nº 8.112/1990. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 29 ago. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13632.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 29 dez. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/L13005.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 31 dez. 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12772.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2012-2014/2012/decreto/d12711.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 2, de 10 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/port%20normativa%20n2%20de%2010%20de%20janeiro%20de%202007.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Comissão Nacional de

Avaliação da Educação Superior (Conaes). *Avaliação externa de instituições de Educação Superior*: diretrizes e instrumento. Brasília: MEC/Inep, 2006a. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/589185/590266/avaliacaoexterna.pdf/a48014a5-06a7-4db7-8812-dbc1c622e436>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006. Institui o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 jun. 2006b. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2006-06-29;5825>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 30 jun. 2006c, p. 64. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5825.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 9 jun. 2006d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 13 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11091.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Estabelece diretrizes para a oferta de Educação Superior a Distância no país. *Diário Oficial da*

União: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 12 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 21 nov. 1966, p. 13416. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das universidades e escolas técnicas federais. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 24 ago. 1965, p. 8554. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/14024.htm. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 976, de 17 de dezembro de 1949. Federaliza a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, a Faculdade de Medicina do Recife e a Escola de Engenharia do Recife. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 22 dez. 1949. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-976-17-dezembro-1949-363566-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Crêa dous Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. *Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim.-11-o8-1827.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul.-dez. 2002. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19733>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia*. 8. ed. Belo Horizonte: Nova Lima, 2004.

CARDOZO JR., José Celso. *Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1446/1/TD_1584.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

COLLIS, Betty. *Tele-learning in a digital world: the future of distance learning*. London: International Thomson Computer Press, 1996.

CUNHA, Antonio Camilo. A universidade com *saudade* de outro futuro. In: LEITE, Carlinda; ZABALZA, Miguel (coord.). *Ensino Superior: inovação e qualidade na docência*. Porto: Centro de Investigação e Intervenção

Educativas, 2012. Disponível em: <https://www.aidu-asociacion.org/wp-content/uploads/2019/08/cidu-2012-porto.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. *Cadernos Pedagogia Universitária*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-38, set. 2008. Disponível em: https://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_6_PAE.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/Anpae, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Universidade pública: políticas e identidade institucional*. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia, GO: Editora UFG, 1999. 90 p.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JAMESON, Fredric. Reificação e utopia na cultura de massa. In: JAMESON, Fredric. *As marcas do visível*. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 9-35.

KATZENBACH, J. R., SMITH, D. K. *Equipes de alta performance: conceitos, princípios e técnicas para potencializar o desempenho das equipes*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus Editorial, 2003. 424 p. ISBN 978-85-323-0263-2.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos (org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan.-mar.

2015. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100031. Acesso em: 16 jun. 2023.

MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda; MOTA, Edmarson Bacelar; LEUSIN, Sérgio. *Gestão da qualidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, [s. l.], v. 30, n. 106, p. 15-35, abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302009000100002>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 23. ed. S. Paulo: Malheiros, 1998.

MELO, Márcia M. de Oliveira. Influências das crises da sociedade sobre o currículo e a docência universitária e as necessidades de rupturas epistemológicas e pedagógicas nessas práticas. In: CORDEIRO, Telma Santa Clara; MELO, Márcia M. de Oliveira. *Formação e docência do professor universitário: um debate em construção*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MORGADO, José Carlos. Processo de Bolonha e Ensino Superior num mundo globalizado. *Educação & Sociedade*, [s. l.], v. 30, n. 106, p. 37-62, abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302009000100003>. Acesso em: 16 jun. 2023.

OLIVEIRA, Jamine Bruno de. *Experiência de monitoramento e avaliação do planejamento na UFPE*. In: SEMINÁRIO DOS(AS) TÉCNICOS(AS) ADMINISTRATIVOS(AS) EM EDUCAÇÃO, 6., Tema: Expansão universitária e participação na gestão, 27-28 nov. 2023, Garanhuns, PE, Ufape/UFPE.

PERNAMBUCO. Decreto-Lei nº 1.390, de 10 de junho de 1946. Autoriza a criação da Faculdade Estadual de Filosofia em Recife, incorporando-a à Universidade do Recife. *Decreto-lei federal nº 9.388, de 20 de junho de 1946*, art. 2º, § 3º. *Diário Oficial da União*, 20 jun. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9388-20-junho-1946-417645-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PINTO, Marialva Linda Moog. Políticas públicas na Educação Superior: o PROUNI como possibilidades de democratização do acesso. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, IX, 25-27 nov. 2009, Florianópolis, sc. *Anais [...]*. 16 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/39417/Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20O%20PROUNI%20como%20possibilidades%20de%20democratiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20acesso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun. 2024.

QUEIROZ, Antônio Augusto. O que é análise de conjuntura?. *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)*, Brasília, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/90089-o-que-e-analise-de-conjuntura>. Acesso em: 15 dez. 2023.

REZER, Ricardo. *Ética e ciência na Educação Superior*. Chapecó: Editora da UnoChapecó, 2013. 39 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 532 p. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, Milton. A globalização como fábula, perversidade e possibilidade. In: SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. São Paulo: Record, 2004. p. 11-31.

SILVA, Denyse Mota da; MUNIZ, Simara de Sousa. O estágio supervisionado na formação inicial docente: desafios entre a teoria e a prática. *Revista Humanidades e Inovação*, Tocantins, v. 6, n. 15, p. 150-159, 2019. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/9210/17191/17777>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SOUZA JÚNIOR, Marcilio Barbosa Mendonça de. *A constituição dos saberes escolares na Educação Básica*. 2007. 355 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4144>. Acesso em: 15 dez. 2023.

TORRE, Saturnino de la. *Aprender com os erros: o erro como estratégia de mudança*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

UFPE. *Projeto Pedagógico Institucional: 2024-2028*. Recife: UFPE, 2024.

UFPE. *Pergamum*. Recife, PE. Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB). Disponível em: <https://pergamumweb.ufpe.br>. Acesso em: 9 dez. 2024.

UFPE. Portaria nº 10/2024-Proaes, de 23 de agosto de 2024. Altera a Portaria nº 02/2021-Proaes, que estabelece normas e procedimentos de Assistência Estudantil na UFPE. *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes)*, 2024. Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2657590&key=93717d447ae85a526625a91359a95157>. Acesso em: 24 ago. 2024.

UFPE. Portaria nº 09/2024-Proaes/UFPE, de 23 de agosto de 2024. Institui o Auxílio Pré-Escolar para estudantes bolsistas da Assistência Estudantil nos três campi da UFPE. Disponível em PDF: <https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2657590&key=93717d447ae85a526625a91359a95157>. Acesso em: 24 ago. 2024.

UFPE. Portaria nº 07/2024-PROAES/UFPE, de 10 de abril de 2024. Altera a Portaria nº 04/2023-PROAES/UFPE, de 26 de junho de 2023. *Boletim Oficial - Sipac*, Recife, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2382029&key=b727af39cb8f02414b74a-23bfoiedboo>. Acesso em: 24 ago. 2024.

UFPE. Portaria nº 04/2024-Proaes, de 7 de fevereiro de 2024. Regulamenta o Projeto Estudante Cooperador Pedagógico. *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes)*, 2024. Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2229310&key=5b6dff1e5c673d59b15baf5d-d64401aa>. Acesso em: 24 ago. 2024.

UFPE. Portaria nº 03/2024-Proaes, de 30 de janeiro de 2024. Regulamenta o Auxílio Internet. Disponível em PDF: <https://sipac.ufpe.br/shared/>

[verArquivo?idArquivo=2175799&key=982217517118b07df6b3104a-085d2eb6b](https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2175799&key=982217517118b07df6b3104a-085d2eb6b). Acesso em: 24 ago. 2024.

UFPE. Portaria nº 02/2024-Proaes, de 30 de janeiro de 2024. Institui o Auxílio Indígenas e Quilombolas. Normas e Resoluções – Proaes, UFPE, Recife. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EmngtUirs-woHDGDLiokDCGp6ykyJzodlb/view>. Acesso em: 24 ago. 2024.

UFPE. Portaria nº 09/2023-Proaes, de 5 de dezembro de 2023. Institui o Auxílio Residentes. Normas e Resoluções – Proaes, UFPE, Recife. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RQGCdnWw69uguxpw3urBjnkKSGwzdZn/view>. Acesso em: 6 dez. 2023.

UFPE. Portaria nº 08/2023-Proaes/UFPE, de 5 de dezembro de 2023. Institui o Auxílio Inclusão Digital. Disponível em PDF: <https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2100833&key=79bf-c545bf118878f922f27032a01034>. Acesso em: 6 dez. 2023.

UFPE. Portaria nº 07/2023-Proaes/UFPE, de 9 de novembro de 2023. Estabelece critérios para a concessão do Auxílio Emergencial, integrante do Programa de Bolsas e Auxílios de Assistência Estudantil. *Normas e Resoluções – Proaes*, UFPE, Recife. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PimssZsrxbxnAIjYre9SFLdnxfSEZcz/view>. Acesso em: 6 dez. 2023.

UFPE. Portaria nº 06/2023-PROAES/UFPE, de 20 de outubro de 2023. Estabelece as formas de apoio à participação de estudantes de graduação em eventos acadêmicos, esportivos, culturais e político-acadêmicos no território nacional. *Boletim Oficial - Proaes/UFPE*. Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2003686&key=4c4146f8d-84f3e5f612ad1348e69c40a>. Acesso em: 6 dez. 2023.

UFPE. Portaria nº 05/2023-Proaes/UFPE, de 22 de setembro de 2023. Altera a Portaria nº 04/2023-Proaes/UFPE, de 26 de junho de 2023, que estabelece critérios para a concessão do Apoio Acolhimento, integrante do Programa de Bolsas e Auxílios de Assistência Estudantil da Proaes. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rsjpFijyKxOBnbpkd-7Zn44EK3XGI7FN/view>. Acesso em: 6 dez. 2023.

UFPE. Portaria nº 04/2023-Proaes, de 26 de junho de 2023. Estabelece critérios para a concessão e definição do Apoio Acolhimento, integrante

do Programa de Bolsas e Auxílios de Assistência Estudantil da Proaes. *Boletim de Serviço da UFPE*, Recife, n. 58. v. 107, p. 1-19, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/1894452/5172999/PORTARIA%2B04%2BDE%2B2023%2BPROAES.pdf/0a4f779f-b4be-41f4-a2a-d-43921589bda3>. Acesso em: 6 dez. 2023.

UFPE. Portaria nº 03/2022-PROAES, de 19 de dezembro de 2022. Normatiza ações e procedimentos para insuficiência de desempenho acadêmico de estudantes do Programa de Assistência Estudantil (PAE). *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes)*, 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39296/4247355/PORTARIA%2B03%2BDE%2B2022%2BPROAES.pdf/30ed4a69-a1fa-4ed3-bdff-6f25faa6d9cf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 08/2022-Consad, de 1º de dezembro de 2022. Disciplina os Estudos Planejados para os/as estudantes com obstáculos no prosseguimento do processo de aprendizagem nos cursos de graduação da UFPE e cria a Superintendência de Projetos e Obras (SPO). *Conselho de Administração (Consad)*, UFPE, Recife. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38970/3917780/resolu%C3%A7%C3%A3o%2B8-2022%2Bufpe.pdf/od4355eb-55ef-4224-9c28-76b967d7a5b4>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 19, de 2022. Regulamenta o Acompanhamento de Estudos em Situações Excepcionais nos cursos de graduação. *Boletim de Serviço*, nº 108, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/1924532/2196971/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2BESTUDOS%2BEXCEPCIONAIS%2B19-22%2BCEPE%2BUFPE/fcb7652f-b1e9-44a0-b50a-980af77fe3b5>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 08, de 2022. Dispõe sobre os Estudos Planejados para estudantes com obstáculos no prosseguimento do processo de aprendizagem nos cursos de graduação. *Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)*, 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38970/3917780/resolu%C3%A7%C3%A3o%2B8-2022%2Bufpe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 07, de 09 de setembro de 2022. Institui a Política de Formação Continuada dos Servidores da UFPE. *Conselho de Administração (Consad)*, 2022. Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/>

br/shared/verArquivo?idArquivo=1343148&key=35cd4ec2aeoabe-6ba8605527839c1329. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Portaria nº 01/2022-Proaes, de 2 de março de 2022. Regulamenta a Bolsa Moradia, integrante do Programa de Bolsas e Auxílios de Assistência Estudantil. *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes)*, 2022. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38966/2507283/PORTARIA%2BN%C2%BA%2BOI_2022-PROAES_UFPE%2C%2BDE%2B02%2BDE%2BMAR%C3%87O%2BDE%2B2022.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 28, de 2021. Fixa o calendário acadêmico para graduação presencial e a distância do semestre 2021.2. *Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)*, 2021. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/40615/846207/Res_2021_28_Cepe_calendrio_Acadmico_da_Graduao_2021.2.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Portaria nº 02/2021-Proaes, de 7 de outubro de 2021. Estabelece normas e critérios para concessão do Auxílio-Creche aos estudantes bolsistas da Assistência Estudantil da UFPE. *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes)*, 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38966/2507283/PORTARIA%2BPROAES%2B%2BAUX%C3%8DLIO%2BCRECHE.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Portaria Normativa nº 41, de 20 de outubro de 2020. Aprova a estrutura regimental da Superintendência de Infraestrutura e dá outras providências; revoga a Portaria Normativa nº 37, de 20 de outubro de 2020. *Boletim Oficial da UFPE*, Recife, 12 nov. 2020 (n. 55, esp., p. 1-41). Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/shared/verArquivo?idArquivo=2775020&key=1b9256eaa72ba13519f7a55ebafocde7>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 23, de 2020. Fixa o calendário acadêmico-administrativo dos cursos de graduação presenciais para os exercícios de 2020 e 2021, no contexto da pandemia de Covid-19. *Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)*, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/2651500Res%2B2020%2B23%2BCEPE%2B%28Fixa%2Bcalend%C3%A9rio%2B2021%29.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 02, de 2020. Aprova o Regimento Interno da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco. *Conselho de Administração (Consad)*, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/>

[documents/398575/2694122/Res%2B2020%2B02%2BCONSAD.pdf](https://www.ufpe.br/documents/398575/2694122/Res%2B2020%2B02%2BCONSAD.pdf). Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Extrato de Contrato nº 63/2019 - UASG 153080, de 19 de dezembro de 2019. Contratada: Dibasa Comércio e Serviços - Técnicos Ltda.; objeto: manutenção de elevadores e plataformas na UFPE; valor total: R\$ 239.178,26; vigência: 19 dez. 2019 a 19 dez. 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/560019/2569793/DOU%2B252%2Bde%2B31%2Bde%2Bdezembro%2Bde%2B2019.pdf/29cb-6d5a-476d-42ba-9d12-ob19ae314a3e>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Portaria Normativa nº 06, de 23 de março de 2016. Cria a Superintendência de Infraestrutura e dá outras providências. *Boletim Oficial da UFPE*, Recife, 30 mar. 2016 (n. 51, esp., p. 2-06). Disponível em: <https://ead.ufpe.br/documents/38962/1143245/bo%2B%2833%29.pdf/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 06, de 2014. Regulamenta o regime especial de exercícios domiciliares para estudantes com afecções ou em estado de gestação. *Boletim Oficial da UFPE*, v. 49, n.º 41 (especial), 23 abr. 2014, p. 3-7. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38962/1284775/bo41.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. *Plano Estratégico Institucional da Universidade Federal de Pernambuco (PEI 2013-2027)*. Recife: UFPE, dez. 2013. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. Resolução nº 03, de 2008. Estabelece normas para cursos de pós-graduação stricto sensu. *Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE)*, 2008. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/485070/Res+2008+10+CCEPE.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UFPE. *Plano de Gestão de Riscos*. Recife: UFPE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/2224778/o/Plano+de+Gest%C3%A3o+-de+Riscos+-+UFPE/4e47e715-59fb-4074-80f9-6e8de886f21c>. Acesso em: 18 nov. 2024.

UFPE. *Manutenção Estudantil*. Recife: Proaes/UFPE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proaes/manutencao-estudantil>. Acesso em: 16 jun. 2024.

UFPE. *Moradia Estudantil*. Recife: Proaes/UFPE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proaes/moradia-estudantil>. Acesso em: 16 jun. 2024.

UFPE. *Organograma institucional*. Recife: UFPE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/organograma>. Acesso em: 16 jun. 2024.

UFPE. *Superintendência de Infraestrutura (Sinfra)*. [s. d.]. Recife, Pernambuco, Brasil. Disponível em: <https://www.ufpe.br/sinfra>. Acesso em: 16 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. *Estatuto da Universidade do Recife*. Publicado no Diário Oficial da União, 10 set. 1963.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. Faculdade de Filosofia do Recife. *Anuário 1941-1956*. Recife: Fafire, 1956.

WEBER, S. Políticas do Ensino Superior: perspectivas para a próxima década. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 5, n. 1, 2000. E-ISSN 1982-5765; ISSN impresso 1414-4077. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1094>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ZABALZA, M. A. Uma nova didática para o ensino universitário: respondendo ao desafio do espaço europeu de Ensino Superior. In: *SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO DIA DA UNIVERSIDADE: 95º ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DO PORTO*, mar. 2006, Porto. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2006.

ANEXOS

Anexo 1. Relação das pessoas que participaram das Comissões Temáticas

Foram conduzidas quatro reuniões das comissões temáticas, sendo esses encontros realizados nas seguintes datas: 7 jun. 2023, 14 jun. 2023, 14 jun. 2023, 21 jun. 2023 e 28 jun. 2023.

PARTICIPANTES DOS ENCONTROS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS		
Unidade	Participantes	Siape
Auditoria	Deivisson Rattacaso Freire	2104125
Supercult	Amanda Maria Valdevino da Silva	1783194
Supercult	Maura Coutinho Carneiro Pessoa	2085541
DPC	Juliana Cândida Ribeiro Dias	1665730
CPA	Cecília Nascimento Arruda	1755076
CPA	Dayse Dutra Leite	1743419
CPA	Zanoni Dueire Lins	1134110
DAI	Inácio Robson Alves do Nascimento	1036797
DPC	Jamine Oliveira	1311228
DAI	João Eudes Miquéias Maciel Torres	1239897
DPC	José Rayone de Almeida Silva	3288593
DAI	Priscila Gonçalves da Silva	1757246
Proad	Rodrigo de Oliveira Simões	1839814
DAI	Ruben Vivaldi Silva Pessoa	3124568
DRI	Madson Gois Diniz	1466237
DRI	Mariana Alves	2085424
DRI	Rebeca Santos de Amorim Guedes	1854463
Editora	Diogo Cesar de Carvalho Fernandes	1733172
Editora	Natássia Taciana Coelho de Melo Silva	1900523
DAA/Erer	Cassius Marcelus Cruz	1278592
DAA/Erer	Michael do Nascimento Ferreira	3310220
DAA/Erer	Millena Moraes da Silva Alves	-
DAA/Erer	Sônia Pereira de Carvalho	-
DAA/Erer	Soraia Pereira de Carvalho	-
DAA/Nace	Felipe de Lima Souza	3288782
DAA/Nace	Irany Cristina Gonçalves da Silva	2154556

PARTICIPANTES DOS ENCONTROS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS		
Unidade	Participantes	Siape
DAA/Nace	Jaqueline Costa da Silva	3068897
DAA/Nace	Kátia Virgínia das N G da Silva	1861812
DAA/Nace	Maria do Socorro da Silva	2134243
DAA/Nace	Rafael Feliciano de Almeida	3250836
DAA/Nace	Sandra Helena da C Campos	1116275
DAA/Nace	Simone Jacqueline Portela Simão	1134507
DAA/Nace	Tatianne Amanda Bezerra da Silva	3310683
DAA/NLGBT	Victor Sarmento Queiroga Nogueira Lima	3250844
Ouvidoria	Frederico Siqueira	1960428
Ouvidoria	Geyza D'Ávila	2899218
Ouvidoria	Mônica Augusta dos Santos	1542354
Proaes	Claudia Jorge de Matos	1212115
Proaes	Jônatas Félix da Silva	2404988
Proext	Francisco Jatobá de Andrade	1963378
Proext	Juliane Gomes Brasileiro	1610509
Proext	Maria da Conceição dos Reis	2584413
Progepe	Ana Luiza Freire de Lorena	1964846
Progepe	Brunna Emanuele Alves de Carvalho	1466166
Progepe	Danubia Paula da Silva Menezes	2733101
Proad	Marília Batista de Lima Pequeno	1650594
Proad	Rosana Medeiros Ferreira	1924312
Proad	Ana Paula Pereira Prado	1916385
Prograd	Everton Oliveira Vasconcelos	1169327
Prograd	Kátia Cunha	1836356
Prograd	Roseane Patrícia de S e Silva	2376233
Prograd	Tâmara Rafaela de Almeida Costa Lima	1960503

PARTICIPANTES DOS ENCONTROS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS		
Unidade	Participantes	Siape
Propesqi	Caroline Pereira Bona	2965675
Propesqi	Thiago Borges de Miranda	3250841
PROPG	Edelweis J T Barbosa	4684244
PROPG	Habacuque Rocha	2180489
PROPG	Juliano Iyoda	1670543
Proplan	Isabella Karina de Andrade Lucena	2085396
Proplan	Jansen Campos	1733495
Proplan	Luisa de Melo Sampaio Costa	1658262
Segel	Robson Luis N da Silva	1134477
SIB	Elison de Gois	1685729
Sinfra	Daniela Lira Tavares	2085433
Sinfra	Paulo Alison Sousa Pessoa	1724595
SPO	Camilla Maria Venceslau de Araújo	2929693
SPO	Carlos Henrique Lopes Falcão	1134695
SPO	Rebeca Campos Cavalcanti	2572515
Spread	Davio Carlos P Cunha	1829475
Spread	João Cleber Bezerra Libório Correia	1959761
Spread	Wellinson Vaz Braz de Melo	1097229
STI	Almir Pires	1133067
STI	Carlos Meira	1133292
STI	Linaldo Leite Ferreira Junior	2404549
STI	Rosangela Carvalho	1133617
STI	Francisco Juvenal Feitosa Neves Junior	2858481

Anexo 2. Relação nominal das pessoas que compuseram o Comitê Executivo

REPRESENTANTES DAS UNIDADES				
Unidade	Titular	Siape	Suplentes	Siape
Auditoria	Deivisson Rattacaso Freire	2104125	Lyndon Jhonson Soares dos Santos; Surianne Emília Machado	1804933
Supercult	Maura Coutinho Carneiro Pessoa	2085541	Amanda Maria Valdevino da Silva	1783194
DPC	Juliana Cândida Ribeiro Dias	1665730	Eunice da Silva Freitas	1609134
CPA	Zanoni Dueire Lins	1134110	Cecília Nascimento Arruda	1755076
DPC	Jamine Oliveira	1311228	Priscila Gonçalves da Silva	1757246
DRI	Madson Gois Diniz	1466237	Rebeca Santos de Amorim Guedes	1854463
Editora	Natássia Taciana Coelho de Melo Silva	1900523	Diogo Cesar de Carvalho Fernandes	1733172
DAA/Erer	Cassius Marcelus Cruz	1278592	Michael do Nascimento Ferreira; Soraia Pereira de Carvalho	3310220
DAA/Nace	Irany Cristina Gonçalves da Silva	2154556	Antônio Carlos Cardoso	2994739
DAA/NLGBT	Felipe Gonzaga de Carvalho Gondim	1091669	Victor Sarmento Queiroga Nogueira Lima	3250844
Ouvidoria	Frederico Siqueira	1960428	Jose Geovanni Costa de Almeida	3168597
Proaes	Claudia Jorge de Matos	1212115	Keila Moreira de Araújo	1269739
Proext	Francisco Jatobá de Andrade	1963378	Mariana Paola Cabrera	1283408
Progepe	Danubia Paula da Silva Menezes	2733101	Brunna Emanuele A de Carvalho	1466166
Proad	Rosana Medeiros Ferreira	1924312	Marília Batista de Lima Pequeno	1650594
Prograd	Tâmara Rafaela de Almeida Costa Lima	1960503	Everton Oliveira Vasconcelos	1169327
Propesqi	Caroline Pereira Bona	2965675	Thiago Borges de Miranda	3250841
PROPG	Mirian Pereira	1665917	Luciana Pedrosa Leal	2134540
Proplan	Luisa de Melo Sampaio Costa	1658262	Isabella Karina de Andrade Lucena	2085396
SIB	Andreia Alcantara dos Santos	1662493	Elison de Gois	1685729
SPO	Carlos Henrique Lopes Falcão	1134695	Camilla Maria Venceslau de Araújo	2929693
Segel	Robson Luis N da Silva	1134477	Raul Antonio de L Bernardo	3250837
Sinfra	Ricardo José Correia Neves	1962217	Daniela Lira Tavares	2085433
Spread	Wellinson Vaz Braz de Melo	1097229	João Cleber Bezerra Libório Correia	1959761
SSI	Maxmilian Silva Santos	3288598	Ana Cristina da Silva	1269181
STI	Rosangela Carvalho	1133617	Linaldo Leite Ferreira Junior	2404549
Supercom	Bruno Pedrosa Nogueira	2155034	Cecília Lima Almeida	3101190
Gabinete	Breno Caldas de Araujo	3157139		

Anexo 3. Cursos presenciais e EaD de graduação ofertados pela UFPE em 2023 e as respectivas informações de regulação junto ao Inep (atualizado em setembro de 2024)

Campus	Centro	Cód	Curso	Grau	Modalidade	Vagas 2023	Valor CC	ANO CC	CPC FAIXA	CPC ANO
Caruaru	CAA	101082	Administração	Bac	Presencial	160	4	2011	4	2022
Caruaru	CAA	101086	Ciências Econômicas	Bac	Presencial	100	4	2011	4	2022
Caruaru	CAA	101092	Pedagogia	Lic	Presencial	80	5	2010	4	2021
Caruaru	CAA	101127	Design	Bac	Presencial	160	5	2019	3	2021
Caruaru	CAA	101129	Engenharia Civil	Bac	Presencial	80	4	2011	4	2019
Caruaru	CAA	118092	Engenharia de Produção	Bac	Presencial	80	4	2014	4	2019
Caruaru	CAA	118096	Física	Lic	Presencial	80	3	2014	3	2021
Caruaru	CAA	118098	Química	Lic	Presencial	80	4	2014	4	2021
Caruaru	CAA	118100	Matemática	Lic	Presencial	80	4	2017	4	2021
Caruaru	CAA	150192	Intercultural Indígena	Lic	Presencial	40	4	2018	S/C*	
Caruaru	CAA	1189778	Medicina	Bac	Presencial	80	4	2022	4	2019
Caruaru	CAA	1321439	Comunicação Social	Bac	Presencial	40	5	2018	S/C*	
Caruaru	CAA	1596096	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Bac	Presencial	40	S/C*		S/C*	
EaD	CAC	121487	Letras – Língua Portuguesa	Lic	EaD	180	4	2014	3	2021
EaD	CAC	1137847	Letras – Língua Espanhola	Lic	EaD	180	3	2015	S/C*	
EaD	CCB	1579738	Ciências Biológicas	Lic	EaD	180	S/C*		S/C*	
EaD	CCEN	1137846	Matemática	Lic	EaD	180	5	2014	3	2021
EaD	CAV	1659274	Educação Física	Lic	EaD	180	S/C*		S/C*	
EaD	CCSA	1292716	Ciências Contábeis	Bac	EaD	150	5	2019	4	2022
EaD	CFCH	1330038	Geografia	Lic	EaD	180	4	2019	4	2021
EaD	CFCH	1659277	História	Lic	EaD	180	S/C*		S/C*	
Recife	CAC	13604	Música	Lic	Presencial	60	3	2012	3	2021
Recife	CAC	13609	Biblioteconomia	Bac	Presencial	55	5	2019	3	2009
Recife	CAC	13610	Arquitetura e Urbanismo	Bac	Presencial	100	S/C*		3	2019
Recife	CAC	23910	Artes Visuais	Lic	Presencial	35	S/C*		3	2021
Recife	CAC	23912	Estudos de Mídia	Bac	Presencial	30	S/C*		3	2009
Recife	CAC	29483	Jornalismo	Bac	Presencial	50	S/C*		3	2022
Recife	CAC	33784	Publicidade e Propaganda	Bac	Presencial	45	S/C*		4	2022
Recife	CAC	35520	Teatro	Lic	Presencial	35	4	2019	3	2009
Recife	CAC	44947	Letras - Português	Lic	Presencial	90	S/C*		3	2021
Recife	CAC	44950	Letras - Francês	Lic	Presencial	15	4	2018	4	2008
Recife	CAC	44977	Letras - Inglês	Lic	Presencial	30	5	2018	4	2021
Recife	CAC	44978	Letras - Espanhol	Lic	Presencial	60	5	2018	4	2008



Campus	Centro	Cód	Curso	Grau	Modalidade	Vagas 2023	Valor CC	ANO CC	CPC FAIXA	CPC ANO
Recife	CAC	53750	Musica - Canto	Bac	Presencial	4	4	2016	2	2009
Recife	CAC	53760	Musica - Instrumento	Bac	Presencial	18	5	2023	2	2009
Recife	CAC	80088	Design	Bac	Presencial	70	S/C*		4	2021
Recife	CAC	117386	Gestão da Informação	Bac	Presencial	55	4	2024	0	2009
Recife	CAC	117392	Dança	Lic	Presencial	30	4	2023	S/C*	
Recife	CAC	117394	Cinema	Bac	Presencial	50	5	2019	0	2009
Recife	CAC	313603	Letras	Bac	Presencial	30	4	2017	S/C*	
Recife	CAC	1204606	Expressão Gráfica	Lic	Presencial	30	4	2014	S/C*	
Recife	CAC	1313313	Letras - Libras	Lic	Presencial	30	4	2019	S/C*	
Recife	CAC	1439062	Artes Visuais	Bac	Presencial	20	S/C*		S/C*	
Recife	CCB	13597	Biomedicina	Bac	Presencial	120	3	2008	4	2019
Recife	CCB	20889	Ciências Biológicas	Lic	Presencial	100	S/C*		4	2021
Recife	CCB	44992	Ciências Biológicas	Bac	Presencial	100	S/C*		4	2021
Recife	CCB	58852	Ciências Biológicas - Ciências Ambientais	Bac	Presencial	80	4	2007	3	2017
Recife	CCEN	13589	Física	Bac	Presencial	30	S/C*		4	2017
Recife	CCEN	13591	Química	Bac	Presencial	20	S/C*		4	2021
Recife	CCEN	13592	Matemática	Bac	Presencial	30	5	2023	2	2017
Recife	CCEN	13594	Estatística	Bac	Presencial	30	4	2019	S/C*	
Recife	CCEN	13617	Física	Lic	Presencial	30	S/C*		4	2021
Recife	CCEN	13618	Química	Lic	Presencial	30	S/C*		4	2021
Recife	CCEN	13619	Matemática	Lic	Presencial	40	S/C*		3	2021
Recife	CCJ	13576	Direito	Bac	Presencial	250	4	2014	4	2022
Recife	CCM	13601	Medicina	Bac	Presencial	140	4	2019	4	2019
Recife	CCS	13598	Educação Física	Lic	Presencial	120	3	2008	3	2021
Recife	CCS	13599	Enfermagem	Bac	Presencial	80	4	2008	4	2019
Recife	CCS	13600	Farmácia	Bac	Presencial	90	3	2009	4	2019
Recife	CCS	13602	Nutrição	Bac	Presencial	60	4	2008	4	2019
Recife	CCS	13611	Odontologia	Bac	Presencial	140	4	2008	4	2019
Recife	CCS	13614	Fisioterapia	Bac	Presencial	66	5	2009	4	2019
Recife	CCS	13615	Terapia Ocupacional	Bac	Presencial	36	5	2023	2	2010
Recife	CCS	20306	Fonoaudiologia	Bac	Presencial	40	4	2008	4	2019
Recife	CCS	1192307	Educação Física	Bac	Presencial	120	4	2017	4	2021
Recife	CCSA	13572	Administração	Bac	Presencial	200	5	2012	4	2022
Recife	CCSA	13573	Ciências Contábeis	Bac	Presencial	220	S/C*		4	2022
Recife	CCSA	13574	Ciências Econômicas	Bac	Presencial	120	S/C*		3	2022
Recife	CCSA	13581	Serviço Social	Bac	Presencial	120	4	2008	4	2022



Campus	Centro	Cód	Curso	Grau	Modalidade	Vagas 2023	Valor CC	ANO CC	CPC FAIXA	CPC ANO
Recife	CCSA	13582	Secretariado	Bac	Presencial	100	3	2012	4	2022
Recife	CCSA	13625	Turismo	Bac	Presencial	70	5	2005	4	2022
Recife	CCSA	18474	Hotelaria	Bac	Presencial	30	4	2017	4	2009
Recife	CCSA	117380	Ciências Atuariais	Bac	Presencial	30	5	2019	S/C*	
Recife	CE	13580	Pedagogia	Lic	Presencial	250	S/C*		4	2021
Recife	CFCH	13575	Ciências Sociais	Bac	Presencial	60	4	2015	4	2021
Recife	CFCH	13577	Filosofia	Lic	Presencial	40	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	13579	História	Lic	Presencial	75	5	2015	4	2021
Recife	CFCH	13608	Psicologia	Bac	Presencial	80	S/C*		4	2022
Recife	CFCH	21847	Ciências Sociais	Lic	Presencial	60	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	52231	Geografia	Lic	Presencial	120	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	52249	Geografia	Bac	Presencial	60	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	117378	Ciência Política	Bac	Presencial	50	5	2019	S/C*	
Recife	CFCH	117388	Museologia	Bac	Presencial	30	5	2024	S/C*	
Recife	CFCH	117390	Arqueologia	Bac	Presencial	30	5	2023	S/C*	
Recife	CFCH	313577	Filosofia	Bac	Presencial	20	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	313579	História	Bac	Presencial	35	4	2014	4	2021
Recife	CIN	13595	Ciência da Computação	Bac	Presencial	100	S/C*		4	2021
Recife	CIN	58854	Engenharia da Computação	Bac	Presencial	100	5	2006	4	2019
Recife	CIN	1136142	Sistema de Informação	Bac	Presencial	70	5	2012	4	2021
Recife	CTG	13583	Engenharia Cartográfica	Bac	Presencial	60	4	2023	2	2011
Recife	CTG	13584	Engenharia Civil	Bac	Presencial	120	S/C*		4	2019
Recife	CTG	13585	Engenharia Eletrônica	Bac	Presencial	40	S/C*		4	2019
Recife	CTG	13586	Engenharia Mecânica	Bac	Presencial	100	S/C*		4	2019
Recife	CTG	13587	Engenharia de Minas	Bac	Presencial	50	3	2015	2	2011
Recife	CTG	13588	Engenharia Química	Bac	Presencial	90	S/C*		4	2019
Recife	CTG	13590	Geologia	Bac	Presencial	40	S/C*		S/C*	
Recife	CTG	13593	Química Industrial	Bac	Presencial	40	5	2017	3	2011
Recife	CTG	13616	Engenharia Elétrica	Bac	Presencial	60	S/C*		3	2019
Recife	CTG	21710	Engenharia de Produção	Bac	Presencial	40	5	2004	4	2019
Recife	CTG	58856	Engenharia Biomédica	Bac	Presencial	30	5	2019	4	2017
Recife	CTG	117376	Oceanografia	Bac	Presencial	25	5	2023	S/C*	
Recife	CTG	117382	Engenharia de Alimentos	Bac	Presencial	45	4	2013	3	2019
Recife	CTG	117384	Engenharia de Energia	Bac	Presencial	20	4	2013	4	2017
Recife	CTG	1136141	Engenharia de Materiais	Bac	Presencial	40	5	2013	3	2017
Recife	CTG	1188497	Engenharia Naval	Bac	Presencial	20	5	2014	3	2017



Campus	Centro	Cód	Curso	Grau	Modalidade	Vagas 2023	Valor CC	ANO CC	CPC FAIXA	CPC ANO
Recife	CTG	1192306	Engenharia de Controle e Automação	Bac	Presencial	40	4	2018	4	2019
Recife	CTG	1455272	Engenharia de Telecomunicações	Bac	Presencial	40	S/C*		S/C*	
Vitória	CAV	101140	Ciências Biológicas	Lic	Presencial	90	4	2011	4	2021
Vitória	CAV	101149	Nutrição	Bac	Presencial	60	4	2011	4	2019
Vitória	CAV	101153	Enfermagem	Bac	Presencial	60	3	2011	4	2019
Vitória	CAV	1155122	Educação Física	Lic	Presencial	90	4	2014	4	2021
Vitória	CAV	1189922	Saúde Coletiva	Bac	Presencial	60	4	2018	S/C*	
Vitória	CAV	5000731	Educação Física	Bac	Presencial	70	4	2014	4	2021

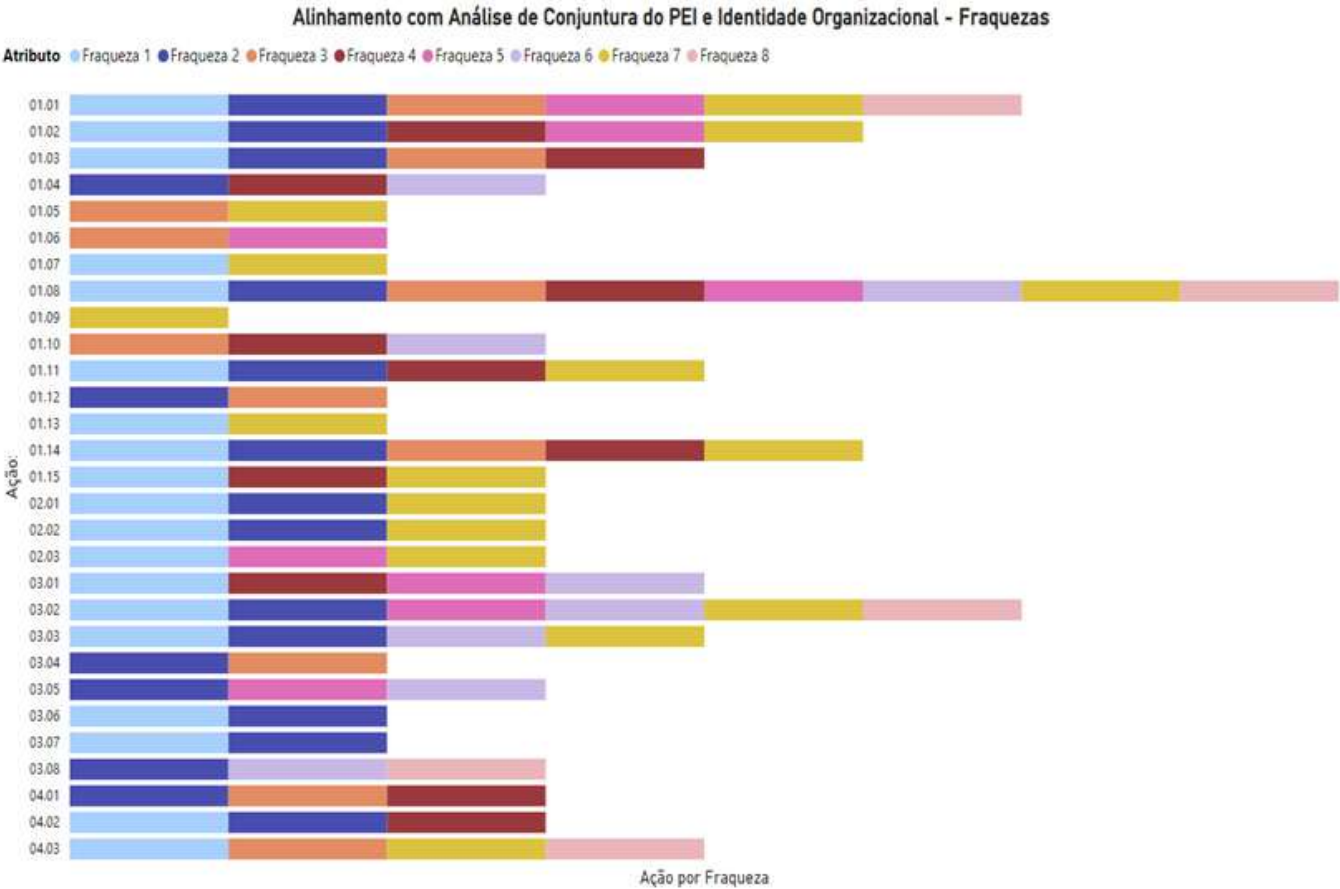
*S/C: Sem Conceito
Fonte: Tabela elaborada pela Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), em 2024.

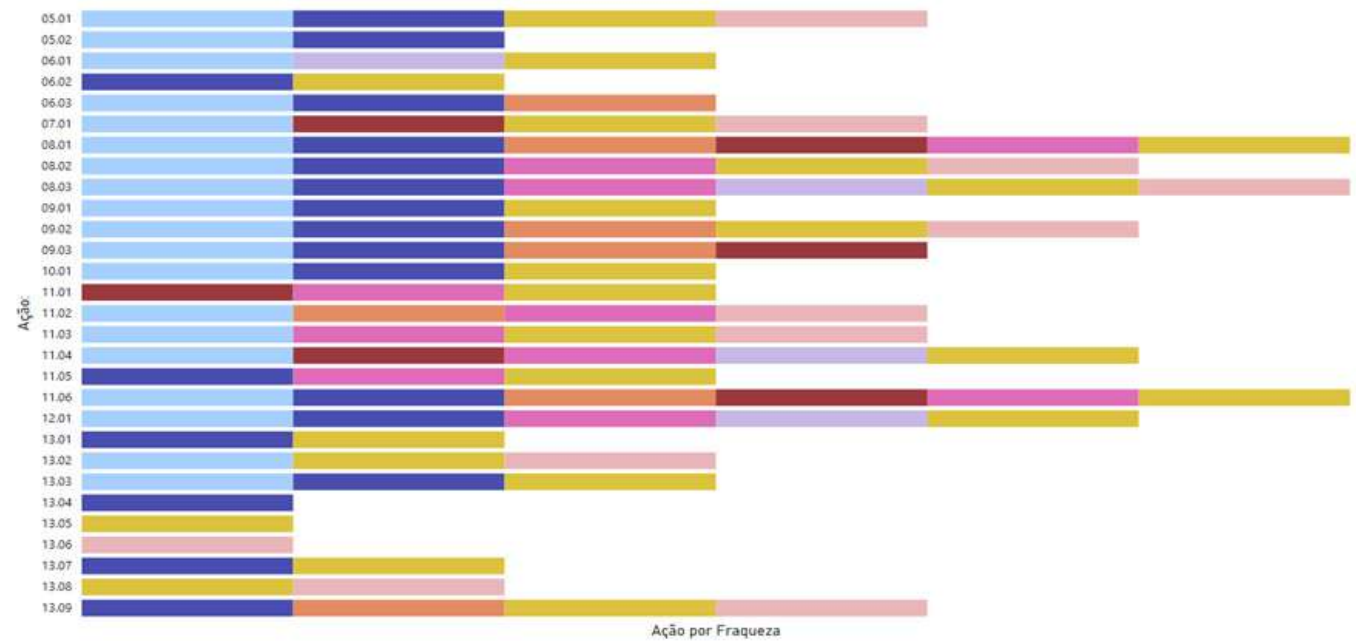
Anexo 4: Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional – Fraquezas

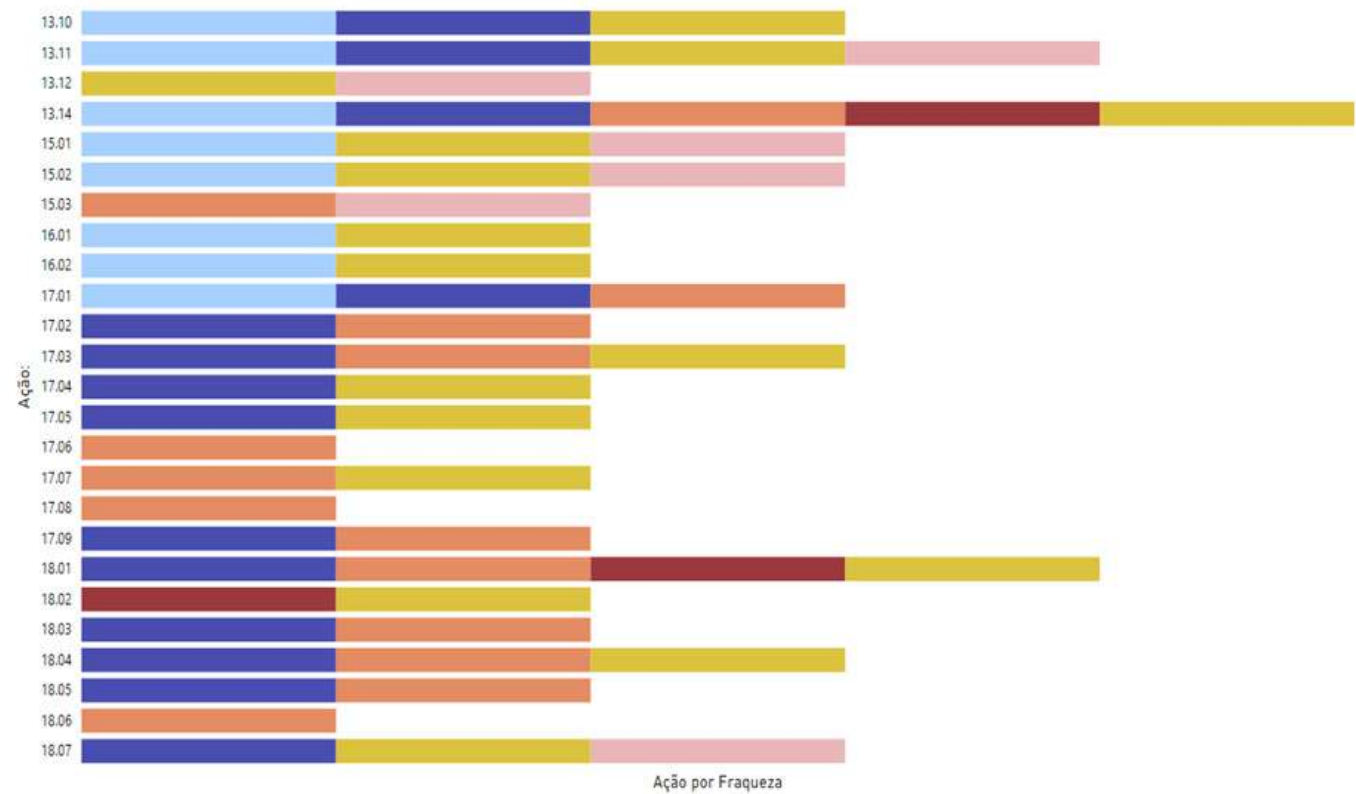
Neste anexo, buscou-se fazer um alinhamento entre as fraquezas identificadas com a análise de conjuntura atual e as ações consolidadas do novo PDI 2025-2029. Uma ação pode contribuir para a mitigação de uma ou mais fraquezas. O Anexo 4 sumariza as fraquezas resultantes da SWOT da UFPE.

Fraqueza	Nome da fraqueza
Fraqueza 1	Comunicação institucional necessita de expansão.
Fraqueza 2	Política de inovação sustentável (econômica, social, ambiental e institucional) ainda não totalmente abrangente.
Fraqueza 3	Manutenção de espaços físicos e de equipamentos sem garantia de recursos e acessibilidade.
Fraqueza 4	Educação a distância precisando de ações assistenciais.
Fraqueza 5	Política de internacionalização ainda desconhecida de parte dos corpos docente, discente e técnico.
Fraqueza 6	Capacidade de produção científica docente ainda não totalmente mapeada.
Fraqueza 7	Novas práticas pedagógicas e de gestão ainda não exploradas.
Fraqueza 8	Rotinas administrativas e processos internos.

Fonte: Tabela elaborada pela Diretoria de Planejamento e Controladoria (DPC) e pela Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, em 2024.







Anexo 5. Estatísticas de acervo por tipo de material e conforme distribuição nas unidades de informação do SIB/UFPE

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca Central	Livro	37.889	57.764	263
	Folhetos	2.093	2.434	0
	Catálogo	5	5	0
	Dissertações	16.062	16.183	37
	TCCs	11	11	0
	Teses	8.852	9.032	22
	Monografias de Pós	2	2	0
	Cartazes	1	1	0
	Periódicos	212	190.314	0
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
	DVDs	12	15	0
	Fitas de Vídeo	268	288	1
	Partituras	3	8	0
	Multimeios	164	195	0
	Mapas	1	1	0
	CD-Roms	54	75	3
	Gravações de som	504	558	0
	Materiais Especiais	6	1.618	0
	Referências	2.193	3.819	8
	Litogravuras	2.099	2.292	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	70.432	284.616	334
Área de Desenvolvimento e Recursos / Biblioteca Central	Livros	4.910	6.063	0
	Folhetos	73	85	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	1	1	0
	TCCs	0	0	0

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Área de Desenvolvimento e Recursos / Biblioteca Central	Teses	14	17	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	1	1	0
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	0	0	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	55	107	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	5.054	6.274	0
Biblioteca do Departamento de Antibióticos	Livros	135	187	4
	Folhetos	0	0	0
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	3	3	0
	TCCs	0	0	0
	Teses	0	0	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	101	11.217	5
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	0	0	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Departamento de Antibióticos	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	1	1	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	240	11.408	9
Biblioteca do Colégio de Aplicação	Livros	10.770	17.161	197
	Folhetos	165	221	1
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	20	22	0
	TCCs	3	3	0
	Teses	10	11	1
	Monografias de Pós	3	3	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	2	6	0
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	33	63	0
	Fitas de Vídeo	1	1	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	1	1	1
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	37	67	150
	Gravações de som	30	42	0
	Materiais especiais	6	56	0
	Referências	81	156	1
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	11.162	17.813	351

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação	Livros	36.118	61.602	770
	Folhetos	1.178	1.583	22
	Catálogo	85	102	0
	Dissertações	1.240	1.253	21
	TCCs	938	1.187	16
	Teses	817	962	9
	Monografias de Pós	19	20	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	410	15.772	12
	<i>E-books</i> (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
	DVDs	357	1.094	51
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	2.208	3.141	800
	Multimeios	3.503	7.567	0
	Mapas	1	1	0
	CD-Roms	197	356	8
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	2	4	0
	Referências	844	1.341	10
	Litogravuras	9	9	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		47.927	95.995	1.719
Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas	Livros	5.658	15.414	342
	Folhetos	329	454	0
	Catálogos	2	2	0
	Dissertações	1.979	2.052	0
	TCCs	1.452	1.547	0
	Teses	1.401	1.480	1
	Monografias de Pós	67	69	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	513	46.387	12

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas	<i>E-books</i> (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	22	23	0
	DVDs	1	5	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	2	2	1
	CD-Roms	27	37	7
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	469	863	5
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	1	1	0
Total geral		11.923	68.336	368
Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas	Livros	27.476	49.460	178
	Folhetos	840	1.029	0
	Catálogos	3	3	0
	Dissertações	775	818	1
	TCCs	591	626	0
	Teses	1.016	1.171	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	1	3	0
	Periódicos	730	60.494	2
	<i>E-books</i> (livros digitais)	18	18	0
	Relatórios	1	1	0
	DVDs	0	0	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	641	1.560	1
	Litogravuras	4	4	0
	Separatas	11	33	0
Total geral		32.107	115.220	182
Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde	Livros	13.043	35.579	563
	Folhetos	307	655	0
	Artigos	1	1	0
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	1.870	1.903	0
	TCCs	1.908	1.969	1.370
	Teses	1.864	2.100	0
	Monografias de Pós	169	1.700	0
	Cartazes	1	1	0
	Periódicos	1.231	196.442	16
	<i>E-books</i> (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	4	18	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	4	4	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	17	18	2
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	347	702	13
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		20.766	241.092	1.964
Biblioteca do Centro de Educação	Livros	15.360	41.155	204
	Folhetos	204	421	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	827	885	1

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Educação	TCCs	480	548	0
	Teses	359	420	1
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	180	5.565	1
	<i>E-books</i> (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	76	116	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	19	60	7
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	1	1	0
	Referências	92	259	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	17.598	49.430	214
Biblioteca do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Livros	27.875	61.341	545
	Folhetos	3.624	4.510	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	1.647	1.794	3
	TCCs	3.516	4.523	16
	Teses	833	1.020	0
	Monografias de Pós	68	71	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	567	23.327	3
	<i>E-books</i> (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	5	6	1

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Fitas de Vídeo	16	23	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeio	1	1	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	119	150	0
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	1	1	0
	Referências	257	546	90
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	38.529	97.313	658
Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências	Livros	13.752	31.998	627
	Folhetos	381	515	7
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	3	5	0
	Dissertações	2.318	2.755	7
	TCCs	823	1220	4
	Normas	1	1	0
	Teses	1.186	1.335	5
	Monografias de Pós	132	134	1
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	1.220	68.974	11
	<i>E-books</i> (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	12	14	0
	DVDs	12	30	5
	Fitas de Vídeo	29	34	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	3	5	0
	Mapas	362	370	10
	CD-Roms	229	457	9
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências	Referências	489	948	14
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	20.952	108.795	700
Biblioteca do Departamento de Energia Nuclear	Livros	1.670	2.454	0
	Folhetos	170	401	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	1	1	0
	Dissertações	332	515	2
	TCCs	40	85	0
	Normas	5	5	0
	Teses	132	172	2
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	110	12.367	0
	<i>E-books</i> (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
	DVDs	0	0	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	43	65	0
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	78	137	2
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	2.582	16.203	6
Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Livros	27.035	52.544	103
	Folhetos	77	111	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	1.940	2.096	5

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	TCCs	33	35	0
	Normas	0	0	0
	Teses	1.381	1.861	7
	Monografias de Pós	1	1	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	526	12.809	4
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	18	18	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	1	1	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	4	5	0
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	288	633	10
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	31.304	70.114	129
Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Livros	21.633	37.596	424
	Folhetos	15	21	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	1	1	0
	Dissertações	2.074	2.085	1
	TCCs	130	133	0
	Normas	0	0	0
	Teses	1.579	1.667	1
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	997	100.815	19
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza	DVDs	62	206	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	1	8	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	4	3	4
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	178	459	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	26.675	142.995	449
Biblioteca da Casa do Estudante Masculina	Livros	204	240	7
	Folhetos	0	0	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	0	0	0
	TCCs	0	0	0
	Normas	0	0	0
	Teses	0	0	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	0	0	0
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	0	0	0
	Fitas de vídeo	0	0	0
Biblioteca da Casa do Estudante Feminina	Partituras	1	1	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	9	9	1
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	211	238	6
Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA)	Livros	5.997	42.855	730
	Folhetos	36	116	1
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	2	3	0
	Dissertações	125	125	0

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA)	TCCs	188	188	0
	Normas	0	0	0
	Teses	4	13	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	8	33	0
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	3	5	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	2	2	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	19	28	10
	Gravações de som	0	0	0
	Materiais especiais	1	11	0
	Referências	52	119	21
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	6.437	43.498	762
Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV) - Caruaru	Livros	7.402	27.188	979
	Folhetos	102	209	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	3	3	0
	Dissertações	120	146	0
	TCC	36	37	6
	Normas	0	0	0
	Teses	13	15	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	99	1.818	0
	E-books (livros digitais)	0	0	0

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV) - Caruaru	Relatórios	11	16	0
	DVDs	78	184	38
	Fita de Vídeo	6	27	4
	Partituras	1	1	0
	Multimeios	3	6	1
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	94	133	9
	Gravações de som	5	5	0
	Materiais especiais	1	67	0
	Referências	78	172	10
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	8.052	30.027	1.047
Biblioteca do Núcleo de Ciências da Vida - Medicina - Caruaru	Livros	361	3.087	214
	Folhetos	3	5	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogos	0	0	0
	Dissertações	0	0	0
	TCCs	0	0	0
	Normas	0	0	0
	Teses	0	0	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	0	0	0
	E-books (livros digitais)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVDs	0	0	0
	Fitas de Vídeo	0	0	0
	Partituras	0	0	0
	Multimeios	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	9
	Gravações de som	0	0	0

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de acervos	Total de exemplares	Total de material adicional
Biblioteca do Núcleo de Ciências da Vida - Medicina - Caruaru	Materiais especiais	0	0	0
	Referências	391	3.122	215
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		755	6.214	438

GERAL DO ACERVO

TOTAL FINAL	Nº de Títulos	Nº de Exemplares	Nº Material Adicional
	352.921	1.405.833	9.344

Fonte: UFPE (2024). (Pergamum. Acesso exclusivo para servidores cadastrados.)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO